



Celito Kesting

PATRIMÔNIO JAGUARARI



Pedro & João
EDITORES

**PATRIMÔNIO
JAGUARARI**



Pedro & João
editores

CELITO KESTERING

**PATRIMÔNIO
JAGUARARI**



Pedro & João
editores

Copyright © Celito Kesting

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos do autor.

Celito Kesting

Patrimônio Jaguarari. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.
275 p. 14 x 21 cm.

ISBN: 978-65-5869-628-5 [Impresso]
978-65-5869-629-2 [Digital]

1. Arqueologia. 2. História. 3. Patrimônio. 4. Jaguarari. I. Título.

CDD – 930

Capa: Petricor Design

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/ Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).

Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2021

O que torna um bem, dotado de valor patrimonial é a atribuição de sentidos ou significados que tal bem possui para determinado grupo social, justificando assim sua preservação. É necessário compreender que os múltiplos bens possuem significados diferentes, dependendo de seu contexto histórico, do tempo e momento em que estejam inseridos.

TOMAZ (2010)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	JAGUARARI - BA	21
2.1	História	22
2.2	Geologia	27
2.3	Geofomas	33
2.4	Recursos Hídricos	34
2.5	Clima	36
2.6	Vegetação	36
2.7	Fauna	39
3	PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO	43
3.1	Boqueirão do Riacho do Mocambo	45
3.1.1	Mocambo 1	47
3.1.2	Mocambo 2	50
3.1.3	Mocambo 3	53
3.1.4	Mocambo 4	55
3.1.5	Mocambo 5	60
3.1.6	Mocambo 6	61
3.1.7	Mocambo 7	63
3.2	Boqueirão do Riacho dos Oliveiras	64
3.2.1	Oliveira 1	68
3.2.2	Oliveira 2	72
3.2.3	Oliveira 3	75
3.2.4	Oliveira 4	76
3.2.5	Oliveira 5	82
3.3	Boqueirão da Tapagem	83
3.3.1	Tapagem 1	85
3.3.2	Tapagem 2	87
3.3.3	Tapagem 3	89
3.3.4	Tapagem 4	90
3.4	Riacho da Barrinha	92
3.4.1	Barrinha 1	96

3.4.2	Barrinha 2	97
3.4.3	Barrinha 3	98
3.4.4	Barrinha 4	99
3.4.5	Barrinha 5	101
3.4.6	Barrinha 6	102
3.4.7	Barrinha 7	104
3.4.8	Barrinha 8	105
3.4.9	Barrinha 9	106
3.4.10	Barrinha 10	108
3.4.11	Barrinha 11	109
3.4.12	Barrinha 12	110
3.5	Lajedo do Rastro da Ema	116
3.5.1	Rastro da Ema 1	119
3.6	Lagoa da Ponta Baixa	136
3.6.1	Ponta Baixa 1	138
3.6.2	Ponta Baixa 2	145
3.6.3	Ponta Baixa 3	146
3.6.4	Ponta Baixa 4	148
3.7	Fazenda Quixaba	148
3.7.1	Quixaba 1	150
3.7.2	Quixaba 2	151
3.7.2.1	<i>Resgate</i>	153
3.7.3	Quixaba 3	156
3.7.3.1	<i>Sondagem</i>	159
3.7.4	Quixaba 4	159
3.7.4.1	<i>Sondagem</i>	161
3.7.5	Quixaba 5	161
3.7.5.1	<i>Sondagem</i>	164
3.7.6	Quixaba 6	164
3.7.7	Área para Proteção do Patrimônio	166
3.8	Fazenda Suçuarana	168
3.8.1	Suçuarana 1	169
3.8.1.1	<i>Resgate</i>	170
3.8.2	Paredão 1	171
3.8.2.1	<i>Resgate</i>	172

3.8.3	Paredão 2	173
3.8.3.1	<i>Resgate</i>	175
3.8.4	Paredão 3	175
3.8.4.1	<i>Resgate</i>	177
3.8.5	Área para Proteção do Patrimônio	179
3.8.6	Suçuarana 2	181
3.8.6.1	<i>Resgate</i>	182
3.8.7	Suçuarana 3	184
3.8.8	Suçuarana 4	185
3.8.9	Suçuarana 5	185
3.8.9.1	<i>Resgate</i>	187
3.8.10	Suçuarana 6	189
3.8.10.1	<i>Resgate</i>	190
3.8.11	Suçuarana 7	193
3.8.12	Suçuarana 8	194
3.8.12.1	<i>Resgate</i>	195
3.8.13	Suçuarana 9	198
3.8.13.1	<i>Resgate</i>	200
3.9	Fazenda Ipueira	202
3.9.1	Ipueira Velha	203
3.9.2	Ipueira dos Barros 1	203
3.9.3	Ipueira dos Barros 2	204
3.9.4	Ipueira dos Barros 3	205
3.10	Fazenda Monte Alegre	206
3.10.1	Monte Alegre 1	206
3.10.2	Monte Alegre 2	207
3.11	Alto dos Caboclos	208
3.11.1	Caboclo 1	209
3.11.1.1	<i>Resgate</i>	211
3.11.2	Caboclo 2	212
3.11.2.1	<i>Resgate</i>	215
3.11.3	Caboclo 3	215
3.11.3.1	<i>Resgate</i>	217
3.11.4	Caboclo 4	216
3.11.5	Área para Proteção do Patrimônio	219

3.12	Fazenda Corrência	220
3.12.1	Corrência 1	221
3.12.2	Corrência 2	222
3.12.3	Corrência 3	223
3.12.3.1	<i>Resgate</i>	225
3.12.4	Corrência 4	227
3.12.5	Corrência 5	228
3.12.5.1	<i>Resgate</i>	228
3.13	Fazenda Santa Maria	230
3.13.1	Santa Maria 1	231
3.13.2	Santa Maria 2	232
3.13.2.1	<i>Resgate</i>	234
4	CONTEXTO ARQUEOLÓGICO JAGUARARI	237
4.1	Patrimônio Pré-histórico	237
4.2	Bens do Patrimônio Pré-histórico	239
4.3	Contexto Histórico Jaguarari	248
4.3.1	Mestiçagem Cultural	258
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	265
	REFERÊNCIAS	267
	ANEXO	275

1 INTRODUÇÃO

Nos aldeamentos missionários do Submédio São Francisco, pela imposição da ideologia e valores culturais do Velho Mundo ratificou-se a dominação portuguesa. Por se ligarem à sobrevivência no sertão semiárido preservaram-se neles, porém, as tradições indígenas que interessavam aos colonizadores. Implantou-se, assim, a cultura do couro. Essa concepção definia-se pelo respeito às tradições portuguesas como a dança da Roda de São Gonçalo e a Corrida de Argolinhas. Concomitantemente apreciavam-se milenares costumes indígenas quais eram o hábito de banharem-se diariamente nas águas dos rios, dançarem o Toré, dormirem na rede e viverem do que a natureza oferecia com prodigalidade. As casas de farinha, de onde saía o produto manufaturado para a confecção de beijus, papas, mingaus, bolos de macaxeira fresca ou puba, tapioca e paçoca, tinham então os mesmos caracteres do período pré-colonial. Elas eram e ainda são os mais autênticos testemunhos da adequação portuguesa aos milenares costumes indígenas locais.

Paradoxalmente, nas terras que ocupam ou invadem, por serem essencialmente etnocêntricos, os neopovoadores afeiçoam-se e esmeram-se em não atribuir valor ao patrimônio (material e/ou imaterial), à memória (individual e/ou coletiva) e a história dos povos nativos. Por se relacionarem com a identidade das pessoas e dos grupos sociais, os termos relativos à memória e ao patrimônio são, por isso, polêmicos. É desse modo que, a depender da consciência política dos grupos em que se geram conflitos de caráter patrimonial, esses temas fazem-se mais e mais presentes. Seus significados, significantes e respectivas significâncias variam no tempo e no espaço. A eles

atribuem-se e agregam-se valores, à proporção do despertar e fortalecerem-se sentimentos de relação e pertença.

No âmbito literal, patrimônio é tudo que se recebe de herança. Inicialmente considerava-se como tal apenas o conjunto oficialmente reconhecido de bens materiais que se herdava dos pais ou quaisquer antepassados. Com o passar do tempo, contudo, novos significados agregaram-se ao vocábulo. Atualmente a ele integram-se a memória, história, cultura material e as conhecenças diversas. A ele se incorporam rios, serras, danças folclóricas, músicas regionais, festejos, lendas, mitos, histórias, artefatos, casos e até anedotas. Hoje se reconhece como patrimônio todo legado produzido e/ou usufruído por indivíduos ou grupos, que se faz elo entre o passado e o futuro e passa de geração em geração, como herança.

O que torna um bem, dotado de valor patrimonial é a atribuição de sentidos ou significados que tal bem possui para determinado grupo social, justificando assim sua preservação. É necessário compreender que os múltiplos bens possuem significados diferentes, dependendo do seu contexto histórico, do tempo e momento em que estejam inseridos. (TOMAZ, 2010, p. 6).

O patrimônio pode ser tangível ou incorpóreo. Na maior parte das vezes, utiliza-se o termo que o define, meramente como sinônimo de produto cultural. Contudo eiva-se a natureza de igual importância. Da mesma forma que se avalia um edifício histórico como um bem cultural a se preservar, também se relevam os elementos e processos naturais como bens de valor patrimonial.

O patrimônio tangível pode ser um bem não construído ou manufaturado porque, mesmo sem conhecimento por parte de quem dele se serve constitui-se a base de sustentação para várias expressões de vida. Adquire significância e valor, de acordo com diversas atividades pelas

quais se lhe reconhece valia; pela relação que tem com ritos e mitos e com a própria sobrevivência dos humanos. Pela complexidade e importância de seus préstimos, o ambiente natural e sua história representam o direito maior da espécie humana.

O patrimônio tangível contém dois componentes fundamentais: o biótico e o abiótico. O patrimônio biótico compõe-se de seres vivos e o abiótico, da natureza mineral, com especificidades regionais, fundamentais à preservação da vida, na diversidade de suas expressões. Ao patrimônio abiótico integram-se naturalmente os bens geológicos, geomorfológicos, hídricos, climáticos, vegetação e fauna.

Nas iniciativas de conservação da natureza, normalmente se menosprezam os componentes geológicos, geomorfológicos, hídricos e climáticos em relação aos constituintes biológicos (fauna e flora). Institui-se a maior parte das áreas de proteção para preservar ecossistemas ou seres vivos (biótopos¹). Cada vez mais cientes, porém, da importância deles à sobrevivência humana, as comunidades valorizam-nas, conservam-nas por isso e exigem indenização condigna quando não há a mínima possibilidade de preservarem-nos, nos processos de implantação de empreendimentos governamentais e/ou de iniciativa privada .

O patrimônio geológico, por sua composição e estrutura tem valor e deve, por essa razão ser preservado. Ele compõe-se de elementos que testemunham a história da Terra e da vida que a ela se agrega e com ela interage. De acordo com as áreas específicas da Ciência da Terra,

¹ Biótopo é uma região com regularidade nas condições ambientais e nas populações animais e vegetais. Corresponde à menor parcela de um habitat geograficamente mensurável.

defende-se que o patrimônio geológico englobe recursos minerais, fósseis paleontológicos e geoformas, expressas pelo conjunto de locais de interesse paisagístico. Neles, a depender do viés da percepção dos grupos, as geoformas adquirem valor científico, socioeconômico, histórico, cultural e/ou estético. Elas têm importância particular porque conservam cicatrizes, fundamentais à explicação de seu processo evolutivo e construção da história da Terra, do clima e da vida.

A valorização desses locais pode dar-se nas esferas: científica (rochas ígneas intrusivas ou extrusivas, vulcanossedimentares metassedimentares, sedimentares, e depósitos cenozoicos); histórica e cultural (serras, escarpas, grutas ou tocas com forte carga mística ou religiosa); estética (paisagens espetaculares como os contrafortes da Chapada Diamantina) e socioeconômica (paisagens propícias à exploração turística, agrícola, pecuária e/ou industrial).

Com a ênfase que atualmente se dá a aspectos de natureza inorgânica aumenta-se mais e mais a valorização e proteção dos elementos da natureza. A esse universo define-se como geodiversidade ou diversidade de elementos geológicos (rochas, minerais e fósseis), geomorfológicos (geoformas, processos de agradação e degradação) e pedológicos (sedimentos com potencialidades agrícolas). A ele incluem-se as inter-relações humanas e de outras espécies animais. A ação de preservá-las caracteriza-se com o termo geoconservação cujo horizonte conceitual se delimita como o conjunto de iniciativas que se propõem e adotam-se para manutenção da geodiversidade.

À questão da geoconservação liga-se intimamente o termo paisagem. Normalmente se utiliza-o para designar o componente geomorfológico do patrimônio geológico. Isto porque, na perspectiva da geoconservação, seu valor

cênico ou estético advém fundamentalmente e sobretudo das geoformas em grande escala. Nas temáticas relacionadas com o patrimônio geológico, as paisagens assumem valor enquanto testemunhos de processos de agradação e/ou degradação e valorizam-se essencialmente por seu potencial estético, científico e/ou didático.

Usa-se o conceito de paisagem para designar porções de espaço em que se identifica a interação de componentes naturais (biofísicos) e culturais (socioeconômicos) que constituem um sistema ambiental. A paisagem é então, em última instância, tudo que resulta da percepção do espaço a que se integram as pessoas de um grupo. Ela é o espaço em grande escala, com elementos naturais (bióticos e abióticos) e culturais (arquitetônicos, agrícolas, industriais, históricos e arqueológicos). Ela e seus componentes têm maior ou menor valor patrimonial à proporção de seu reconhecimento pela população. Existem, porém, paisagens que, excepcional e independentemente da consciência da população local, por seu valor científico, histórico, cultural, estético e/ou socioeconômico, consideram-se patrimônio.

Estuda-se a paisagem pelo viés da construção social, ou seja, como um elemento cultural. Não se limita o ambiente a uma entidade física, mas o entende-se como um espaço constituído de aspectos cognitivos e comportamentais. Concebe-se-o como sistema de signos e símbolos apropriados e transmitidos por sociedades humanas. (FAGUNDES; PIUZANA, 2010).

Para Binford (1982), a compreensão da paisagem amplia a noção de sítio arqueológico. Com ela se admite o princípio de que os grupos históricos e pré-históricos utilizavam e interpretavam espaços bem mais amplos para atender a diferentes fins, fossem eles quais fossem.

Por conter aspectos da natureza humana, designa-se, assim, como patrimônio cultural, tudo que se reconhece e se atribui valor. São bens que, por sua relevância, caracterizam-se e reconhecem-se como atributos da identidade dos grupos. A esse universo integram-se a estrutura econômica e social e os artefatos que dela derivam, quais sejam: objetos artísticos, científicos, industriais e arquitetônicos. À proporção do despertar e fortalecer de sentimentos de relação e pertença, a eles se agregam valores.

O estudo do patrimônio cultural promove a valorização e consagração daquilo que é comum a determinado grupo social no tempo e no espaço. Esse patrimônio compreende três grandes categorias: a primeira engloba os elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente; a segunda refere-se ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber-fazer; e a terceira trata mais objetivamente do patrimônio histórico, que reúne em si toda a sorte de coisas, artefatos e construções resultantes da relação entre o homem e o meio ambiente e do saber-fazer humano, ou seja, tudo aquilo que é produzido pelo homem ao transformar os elementos da natureza, adequando-os a seu bem-estar. (TOMAZ, 2010, p. 3).

Há que se protegerem também as edificações vernáculas² e as manifestações populares intangíveis, ligadas a mentalidades, representações e saber-fazer. As construções vernáculas consideram-se importantes monumentos quando se as prestigia pela antiguidade ou por se constituírem testemunhos significativos da atividade humana, até mesmo recente.

² A arquitetura vernácula é todo o tipo de arquitetura em que se empregam materiais e recursos do próprio ambiente em que a edificação é construída, caracterizando uma tipologia arquitetônica com caráter local ou regional. No processo de planejamento e ordenação do crescimento urbano, as edificações históricas vernáculas são como artefatos na afirmação de identidades, que é caracterizada (sic) pela presença protetora do *genius loci*. (MARQUES; AZUMA; SOARES, 2009, p. 47).

A emergência de um patrimônio [cultural] é, geralmente, marcada por três etapas. A primeira é uma fase caracterizada pela espontaneidade e remete para os momentos em que a sociedade ou um grupo social produz aquilo que necessita para assegurar a sua sobrevivência física. Nesta fase é sobre tudo o gesto técnico que predomina, funcionando como resposta a um problema prático. A segunda corresponde ao momento de tomada de consciência. Ela fica a dever-se a qualquer transformação que coloca fora do campo utilitário inicial o objeto produzido. A terceira é a etapa em que o objeto adquire uma identidade patrimonial, reclamando e justificando um estatuto de gestão coletiva. É na passagem da segunda para a terceira etapa que a ideia patrimonial emerge e se cristaliza. (PEIXOTO, 1998, p. 2).

O conhecimento e a valorização dos bens culturais contribuem para o resgate da história e da tradição regional. Eles viabilizam a inserção social de pessoas a uma comunidade. O patrimônio cultural, permeado por maneiras de fazer dos antepassados e conservadas pela memória é um elo entre o passado e o presente, um elemento que fortalece o sentimento de pertença a uma cultura ou tradição.

No território Jaguarari, o patrimônio cultural pré-histórico mais reconhecido e valorizado pela população constitui-se de rico acervo de registros rupestres³. Ele se preserva em alcantis e paredes de quartzito do Complexo Itapicuru, de afloramentos de ortognaisse do Complexo Mairi e de litotipos dos complexos Tanque Novo-Ipirá e Caraíba.

Resguarda-se o valioso acervo pictural rupestre Jaguarari porque nele se identificam atributos da identidade de seus autores, originais ocupantes do território e, por extensão, de

³ Segundo Prous (1992), [o termo] vem do latim *rupes-estris* (rochedo); trata-se, portanto, de obras imobiliárias, no sentido de que não podem ser transportadas (à diferença das obras mobiliárias, como estatuetas, ornamentação de instrumentos, pinturas sobre peles, etc). (DUARTE, 2011, p. 16).

seus atuais habitantes que, com carinho consagram-nos como patrimônio herdado de seus ancestrais nativos e por isso os preservam.

Para identificar atributos da identidade dos autores abordam-se esses fragmentos do sistema predominantemente pré-colonial de comunicação, com pressupostos teóricos e parâmetros de análise eminentemente estruturalistas. Segregam-se, assim, as unidades gráficas (pinturas e gravuras) pelo critério da cognoscibilidade. Com esse princípio operacional classificam-se suas unidades como conhecíveis ou reconhecíveis.

São conhecíveis as pinturas e/ou gravuras que os pesquisadores identificam como unidades gráficas, no momento em que as visualizam porque relacionam suas temáticas com algo do universo conhecido. Elas são facilmente identificadas porque representam componentes do mundo sensível como zoomorfos (felinos, cervídeos, equídeos, pássaros, serpentes, quelônios), antropomorfos (de braços abertos, flexionados ou miniaturais), fitomorfos (palmeiras, leguminosas), anatômicos (mãos, pés, braços). Diz-se, por isso que são representações metonímicas. Seus conceitos não transcendem os horizontes do conhecimento dos pesquisadores. Dão-se a conhecer porque, em relação dialógica hermenêutica com os autores compartilha-se a chave para decodificação ou desvendamento de seus significados, com diferentes níveis de confiabilidade. O grau de fidedelidade depende do conjunto de conhecimentos, da capacidade de percepção ou do grau de aprimoramento técnico do sujeito cognoscente.

Para a identificação de pinturas ou gravuras reconhecíveis, que não representam realidades conhecidas pelos pesquisadores, inicia-se o processo de reconhecimento ao se considerar como unidade gráfica um signo ou o conjunto de signos e espaços vazios de um painel, enquanto não se segregam figuras semelhantes em outros agrupamentos

picturais. Elas são, por isso, reconhecidas nas recorrências. Diz-se, por isso que são representações metafóricas. Seus conceitos transcendem os horizontes do conhecimento imediato dos pesquisadores. Seus significados podem dar-se a conhecer pelo desvendamento do contexto arqueológico, com anos de exaustivas escavações em determinada região. Quando se evidenciam elementos da cultura material pré-histórica compartilha-se com seus autores a chave para sua decodificação.

Todo o conhecimento envolve a relação direta do sujeito cognoscente com algum objeto (a relação de conhecer diretamente ou, conversamente, de apresentação de um objeto a um sujeito cognoscente), mesmo que esse conhecimento seja por descrição de outro objeto. (RUSSELL, 1966).

Há grupos que se inclinam por edificar seu sistema de comunicação com representações majoritariamente realistas ou metonímicas. Outros há que demonstram preferência por representações metafóricas, simbolistas abstratas ou geométricas.

Pesquisadores como Annette Laming-Emperaire, afirmavam que as figuras representadas nos paredões rochosos traziam informações, as quais eram deixadas de forma consciente ou espontânea pelos homens pré-históricos. Por ter sido fortemente influenciada pelo estruturalismo durante sua formação, Laming-Emperaire procurou estabelecer uma ordem nas representações rupestres, evitando evocar analogias simples, relacionando as pinturas com as próprias sociedades que as produziram. (DUARTE, 2011, p. 17).

Pelo parâmetro da cognoscibilidade dominante, relacionada com longo tempo e amplo espaço, propõe-se atribuir conjuntos de pinturas e gravuras rupestres a grupos ligados a tradições. Filiam-se os grupos com sistema de comunicação majoritariamente metonímico à Tradição Nordeste e os grupos de comunicação soberanamente metafórica, à

Tradição São Francisco. Na região Nordeste do Brasil há dominância absoluta de representações metonímicas no Parque Nacional Serra da Capivara que se situa no Vale do Rio Piauí, integrante da Bacia Hidrográfica do Nordeste, e metafóricas, prevaletentes em toda extensão do Vale do Rio São Francisco, onde perfaz “80% a 100% das sinalações”. (PROUS, 1992 *apud* DUARTE, 2011, p. 22).

[Tradição] compreende a representação visual de todo um universo simbólico primitivo que pode ter sido transmitido durante milênios sem que, necessariamente, as pinturas [e/ou gravuras] de uma tradição pertençam aos mesmos grupos étnicos, além do que poderiam estar separados por cronologias muito distantes. (MARTIN, 2005 *apud* DUARTE, 2011, p. 21).

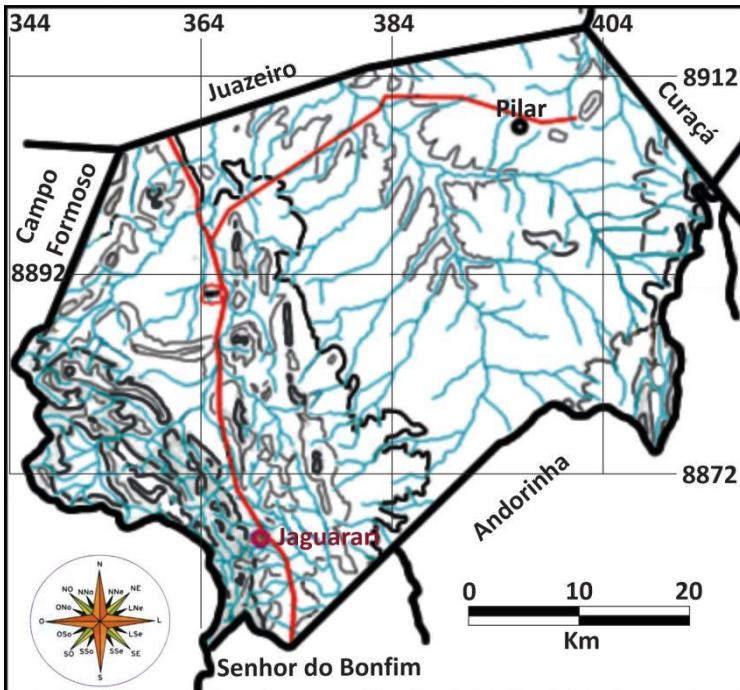
Em diferentes ambientes, para auferirem eficaz qualidade de vida e conseqüente sucesso reprodutivo, provocam-se os grupos ligados a ancestrais comuns a desenvolverem técnicas e padrões comportamentais específicos. Assim as comunidades que se vinculam a uma determinada tradição diversificam-se pela aquisição de atributos resultantes das adaptações ambientais e sociais. As tradições subdividem-se, por isso, em subtradições. As adequações dos grupos traduzem-se em mudanças nas temáticas e técnicas do sistema de comunicação, nas formas dos artefatos líticos e cerâmicos e nas habilidades relativas a sua confecção e/ou utilização, nos componentes e na estrutura dos enxovais de enterramento e fogueiras, bem como em múltiplas particularidades de suas manifestações culturais.

Assim, em território Jaguarari o patrimônio rupestre de grupos integrantes da Tradição São Francisco, bem como o conjunto de artefatos líticos e cerâmicos possuem formas peculiares que se definiram pela utilização de técnicas específicas, demandadas pela paisagem local.

2 JAGUARARI – BA

O município de **Jaguarari** localiza-se aos pés do Piemonte da Chapada Diamantina, região norte do estado da Bahia. Sua sede situa-se às coordenadas 24L369228, UTMN 8865830, a 665 metros de altitude e a 398 km de Salvador. Ocupa uma área de 2.574 km². Limita-se ao norte com Juazeiro e Curaçá; ao sul com Senhor do Bonfim e Campo Formoso; a leste com Uauá, Monte Santo e Andorinha e a oeste com Campo Formoso. (Fig. 1). Em 2010, sua população era de 30.343 habitantes, em densidade demográfica de 11,78 habitantes por km².

Figura 1 – Mapa de Jaguarari - BA



Fonte: Flávio Barros (2013), adaptado pelo autor deste

2.1. História

Jaguarari originou-se de uma taba sagrada do povo nativo Massacará⁴ cujo líder conhecia-se pelo nome que recebeu quando, ainda curumim sobreviveu ao ataque de jaguarundis, felinos silvestres da espécie *Herpailurus yagouaroundi*, abundantes nas serras do entorno. (Fig. 2). O lugarejo colonizatório original de Jaguarari constituía-se de fazendeiros, índios vaqueiros e garimpeiros que, na década de 1670 procuravam ouro e prata nas terras da Jacobina⁵. O sítio de onde se originou a cidade era de Teodoro José Bonfim, Margarida de Barros, José Manoel da Paixão e Vítor de Tal.

Os antecedentes da formação socioeconômica daquele espaço estavam alicerçados na ocupação de roças voltadas para a economia de subsistência e criação de gado. Antes do *rush* da mineração, os sítios, roças e currais, dominavam a paisagem dos povoados. Em sua maioria os indivíduos retiravam o seu sustento destas pequenas propriedades. Para além disso, o imaginário social daqueles moradores, talvez não fosse muito além da satisfação material de suas necessidades e uso mais costumeiro dos bens econômicos. (CONCEIÇÃO, 2018, p. 40).

Em 1701, durante o governo de D. João de Lencastre, confirmou-se o descobrimento de ouro em Pindobaçu e, em

⁴ Os colonizadores portugueses chegaram a Monte Santo por referências que dele faziam os índios de Massacará. Esses nativos, aldeados em missão jesuíta no ano de 1639, há muito ocupavam as terras das cabeceiras dos rios Vaza Barris e Itapicuru. Seu chão original tomou-se deles e dos missionários franciscanos, em 1854 quando o governo provincial da Bahia extinguiu sua missão e liberou-o à ocupação de fazendeiros. (PALACIN, 1987, p. 11 *apud* KESTERING, 2020, p. 240).

⁵ “Entre os séculos XVI e XVII, currais foram montados em Alagoinhas, Serrinha, Jeremoabo, Ribeira do Pombal, Juazeiro, Campo Formoso, Canudos, Maçacará (sic), Santana, Curaçá, Casa Nova, Santo Sé, Pilão Arcado, Remanso, dentre outras”. (...) Outras, como Rodelas e Monte Santo, têm origem nas missões dos religiosos (...). (MATTA, 2013, p. 48).

1722, edificou-se a Câmara de Jacobina a que essa cidade subordinava-se. Da mesma forma a ela vinculavam-se as áreas de abrangência de Vila Nova da Rainha (hoje Senhor do Bonfim), Jaguarari, Missão do Saí, Santo Antônio do Pambu (hoje Curaçá), Curral dos Bois (hoje Santo Antônio da Glória), São Gonçalo do Salitre, Juazeiro e Jacobina.

No sertão das Jacobinas desde o final do século XVII, confirmava-se a presença de missionários permanentes para a administração do gentio da terra. As missões de Nossa Senhora das Neves do Say (1697) na atual cidade de Campo Formoso, possuía 150 almas administradas por franciscanos. Nas imediações do Rio de São Francisco estava a Nossa Senhora do Pilar em Pambu (1702) e o aldeamento de São Francisco, localizado em Curral dos Bois (1702). São Gonçalo, no Rio Salitre (1705), administrada pelos padres do Hábito de São Pedro estava sem missionário, segundo registrou Antônio Caldas em 1759. A de Nossa Senhora das Grotas em Juazeiro, próxima ao Rio São Francisco (1706), pertenciam pouco mais ou menos 100 almas e por fim, a Missão do Bom Jesus (1706) contava com 100 almas e ficava nas imediações onde foi erguida a Vila de Jacobina. Estas missões foram confiadas a franciscanos e outros religiosos e se estabeleceram nas terras dos sesmeiros Garcia d'Ávila e Guedes de Brito. (CONCEIÇÃO, 2018, p. 102).

A exploração de ouro mobilizou a coroa portuguesa a promover sua organização política, com a implantação de um aparelho judicial, instituições eclesiásticas, câmara e um sistema de arrecadação fiscal. Jacobina tornou-se, então, um importante entreposto no mercado do gado que vinha do Piauí com destino a Minas Gerais.

A instituição de um aparato político-administrativo no sertão - justiça, câmaras e fiscalidade – permitiu atribuir novos sentidos aquele território, sobretudo mediante a capacidade de interlocução entre poder local e o central. Esse jogo de interações, manteve-se além das negociações em torno da política fiscal, ou seja, não girava exclusivamente em torno da

arrecadação dos quintos. Isso proporcionou aos próprios moradores um sentido mais profundo e duradouro de auto-representação política, conquanto esta identidade tivesse que conviver com as diversas instabilidades próprias das vilas mineradoras. (CONCEIÇÃO, 2018, p. 26).

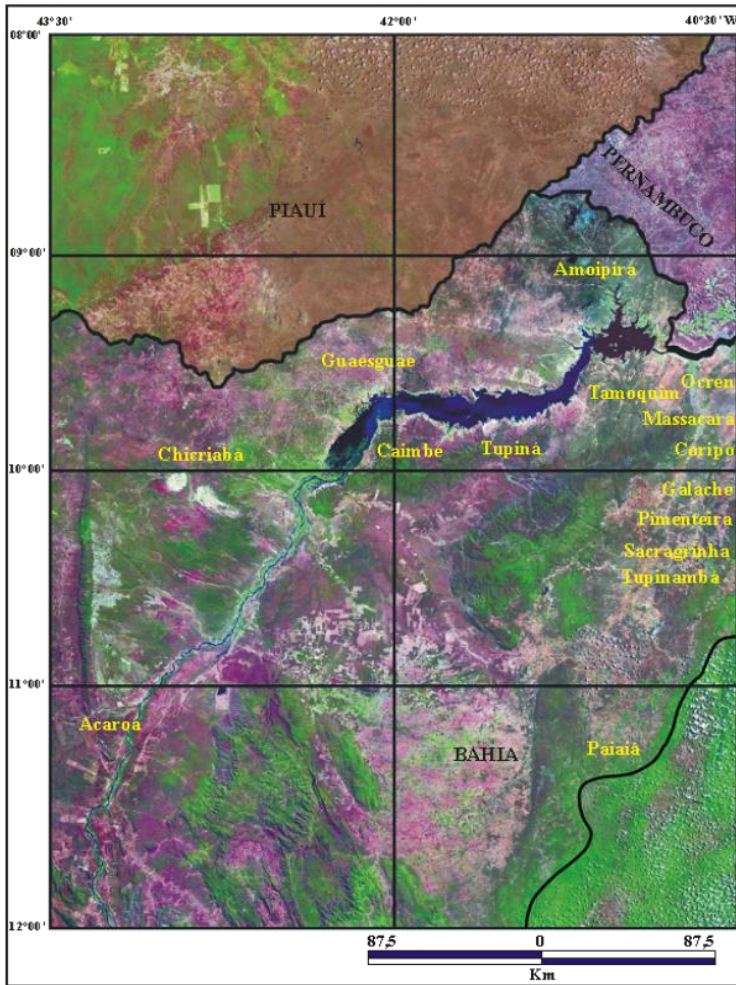
Os arraiais do entorno de Jacobina sofreram, então, grande adensamento populacional. Os tradicionais criadores de gado, assim como os plantadores de roças com culturas de subsistência, acostumados a conviver com as hostilidades do clima semiárido integraram-se de imediato às atividades de mineração.

Aquelas terras, que tinham sido doadas em sesmarias a importantes homens da capitania no século XVII, foram sendo ocupadas e povoadas por muitas famílias através do sistema de arrendamentos, o que possibilitou a presença de pequenos proprietários e sua distribuição por diversos sítios. A maioria dessas propriedades se destinavam a fins pecuaristas e a uma pequena produção de autoconsumo, que alimentava o mercado regional, ainda que o sertão, nesse período, tivesse uma economia incipiente se comparada com as *plantations* açucareiras. Essa população sertaneja mantinha vínculos de clientela e de arrendamento com grandes sesmeiros, vínculos estes que se mantiveram ao longo do século XVII, em função da presença dos sítios e currais. (CONCEIÇÃO, 2018, p. 57).

A mineração foi um forte dinamizador mercantil do sertão mas os negócios com o gado e a agricultura de subsistência não deixaram de acontecer. Ao longo de todo o século XVIII a extração e o comércio do ouro abasteciam-se com o que produziam os criadores e agricultores do entorno. Celebravam-se casamentos de pessoas influentes na mineração das Jacobinas com mulheres dos sítios das proximidades⁶.

⁶ No Livro de Casamentos da Freguesia de Santo Antônio do Sertão da Jacobina há 414 assentos realizados em diferentes capelas, entre os anos

Figura 2 - Territórios ocupados por nativos entre os quais o povo Massacarã



Fonte: Kesting (2012)

de 1682 e 1757. O referido livro encontra-se na paróquia da Igreja Matriz de Santo Antônio de Campo Formoso (Jacobina Velha). Esse é o único livro com registros paroquiais referentes à freguesia da Jacobina nas últimas décadas do século XVII e primeira metade do século XVIII. (CONCEIÇÃO, 2018, p. 148-149).

Foi assim que, em 1723 o capitão Antônio Pinheiro da Rocha, filho do Capitão Mor homônimo tomou como esposa Dona Isabel da Rocha, uma das 4 filhas do alferes Francisco Rabelo (Rabelinho), morador no sítio Jaguarari e chefe de uma tradicional família do Sertão. (CONCEIÇÃO, 2018, p. 148-149).

Em 1888, Jaguarari era já um povoado consideravelmente desenvolvido. Em 1893 tornou-se distrito de Senhor do Bonfim que, em 1885 elevava-se à categoria de cidade, a partir do aglomerado humano que desde 1799 conhecia-se como Vila Nova da Rainha.

Jaguarari emancipou-se politicamente no dia 06 de agosto de 1926, com base na Lei Estadual 1905, por desmembramento do município de Senhor do Bonfim. (Fig. 3 e 4). Constituiu-se atualmente de cinco distritos, quais são: Flamengo, Juacema, Gameleira, Santa Rosa de Lima e Pilar.

Figura 3 - Jaguarari - BA em 1957



Fonte: IBGE (1957), adaptado pelo autor deste

Figura 4 - Jaguarari - BA em 2019

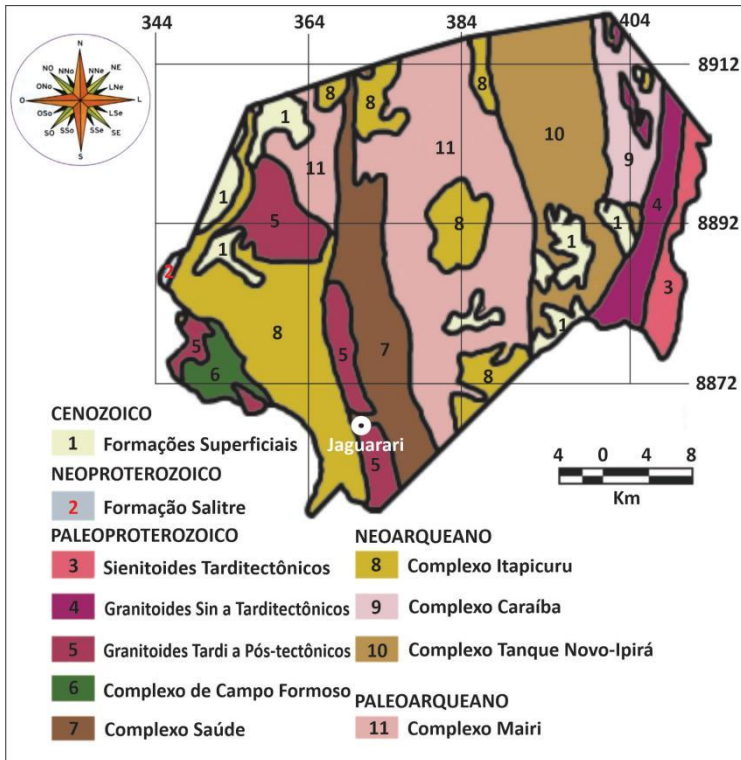


Foto: Heberte Guedes in Verbetes (2013)

2.2 Geologia

A litoestratigrafia de Jaguarari constitui-se de: Formações Superficiais Cenozoicas (1), rochas da Formação Salitre (2), Sienitoides Tarditectônicos (3), Granitoides Sin a Tarditectônicos (4), Granitoides Tardi a Pós-tectônicos (5) Complexo Básico-Ultrabásico de Campo Formoso (6), Complexo Saúde (7), Complexo Itapicuru (8), Complexo Caraíba (9), Complexo Tanque Novo-Ipirá (10) e Complexo Mairi (11). (Fig. 5).

Figura 5 – Esboço geológico de Jaguarari



Fonte: CPRM (2005), adaptado pelo autor deste

As rochas do Complexo Mairi (11), que ocorrem na porção central do município formaram-se no Paleoarqueano, entre 3,6 e 3,2 bilhões de anos, quando no planeta Terra havia muitos gases vulcânicos, carbono, hidrogênio e nitrogênio e pouco oxigênio livre. (Fig. 6). As rochas desse complexo constituem-se de “ortognaisse migmatítico, tonalítico-trondhjemítico-granodiorítico, com enclaves máfico e ultramáfico”. (CPRM, 2005, p. 5). Nessa era surgiam os primeiros continentes. A vida, ainda simples compunha-se tão somente de algas e bactérias.

Figura 6 - Afloramento do Complexo Mairi junto ao Riacho da Barrinha



Fonte: Acervo do autor (2012)

Litologicamente, os continentes do Arqueano eram constituídos de granitos e gnaisses quartzofeldspáticos, rochas pouco densas, que "boiavam" no oceano de magma que estava se resfriando, formando uma fina crosta. Esses blocos continentais eram circundados por *greenstone-belts*, cinturões lineares espessos de rochas vulcânicas, com alto teor de ouro e níquel. Também eram comuns os komatiitos, que são rochas vulcânicas muito magnesianas. Também havia a geração de rochas sedimentares, como as grauvacas nas águas profundas

e conglomerados nas águas mais rasas. Esses sedimentos são ricos em ouro e uraninita. O ferro oxidado que é tão comum nas rochas sedimentares mais recentes não é significativo nas rochas dessa idade. A presença de uraninita e a ausência de ferro nas rochas arqueanas sugerem uma atmosfera pobre em oxigênio, já que o primeiro só é estável em condições redutoras e o segundo, ao contrário, se dissolve em ambiente redutor. (ARQUEANO, 2017).

As rochas dos complexos Tanque Novo-Ipirá (10), Caraíba (9) e Itapicuru (8) geraram-se no Neoarqueano, entre 2,8 e 2,5 bilhões de anos, quando o oxigênio aumentou muito em consequência da fotossíntese decorrente da proliferação e diversificação dos estromatólitos.

Os estromatólitos são formações semelhantes a rochas que podem ser encontradas em meios marinhos pouco profundos e de elevada salinidade. Resultam da agregação de sedimentos por microrganismos designados por **cianobactérias**, bactérias fotossintéticas também conhecidas por ‘algas azuis’. Algumas destas formações são bastante antigas como os estromatólitos australianos que datam de há cerca de 3500 milhões de anos, do **Arcaico** (éon compreendido entre cerca de 4000 e 2500 milhões de anos). São considerados fósseis do período dos primeiros organismos que começaram a realizar a fotossíntese, responsáveis pelo aumento da concentração de oxigênio no planeta. Assim, e de acordo com o registro fóssil, os estromatólitos terão sido abundantes por volta de 2500 a 2700 milhões de anos atrás, e a sua atividade terá modificado de forma decisiva a atmosfera da Terra, tendo permitido a evolução das formas de vida aeróbicas. (VILELA, 2018).

As rochas do Complexo Tanque Novo-Ipirá (10), que ocorrem na porção oriental do município constituem-se de “gnaiss quartzofeldspático granadífero, anfíbolito e quartzito, além de gnaiss grafitoso, gnaiss kinzigítico, rocha calcissilicática, formação ferrífera, quartzito/metacherte anfíbolito”. (CPRM, 2005, p. 5). (Fig. 7).

Figura 7 - Maciço e matacões do Complexo Tanque Novo-Ipirá



Fonte: Acervo do autor(2015)

Os litotipos do Complexo Caraíba (9), também ocorrentes na porção oriental do município constituem-se de “ortognaisses enderbítico, charnoenderbítico e charnockítico em parte migmatizados”. (CPRM, 2005, p. 5). (Fig. 8).

Figura 8 - Afloramento do maciço do Complexo Caraíba



Fonte: Acervo do autor (2015)

As rochas do Complexo Itapicuru **(8)**, que ocorrem predominantemente na porção ocidental do município compõem-se de “filito quartzo xisto, xisto aluminoso, micaxisto, metarritmito, formação ferrífera, metavulcanitos máfico e félsico, quartzito e metaconglomerado”. (CPRM, 2005, p. 5). (Fig. 9).

Figura 9 - Rochas do Complexo Itapicuru na Serra do Cipriano



Fonte: Acervo do autor (2015)

As rochas dos complexos Saúde **(7)** e Campo Formoso **(6)**, bem como os granitoides tardi e pós-tectônicos **(5)**, sin e tarditectônicos **(4)**, como também os sienitoides tarditectônicos **(3)** originaram-se no Paleoproterozoico, entre 2,5 bilhões e 1,6 bilhão de anos, quando surgiam os primeiros eucariontes, com núcleo delimitado por envoltório e com vários tipos de organelas.

Os granitoides presentes nesta suíte são metamonzogranitos a metassienogranitos leucocráticos de coloração cinza esbranquiçado a rosado, granulometria fina a média, textura granoblástica por vezes apresentando variações a condições

textorais porfiroclásticas a porfiroblásticas. Sua composição mineralógica é constituída por plagioclásio (40%), quartzo (25%), K-feldspato (25%) e biotita (7%), e minerais acessórios como muscovita, sericita, epidoto, zircão, opacos e magnetita. (CARVALHO; REZENDE, 2017, p. 25).

Os litotipos do Complexo Saúde **(7)**, ocorrentes na porção central do município constituem-se de “paragnaisse e xisto aluminosos, migmatíticos ou em parte migmatíticos, quartzito, formação ferrífera, metamafito e metaultramafito”. (CPRM, 2005, p. 5). As rochas do Complexo de Campo Formoso **(6)**, que ocorrem na porção sudoeste do município compõem-se de “serpentinito, talco-xisto, anfíbolito, cromitito e granitoides”. (CPRM, 2005, p. 5).

Os granitoides tardi e póstectônicos **(5)**, que ocorrem na região de serra de Jacobina e Campo Formoso, porção oeste do município constituem-se de “eucogranito, biotita-muscovita granito e biotita granito, calcialcalinos de alto K, peraluminosos”. (CPRM, 2005, p. 6). Os granitoides sin a tarditectônicos **(4)**, ocorrentes no Vale do Rio Curaçá e Riacho da Onça, na porção oriental do município compõem-se de “granodiorito a sienogranito, levemente foliados, calcialcalinos de alto K, metaluminosos (...) augengnaisse quartzomonzonítico a granítico, granulítico, calcialcalino de alto K, metaluminoso”. (CPRM, 2005, p. 6). Os sienitoides tarditectônicos **(3)**, que ocorrem na fronteira sudeste do município constituem-se de batólitos.

As rochas da Formação Salitre **(2)**, constituídas de “calclutito, calcarenito e tapetes algais” ocorrem em parte da fronteira noroeste do município. (CPRM, 2005, p. 5-6). Elas formaram-se no Neoproterozoico, entre um bilhão e 541 milhões de anos, quando surgiram as formas de vida complexa.

O Neoproterozoico foi um período na história da Terra marcado por mudanças climáticas extremas resultantes das postuladas glaciações globais da Terra “Bola de Neve” (~ 760 -

580 Milhões de anos) e subsequentes condições de efeito-de-estufa, mudanças importantes na geoquímica dos oceanos, a estratificação e oxigenação oceânica, e a evolução sem precedentes do biota marinho.

O final do Neoproterozoico assistiu talvez ao mais dramático dos eventos climáticos globais na história da Terra. Considera-se a hipótese de que ocorreram várias glaciações globais, mesmo ao ponto de formarem glaciares no equador com gelo marinho tropical de 1 km de espessura. Calcula-se que as glaciações teriam durado cerca de 10 milhões anos. (MUSEU VIRTUAL DOS MINI-MUNDOS, 2019).

As Formações Superficiais (1) formaram-se no Cenozoico, entre 65 milhões de anos e os dias atuais. São “coberturas detritolateríticas, formadas por areia com níveis de cascalho e argila e crosta laterítica (...), brecha calcífera e calcrete (...) e depósitos aluvionares recentes”. (CPRM, 2005, p. 5).

2.3 Geoformas

O território de Jaguarari possui relevo suavemente ondulado a ondulado na parte central e muito acidentado a leste e oeste. As coberturas superficiais cenozoicas ocorrem nos vales dos principais riachos, afluentes do Rio Itapicuru ao sul e do Rio São Francisco ao norte. As altitudes oscilam de 400 a 700 metros.

As principais serras são: a de Itiúba, a leste e a de Jacobina, a oeste. (Fig. 10). A Serra de Itiúba subdivide-se em Januária, Elias, Hilária, Barreiro, Pai João, Tanque, Santa Rosa e Caraíba. A Serra da Jacobina constitui-se das serras do Enforcado, da Queimada, da Vassoura, da Tapagem, da Cajazeira, do Cipriano, do Caldeirão, da Cachoeira, da Vargem, do Morgado, do Olho d'Água Amarelo, da Boa Vista, do Jardim, do Bento e do Mato Escuro. (IBGE, 1985, p. 3-4).

Figura 10 – Serra da Jacobina, no setor oeste do município



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2012)

2.4 Recursos Hídricos

A rede hidrográfica, de caráter temporário, compreende riachos tributários das bacias do São Francisco e do Itapicuru. Destacam-se, entre os primeiros, os riachos Carro Quebrado, São José, Muquém, Manoel Ferreira, Barrinha, Poção, Melancia e Curaçá e, entre os segundos, os riachos Jaguarari, Maria Preta e Jacurici. (IBGE, 1985, p. 4).

Há jazidas hídricas subterrâneas, jacentes em formações superficiais cenozoicas, carbonatos / metacarbonatos, metassedimentos / metavulcanitos e no cristalino.

As formações superficiais Cenozoicas, são constituídas por pacotes de rochas sedimentares de naturezas diversas, que recobrem as rochas mais antigas. Em termos hidrogeológicos, têm um comportamento de “aquífero granular”, caracterizado por possuir uma porosidade primária, e nos terrenos arenosos uma elevada permeabilidade, o que lhe confere, no geral,

excelentes condições de armazenamento e fornecimento d'água. Na área do município, este domínio está representado por depósitos relacionados temporalmente ao Quaternário (depósitos aluvionares recentes) e ao Terciário-Quaternário (coberturas detritolateríticas). A depender da espessura e da razão areia/argila dessas unidades, podem ser produzidas vazões significativas nos poços tubulares perfurados, sendo, contudo, bastante comum, que os poços localizados neste domínio, captem água dos aquíferos subjacentes.

Os carbonatos / metacarbonatos constituem um sistema aquífero desenvolvido em terrenos com predominância de rochas calcárias, calcárias magnesianas e dolomíticas, que têm como característica principal, a constante presença de formas de dissolução cárstica (dissolução química de rochas calcárias), formando cavernas, sumidouros, dolinas e outras feições erosivas típicas desses tipos de rochas. Fraturas e outras superfícies de descontinuidade, alargadas por processos de dissolução pela água propiciam ao sistema porosidade e permeabilidade secundária, que permitem acumulação de água em volumes consideráveis. Infelizmente, essa condição de reservatório hídrico subterrâneo, não se dá de maneira homogênea ao longo de toda a área de ocorrência. Ao contrário, são feições localizadas, o que confere elevada heterogeneidade e anisotropia ao sistema aquífero. A água, no geral, é do tipo carbonatada, com dureza bastante elevada.

Os metassedimentos / metavulcanitos e cristalino têm comportamento de "aquífero fissural". Como basicamente não existe uma porosidade primária nestes tipos de rochas, a ocorrência de água subterrânea é condicionada por uma porosidade secundária representada por fraturas e fendas, o que se traduz por reservatórios aleatórios, descontínuos e de pequena extensão. Dentro deste contexto, em geral, as vazões produzidas por poços são pequenas e a água, em função da falta de circulação, dos efeitos do clima semiárido e do tipo de rocha, é na maior parte das vezes salinizada. Essas condições definem um potencial hidrogeológico baixo para as rochas, sem, no entanto, diminuir sua importância como alternativa no abastecimento nos casos de pequenas comunidades, ou

como reserva estratégica em períodos de prolongadas estiagens. (CPRM, 2005, p. 7).

2.5 Clima

O clima de Jaguarari é tropical semiárido. A temperatura média anual é de 22°C, com amplitude de 5°C e predominância de temperaturas moderadas e elevadas. No verão, a temperatura média situa-se em torno de 23,5°C e, no inverno, próximo a 20°C. A precipitação pluviométrica anual média é 560 mm, mal distribuída e bastante irregular ano a ano. Há anos chuvosos com precipitação próxima a 1.000 mm e anos secos, com chuva em torno de 200 mm.

Caracteriza-se por uma estação pouco chuvosa de novembro a abril, próximo a 70% do total anual e outra muito seca, de duração variável, cujas chuvas, além de raras, são de pouca intensidade, ficando até mesmo ausentes durante vários anos consecutivos. Conseqüentemente, apresenta grandes deficits de água ambiental, cerca de 500 mm e prolongada estação de 10 a 13 meses secos. A umidade relativa do ar é de 70%. (IBGE, 1985, p. 4).

2.6 Vegetação

A vegetação característica de Jaguarari é a típica Caatinga dos sertões nordestinos. Há muitas formas vegetais xeromórficas e lenhosas, monofoliadas decíduais, arbóreas abertas ou densas, sem palmeiras e outras, arbustivas, densas em alguns espaços e abertas em outros, a depender de fatores topográficos, ecológicos e pedológicos.

Nas áreas aplainadas, a caatinga arbórea aberta ocorre com porte arbustivo também aberto, constatando-se um

adensamento deste estrato nas áreas de relevo dissecado em colinas e nas áreas de solos com pavimentos desérticos (solos pedregosos). (SOUZA *et al*, 1979, p. 40).

Na seca, a vida vegetativa entra em estagnação. O conjunto botânico da região árida foi evoluindo lentamente, adaptando-se a uma nova realidade climática, até alcançar o clímax da organização xerófila estabilizada na caatinga. É uma vegetação de baixo extrato, caules retorcidos e tortuosos, raízes possantes e profundas que absorvem a umidade subalveolar do solo com extraordinário poder de sucção osmótica. O xerofilismo no Nordeste é próprio e peculiar. É o único no mundo inteiro. Estes vegetais possuem reservas alimentícias nas raízes, nutrientes e água para manter e reconstruir o seu corpo vegetativo. (RIBEIRO, 2007, p. 47 *apud* SILVA, 2010, p. 123).

As espécies arbóreas mais comuns são: pereiro (*Aspidosperma pyrifolium*), maniçoba (*Manihot caerulescens*), angico (*Anadenanthera colubrina*), aroeira (*Schinus terebinthifolius*), umburana de cambão (*Commiphora leptophloeos*), umburana de cheiro (*Amburana cearensis*), umbuzeiro (*Spondias tuberosa*), catingueira (*Caesalpinia pyramidalis*), baraúna (*Schinopsis brasiliensis*, fig. 11), favela de cachorro (*Cnidoscolus quercifolius*), juazeiro (*Ziziphus joazeiro*), angico de bezerro (*Piptadenia moniliformis*), jurema preta (*Mimosa tenuiflora*), jureminha (*Desmanthus virgatus*), jurema vermelha (*Mimosa ophthalmocentra*), camaçari (*Caraipa densifolia*), murici (*Byrsonima cracifolia*), Jatobá (*Hymenaea courbaril*), gameleira (*Ficus catappifolia*), carnaúba (*Copernicia prunifera*), Angelim (*Andira fraxinifolia*) e ouricuri (*Syagrus coronata*). (Fig. 12).

Dentre as arbustivas, destacam-se: carqueja (*Baccharis trimera*), cansação (*Cnidoscolus pubescens*), pinhão roxo (*Jatropha gossypifolia*), quebra faca (*Croton conduplicatus*), velame (*Croton heliotropiifolius*), jitirana (*Ipomoea cairica*), sete patacas (*Allamanda cathartica*), melosa (*Ruellia*

asperula), marmeleiro (*Croton sonderianus*), mofumbo (*Combretum leprosum*), alecrim (*Lippia gracilis*), cansação (*Cnidocolus urens*), mororó (*Croton sonderianus*) e canafístula (*Peltophorum dubium*).

Figura 11 - Baraúna (*Schinopsis brasiliensis*)



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2013)

Figura 12 - Ouricuri (*Syagrus coronata*)



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2013)

As cactáceas mais representativas são: xiquexique (*Pilosocereus polygonus*), mandacaru facheiro (*Pilosocereus pachycladus*), quipá (*Tacinga inamoena*), coroa de frade (*Melocactus zehntneri*) e mandacaru de boi (*Cereus jamacaru*). Elas ocorrem predominantemente em áreas de solos pedregosos e nas encostas ou cristas das serras. Nesses setores também se notabilizam as bromélias como caroá (*Neoglaziovia variegata*) e macambiras de lajedo (*Bromelia laciniosa*).

A quem conheceu as serras do entorno de Jaguarari há quatro décadas, ao visitá-las nos dias atuais, salta-lhe aos olhos a diferença da paisagem. Outrora ela era exuberante. Várias espécies vegetais conservavam-se verdes durante oito meses do ano (outubro a maio). Hoje, as serras estão desnudas. Nelas se encontram troncos secos e/ou tombados pela inclemência da seca que se prolonga e pela ação desumana de pessoas e empresas que, durante séculos as depredam. Desnudas as serras, reduz-se a vazão das nascentes e desaparecem as águas correntes que havia nos boqueirões.

2.7 Fauna

Ao longo da história e da pré-história, a fauna silvestre sempre foi abundante em Jaguarari. Os mamíferos mais comuns são: caititu (*Tayassu tajacu*), veado (*Mazama gouazoubira*), tatu verdadeiro (*Dasyopus novemcinctus*), tatu peba (*Euphractus sexcinctus*), tatu bola (*Tolypeutes tricinctus*), tatu china (*Dasyopus septemcinctus*), tamanduá mirim (*Tamandua tetradactyla*), mocó (*Kerodon rupestris*), preá (*Cavia aperea*), capivara (*Hydrochaeris hydrochaeris*), cutia (*Dasyprocta Aguti*), macaco prego (*Sapajus libidinosus*), sagui (*Callithrix jacchus*), gato macambira (*Leopardus tigrinus*), lobo guará (*Chrysocyon brachyurus*), saruê (*Didelphis aurita*) e raposa (*Dusicion thous*).

As aves mais comuns são: ema (*Rhea americana*), jacucaca (*Penelope jacucaca*), seriema (*Çariama cristata*), arribação (*Zenaida auriculata*), asa branca (*Patagioenas picazuro*), juriti (*Leptotila vereauxi*), codorna (*Nothura boraquira*), perdiz (*Rhinchotus rufescens*), zabelê (*Crypturellus noctivagus zabele*), nambu (*Crypturellus parvirostris*), pato mergulhão (*Mergus octosetaceus*), paturi (*Amazonetta brasiliensis*), rolinha fogo apagou (*Columbina squammata*), jandaia (*Aratinga jandya*), canção (*Cyanocorax cyanopogon*), carcará (*Caracara plancus*), gavião (*Harpia hapyja*), sofrê (*Icterus jamacaii*), bem-te-vi (*Pitangus sulphuratus*), anu preto (*Crotophaga ani*), canário da terra (*Sicalis flaveola*), casaca de couro (*Furnarius leucopus*), coruja buraqueira (*Athene cunicularia*), João-de-barro (*Furnarius rufus*) e galo de campina (*Paroaria dominicana*).

Os répteis mais correntes são: lagartixa de lajedo (*Tapinurus helenae*), teiú (*Tupinambis teguixim*), camaleão (*Iguana iguana*), jararaca malha de cascavel (*Bothrops erythromelas*), jiboia (*Boa constrictor*), cascavel (*Crotalus durissus*), coral (*Micrurus lemniscatus*) e cipó bicuda (*Oxybelis aeneus*). (Fig. 13).

Figura 13 - Cobra cipó bicuda (*Oxybelis aeneus*)



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2013)

Há abelhas nativas como mandaçaia (*Melipona quadrifasciata*), cupira preta (*Partamona cupira*), abelha moça branca (*Frieseomelitta doederleini*) e manduri (*Melipona marginata*).

Nas encostas das serras, principalmente nos boqueirões e grotas encontram-se aracnídeos típicos do Semiárido como a caranguejeira (*Lasiodora sp.*). (Fig. 14).

Figura 14 - Caranguejeira (*Lasiodora sp.*)



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2013)

A fauna doméstica é representada pelo carneiro, o bode, o cavalo, o burro, o jumento, o porco, o boi zebu (*Bos indicus*) e o boi europeu (*Bos taurus*).

3 PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Em 13 lugares que se pesquisou em Jaguarari identificaram-se pinturas e/ou gravuras rupestres, almofarizes (em matacão e rocha), artefatos de indústria lítica, metal e plástico, fragmentos de cerâmica, louça, vidro e artefatos de olaria, sepulturas de escravos, restos orgânicos e fundações residenciais de arquitetura vernácula. (Tab. 1; Fig. 15).

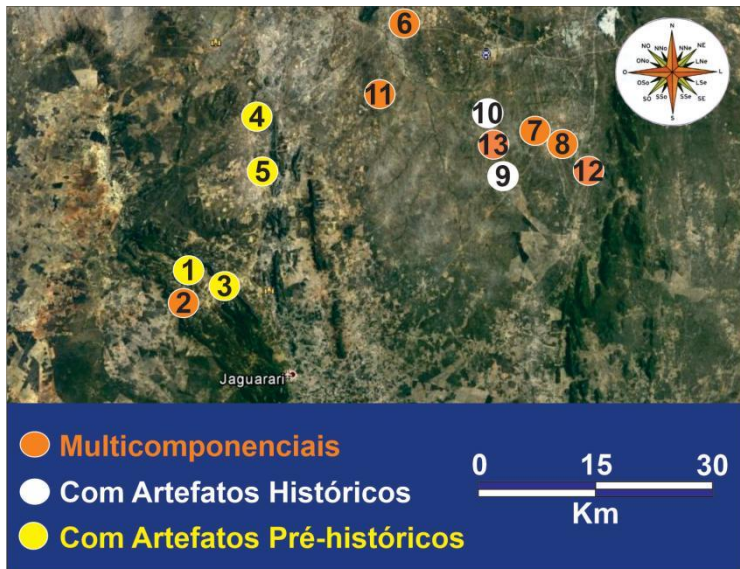
Tabela 1 – Feições de relevo com artefatos arqueológicos

Nº	Lugares Pesquisados	Artefatos
01	Boqueirão do Riacho do Mocambo	Pinturas e gravuras rupestres.
02	Boqueirão do Riacho dos Oliveiras	Pinturas, gravuras rupestres e sepulturas de escravos.
03	Boqueirão da Tapagem	Pinturas rupestres.
04	Riacho da Barrinha	Gravuras rupestres e almofarizes (em rocha e matacão).
05	Lajedo do Rastro da Ema	Gravuras rupestres e almofarizes em rocha.
06	Lagoa da Ponta Baixa	Gravuras rupestres, almofarizes e caldeirão em rocha.
07	Fazenda Quixaba	Pinturas rupestres; fragmentos de cerâmica, louça, faiança, ladrilho, vidro e artefatos de olaria; artefatos de metal; restos orgânicos; vela com figuras de santos e cruzeiro.
08	Fazenda Suçuarana	Gravura e pinturas rupestres; almofarizes e caldeirões em rocha; artefatos líticos, de metal e plástico; fragmentos de cerâmica, grés, porcelana, louça, vidro e artefatos de olaria; restos orgânicos e resto de fundação de residência.

09	Fazenda Ipueira	Artefatos de metal e fragmentos de cerâmica, louça, vidro, ladrilho e artefatos de olaria.
10	Fazenda Monte Alegre	Fragmentos de cerâmica, louça, vidro e artefatos de olaria.
11	Alto dos Caboclos	Gravuras rupestres; almofarizes em rocha; artefatos líticos e de metal; fragmentos de cerâmica, louça e vidro.
12	Fazenda Corrência	Artefatos líticos, de metal e plástico; fragmentos de cerâmica, louça, vidro e artefatos de olaria; restos orgânicos.
13	Fazenda Santa Maria	Artefatos líticos e de metal; fragmentos de cerâmica, louça, vidro e artefatos de olaria.

Fonte: Acervo do autor (2019)

Figura 15 – Feições de relevo com artefatos arqueológicos



Fonte: Google Earth (2021), adaptado pelo autor deste

3.1 Boqueirão do Riacho do Mocambo

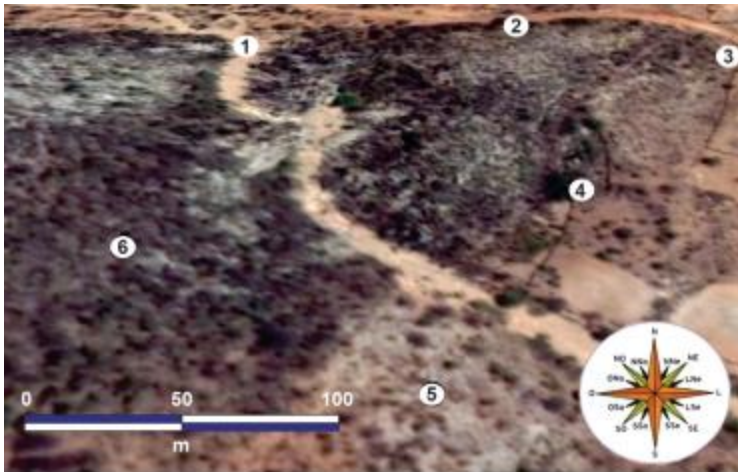
O Boqueirão do Riacho do Mocambo (código 170) é um cânion resultante da dissecação fluvial promovida pelo Riacho do Mocambo, afluente do Riacho da Barrinha, na Serra do Cipriano, constituída de rochas vulcanossedimentares arqueanas do Complexo Itapicuru. (Tab. 2; Fig. 16 a 19). Nele se identificaram sete sítios arqueológicos. (Fig. 20).

Tabela 2 – Vértices da área sugerida para proteção do patrimônio

Nº	UTM24L	UTMN	Altitude (m)
1	356124	8879597	696
2	356266	8879632	700
3	356376	8879602	697
4	356291	8879484	685
5	356235	8879367	679
6	356131	8879402	709

Fonte: Google earth (2020)

Figura 16 – Vértices da área sugerida para proteção do patrimônio



Fonte: Google earth (2019), adaptado pelo autor

Figura 17 – Vista parcial do boqueirão



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 18 – Vista parcial do boqueirão



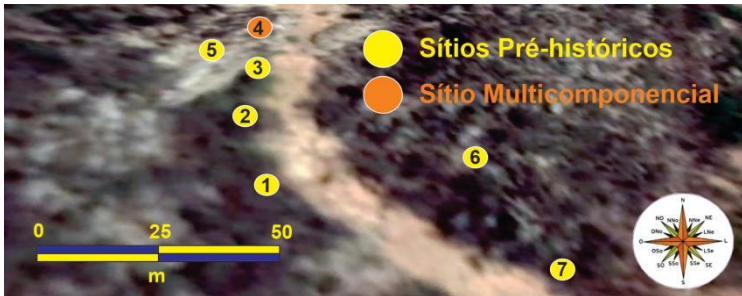
Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 10 – Vista parcial do boqueirão



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 20 – Distribuição espacial dos sítios



Fonte: Google earth (2020), adaptado pelo autor

3.1.1 Mocambo 1

O Sítio Mocambo 1 (código 170.1) localiza-se à base da encosta da Serra do Cipriano, às coordenadas UTM24L

356178, UTMN 8879446 e 698 m de altitude, na margem direita do Riacho do Mocambo. Trata-se de uma escarpa de quartzito com orientação noroeste – sudeste e abertura a nordeste. Mede 19,3 m de comprimento, 9 m de altura e 4 m de largura. Nele existem painéis de pintura rupestre. Em sua base depositaram-se matacões, blocos, seixos angulosos, areia e silte. (Fig. 21 a 23).

Figura 21 – Mocambo 1



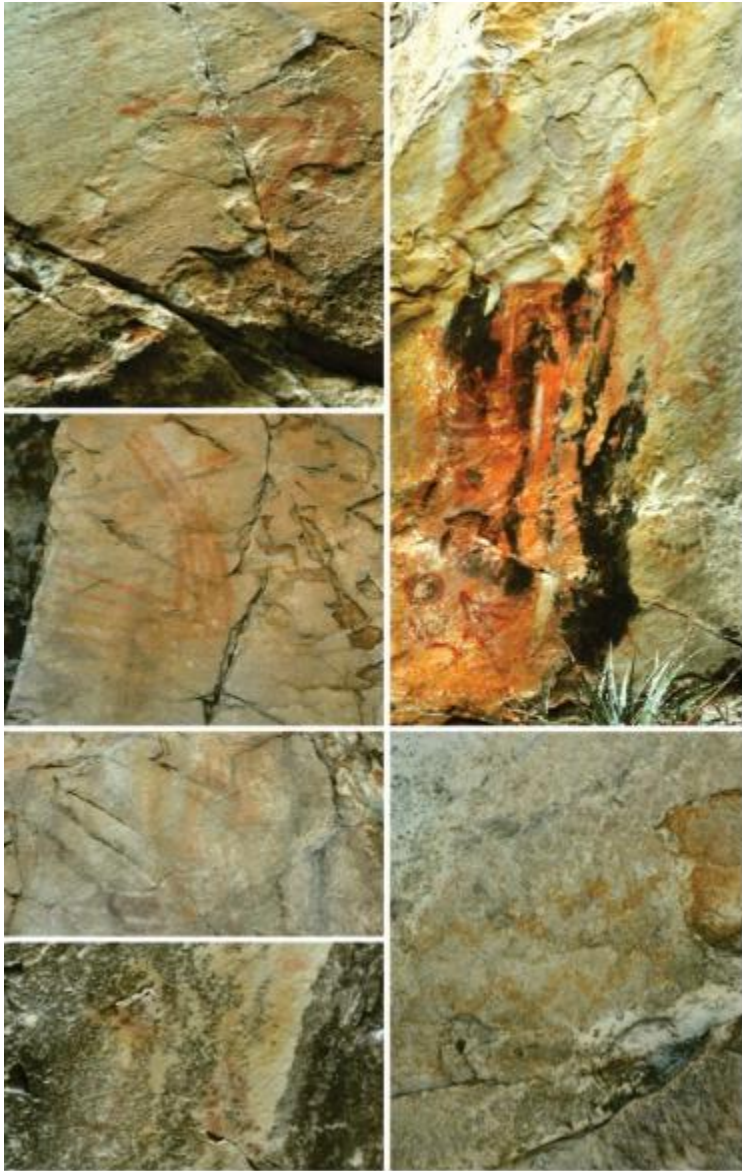
Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 22 – Pinturas reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 23 - Pinturas reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

3.1.2 Mocambo 2

O Sítio Mocambo 2 (código 170.2) localiza-se à base da encosta da Serra do Cipriano, às coordenadas UTM24L 356171, UTMN 8879463 e 702 m de altitude, na margem direita do Riacho do Mocambo. Trata-se de uma escarpa de quartzito com orientação leste – oeste e abertura a norte. Mede 19,2 m de comprimento, 12 m de altura e 2 m de largura. Nele existem painéis de pintura rupestre. Em sua base depositaram-se matacões, blocos, seixos angulosos, areia e silte. (Fig. 24 a 27).

Figura 24 – Mocambo 2



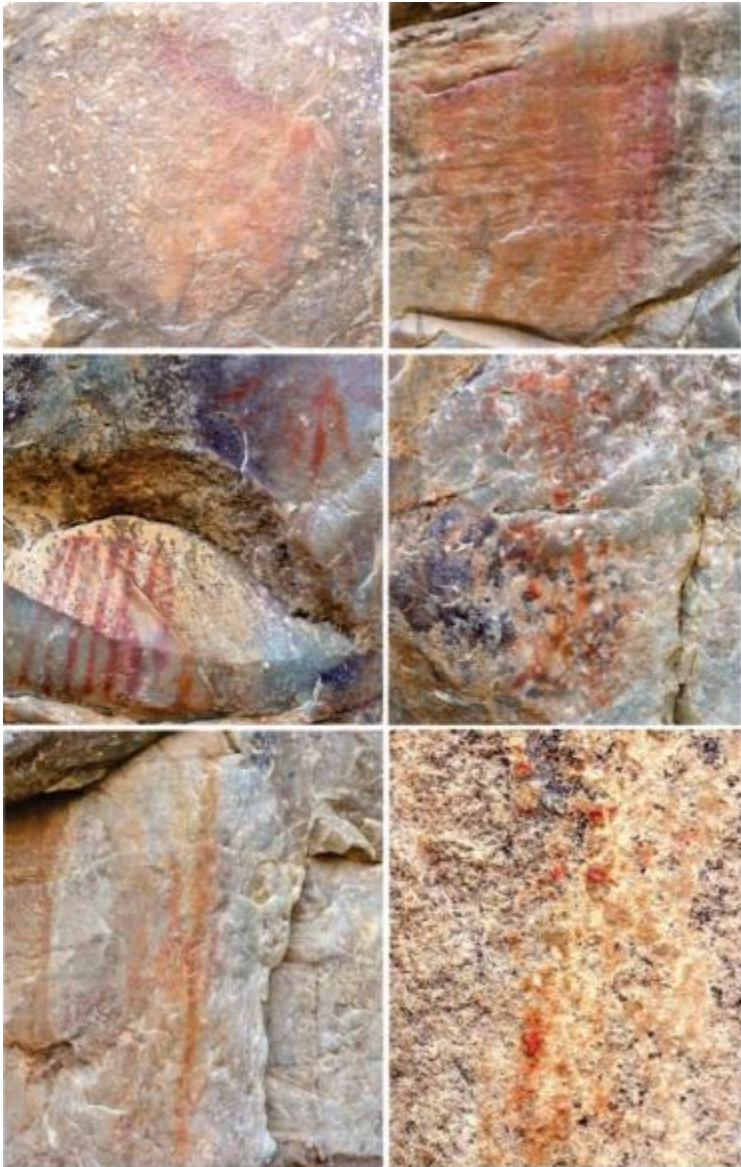
Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 25 – Pinturas reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 26 – Pinturas reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 27 – Pinturas reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

3.1.3 Mocambo 3

O Sítio Mocambo 3 (código 170.3) localiza-se à base da encosta da Serra do Cipriano, às coordenadas UTM24L 356170, UTMN 8879480 e 702 m de altitude, na margem direita do Riacho do Mocambo. Trata-se de uma escarpa de quartzito com orientação leste – oeste e abertura a norte. Mede 3,2 m de comprimento, 3,4 m de altura e 0,4 m de largura. Nele existem painéis de pinturas e gravuras rupestres. Em sua base depositou-se uma camada de areia, silte e argila. (Fig. 28 a 30).

Figura 28 – Mocambo 3



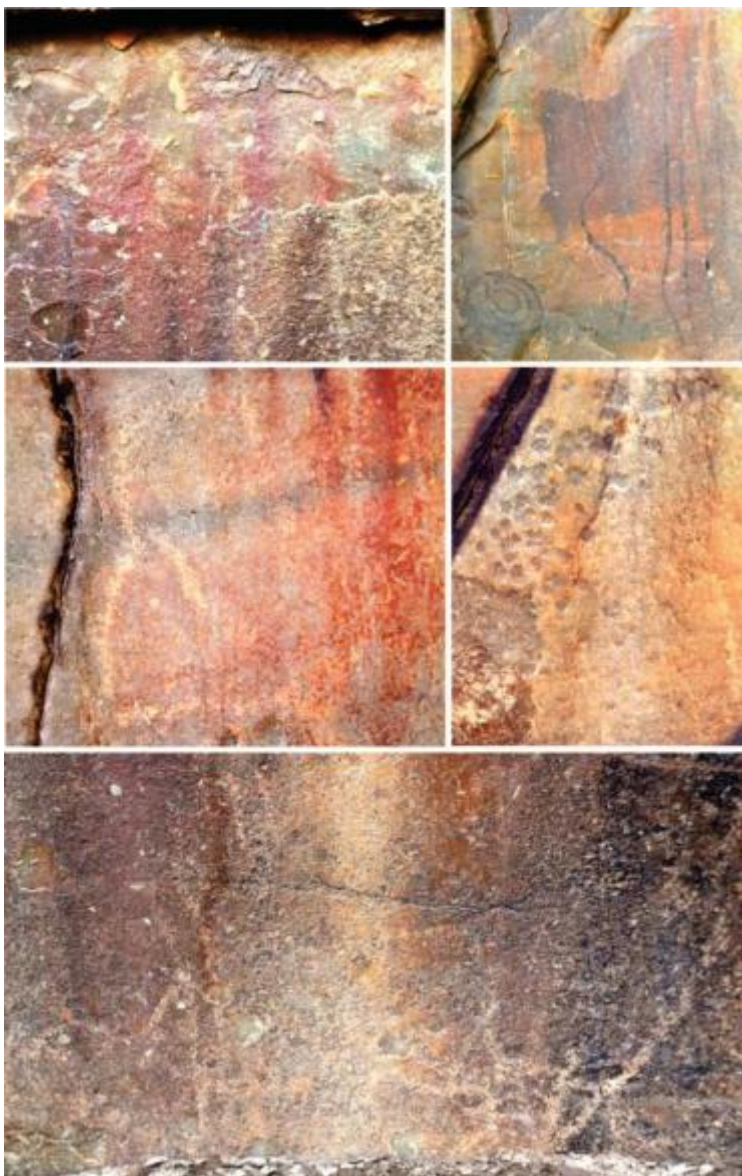
Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 29 – Pinturas reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 30 – Pinturas e gravuras reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

3.1.4 Mocambo 4

O Sítio Mocambo 4 (código 170.4) localiza-se à base da encosta da Serra do Cipriano, às coordenadas UTM24L 356166, UTMN 8879501 e 702 m de altitude, na margem direita do Riacho do Mocambo. Trata-se de uma escarpa de quartzito com orientação noroeste – sudeste e abertura a nordeste. Mede 22 m de comprimento, 15 m de altura e 1 m de largura. Nele existem painéis de pinturas e gravuras rupestres. Em sua base depositou-se uma camada de areia, silte e argila. (Fig. 31 a 36).

Figura 31 – Mocambo 4



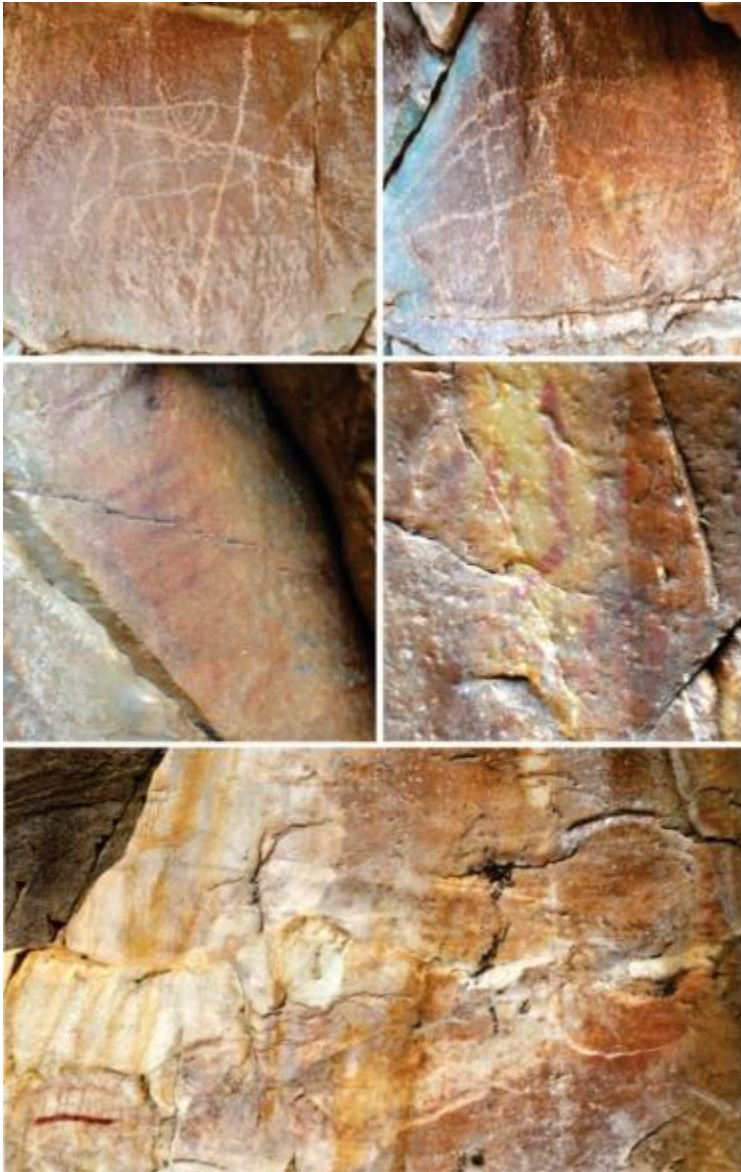
Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 32 – Pinturas reconhecíveis



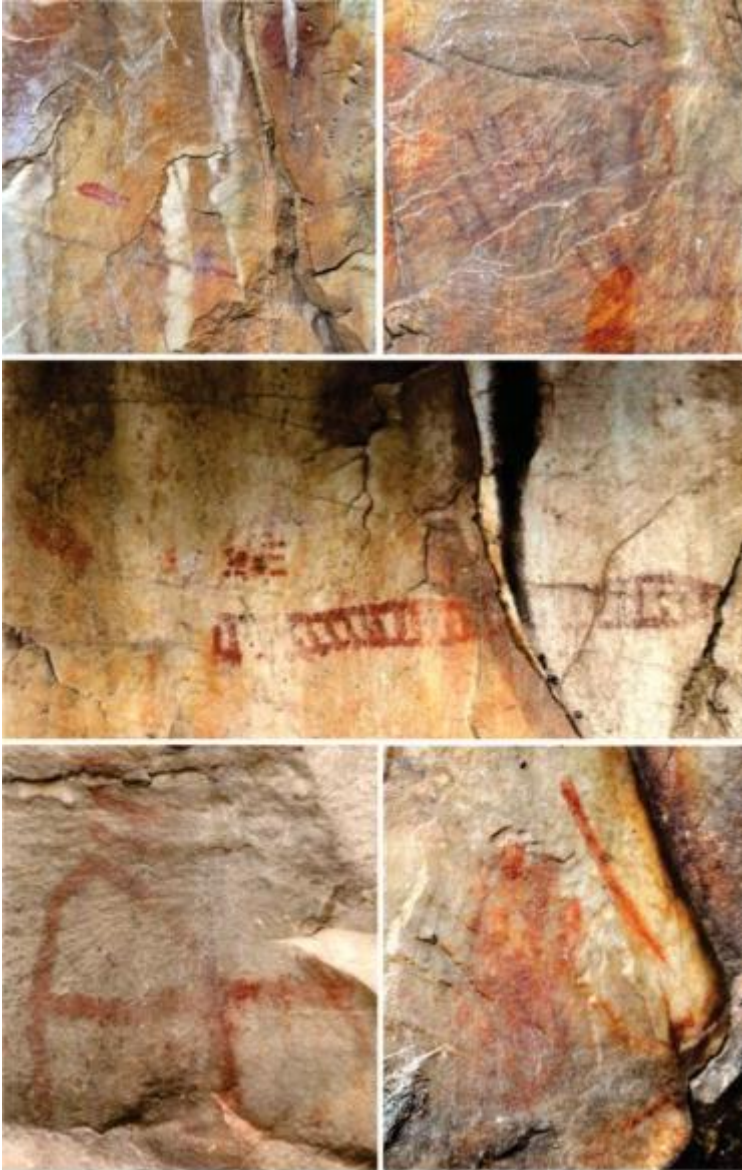
Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 33 – Gravuras e pinturas reconhecíveis



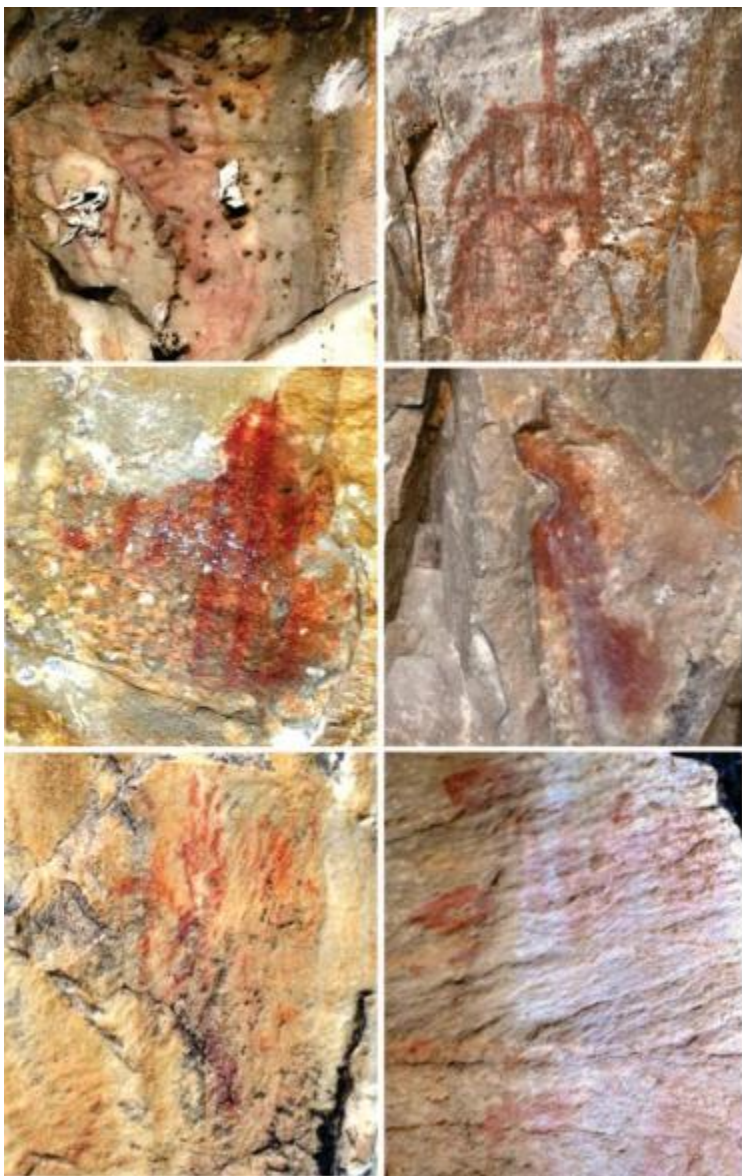
Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 34 – Pinturas reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 35 – Pinturas reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 36 – Pinturas reconhecíveis

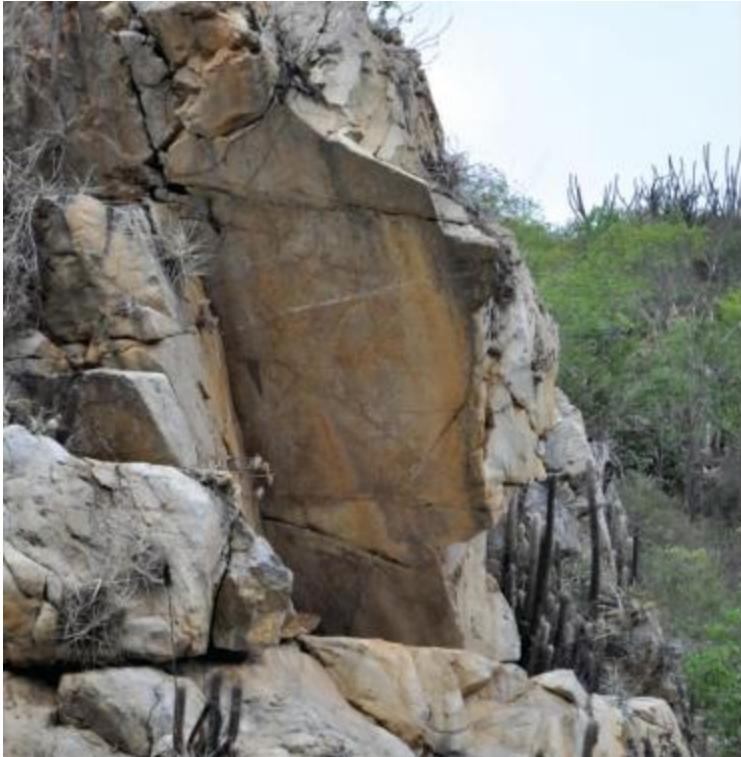


Fonte: Acervo do autor (2013)

3.1.5 Mocambo 5

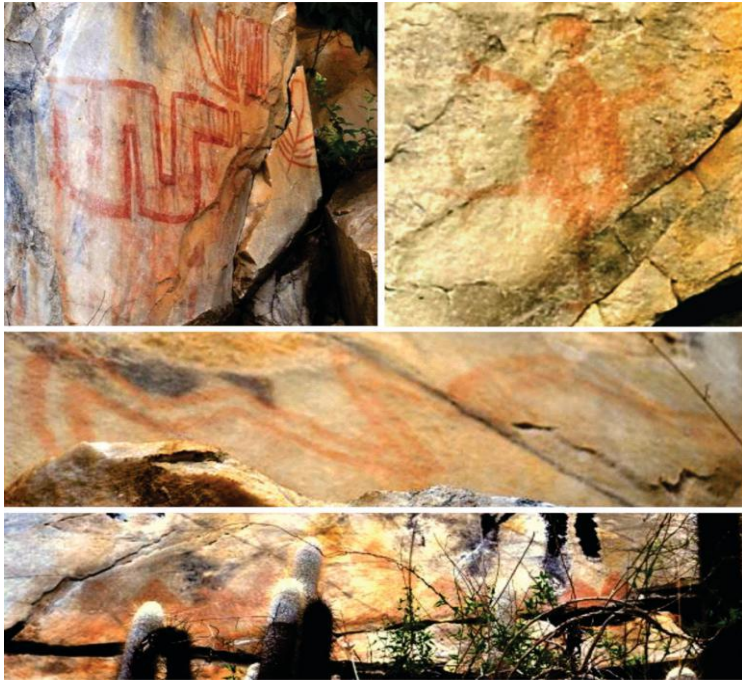
O Sítio Mocambo 5 (código 170.5) localiza-se à base da encosta da Serra do Cipriano, às coordenadas UTM24L 356159, UTMN 8879485 e 702 m de altitude, na margem direita do Riacho do Mocambo. Trata-se de uma escarpa de quartzito com orientação norte – sul e abertura a oeste. Mede 20 m de comprimento, 20 m de altura e 2 m de largura. Nele existem painéis de pintura rupestre. Em sua base não existem sedimentos. (Fig. 37 e 38).

Figura 37 – Mocambo 5



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 38 – Pinturas conhecíveis e reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

3.1.6 Mocambo 6

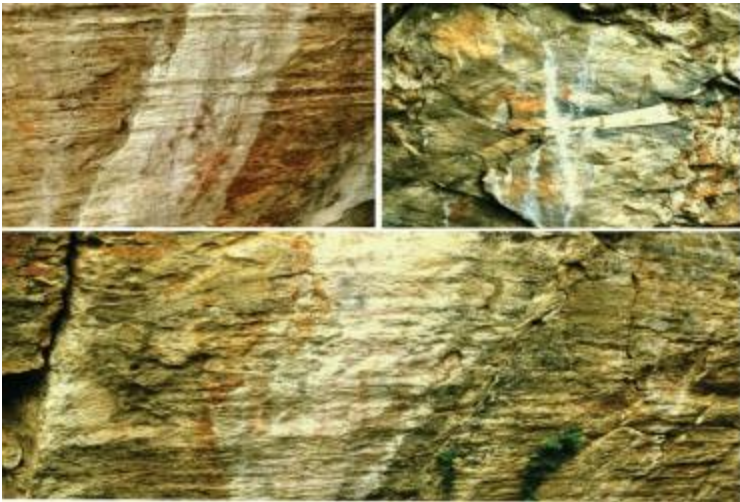
O Sítio Mocambo 6 (código 170.6) localiza-se a meia encosta da Serra do Cipriano, às coordenadas UTM24L 356218, UTMN 8879467 e 690 m de altitude, na margem esquerda do Riacho do Mocambo. Trata-se de uma escarpa de quartzito com orientação norte – sul e abertura a leste. Mede 13 m de comprimento, 5,8 m de altura e 1 m de largura. Nela se preservam painéis de pintura rupestre. Em sua base acumularam-se matacões, blocos, seixos angulosos, areia e silte. (Fig. 39 e 40).

Figura 39 – Mocambo 6



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 40 – Pinturas reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

3.1.7 Mocambo 7

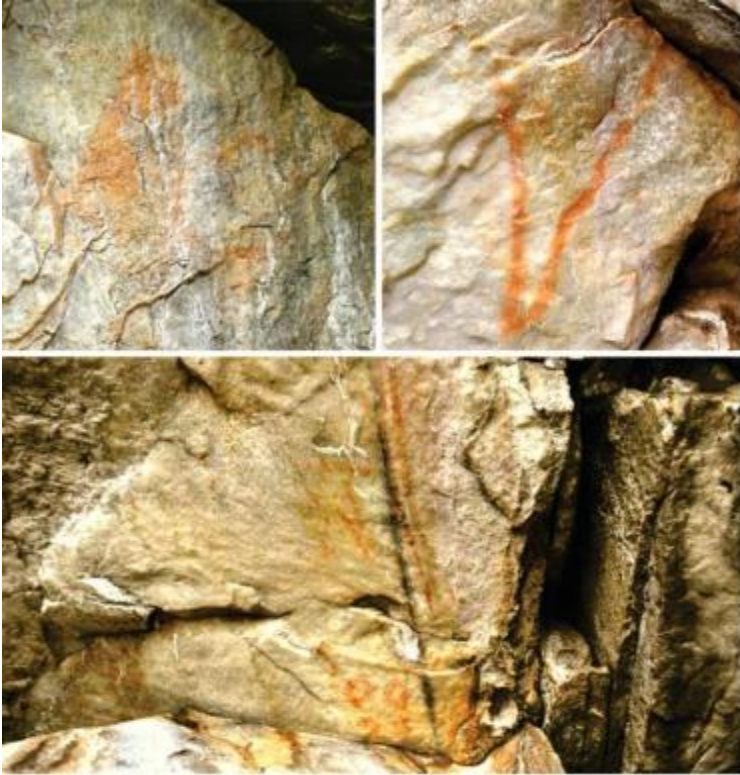
O Sítio Mocambo 7 (código 170.7) localiza-se à base da encosta da Serra do Cipriano, às coordenadas UTM24L 356232, UTMN 8879467 e 685 m de altitude, na margem esquerda do Riacho do Mocambo. Trata-se de uma escarpa de quartzito com orientação nordeste – sudoeste e abertura a sudeste. Mede 13 m de comprimento, 5,6 m de altura e 2 m de largura. Nele existem painéis de pintura rupestre. Em sua base depositaram-se matacões, blocos, seixos angulosos, areia e silte. (Fig. 41 e 42).

Figura 41 – Mocambo 7



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 42 – Pinturas reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

3.2 Boqueirão do Riacho dos Oliveiras

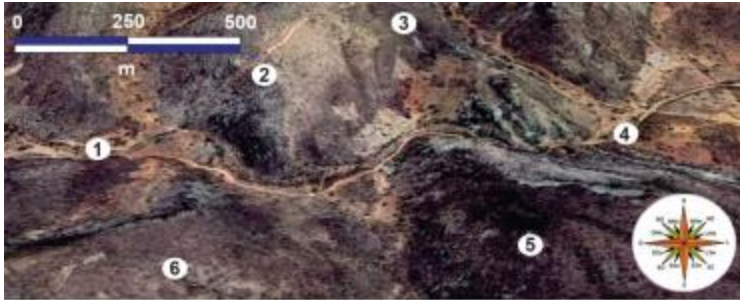
O Boqueirão do Riacho dos Oliveiras (código 171) é um cânion resultante da dissecação fluvial promovida pelo Riacho dos Oliveiras, afluente do Riacho da Barrinha, na Serra do Cipriano, constituída de rochas vulcanossedimentares arqueanas do Complexo Itapicuru. (Tab. 3; Fig. 43 a 47). Nele se identificaram cinco sítios arqueológicos. (Fig. 48).

Tabela 3 – Vértices da área sugerida para proteção do patrimônio

Nº	UTM24L	UTMN	Altitude (m)
1	354438	8875565	705
2	354751	8875798	793
3	355078	8875183	766
4	355596	8875758	662
5	355253	8875118	900
6	354783	8875087	862

Fonte: Google earth (2020)

Figura 43 – Vértices da área sugerida para proteção do patrimônio



Fonte: Google earth (2020), adaptado pelo autor deste

Figura 44 – Vista parcial do boqueirão



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 45 – Vista parcial do boqueirão



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 46 – Vista parcial do boqueirão



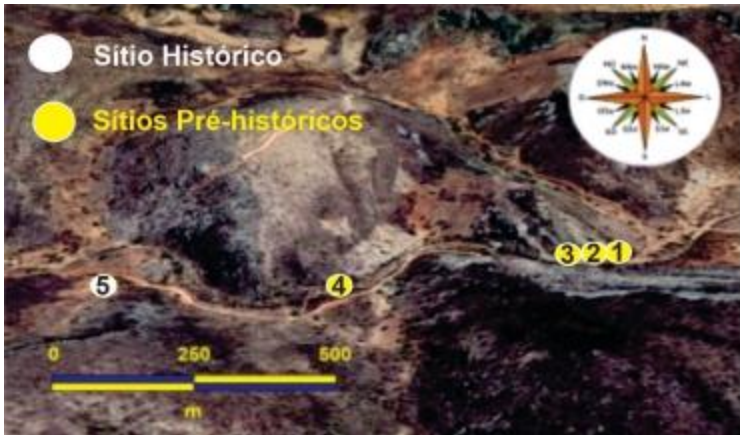
Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 47 - Vista parcial do boqueirão



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 48 – Distribuição espacial dos sítios



Fonte: Google earth (2020), adaptado pelo autor deste

3.2.1 Oliveira 1

O Sítio Oliveira 1 (código 171.1) localiza-se à base da encosta da Serra do Cipriano, às coordenadas UTM24L 355461, UTMN 8875734 e 681 m de altitude, na margem esquerda do Riacho dos Oliveiras. Trata-se de uma escarpa de quartzito com orientação norte – sul e abertura a leste. Mede 25 m de comprimento, 4 m de altura e 2 m de largura. Nele existem painéis de pinturas e gravuras rupestres. Em sua base depositaram-se matacões, blocos, seixos angulosos, areia e silte. (Fig. 49 a 52).

Figura 49 – Oliveira 1



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 50 – Pinturas reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 51 – Pinturas reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 52 - Gravuras reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

3.2.2 Oliveira 2

O Sítio Oliveira 2 (código 171.2) localiza-se à base da encosta da Serra do Cipriano, às coordenadas UTM24L 355437, UTMN 8875753 e 682 m de altitude, na margem esquerda do Riacho dos Oliveiras. Trata-se de uma escarpa de quartzito com orientação leste – oeste e abertura a norte. Mede 29,6 m de comprimento, 10 m de altura e 4 m de largura. Nele existem painéis de pintura rupestre. Em sua base não há sedimentos. (Fig. 53 a 56).

Figura 53 – Oliveira 2



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 54 – Pintura reconhecível



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 55 – Pinturas reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 56 - Pintura reconhecível



Fonte: Acervo do autor (2013)

3.2.3 Oliveira 3

O Sítio Oliveira 3 (código 171.3) localiza-se à base da encosta da Serra do Cipriano, às coordenadas UTM24L 355386, UTMN 8875738 e 686 m de altitude, na margem esquerda do Riacho dos Oliveiras. Trata-se de uma escarpa de quartzito com orientação norte – sul e abertura a leste. Mede 22 m de comprimento, 6,3 m de altura e 0,5 m de largura. Nele há um painel de pintura rupestre. Em sua base acumularam-se matacões, blocos e seixos angulosos, areia e silte. (Fig. 57 e 58).

Figura 57 – Oliveira 3



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 58 – Pinturas reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

3.2.4 Oliveira 4

O Sítio Oliveira (código 171.4) localiza-se à base da encosta da Serra do Cipriano, às coordenadas UTM24L 355387, UTMN 8875722 e 687 m de altitude, na margem esquerda do Riacho dos Oliveiras. Trata-se de uma escarpa de quartzito com orientação norte – sul e abertura a leste. Mede 42 m de comprimento, 12,4 m de altura e 1 m de largura. Nele existem painéis de pintura rupestre. Em sua base acumularam-se matacões, blocos e seixos angulosos, areia e silte. (Fig. 59 a 64).

Figura 59 – Oliveira 4



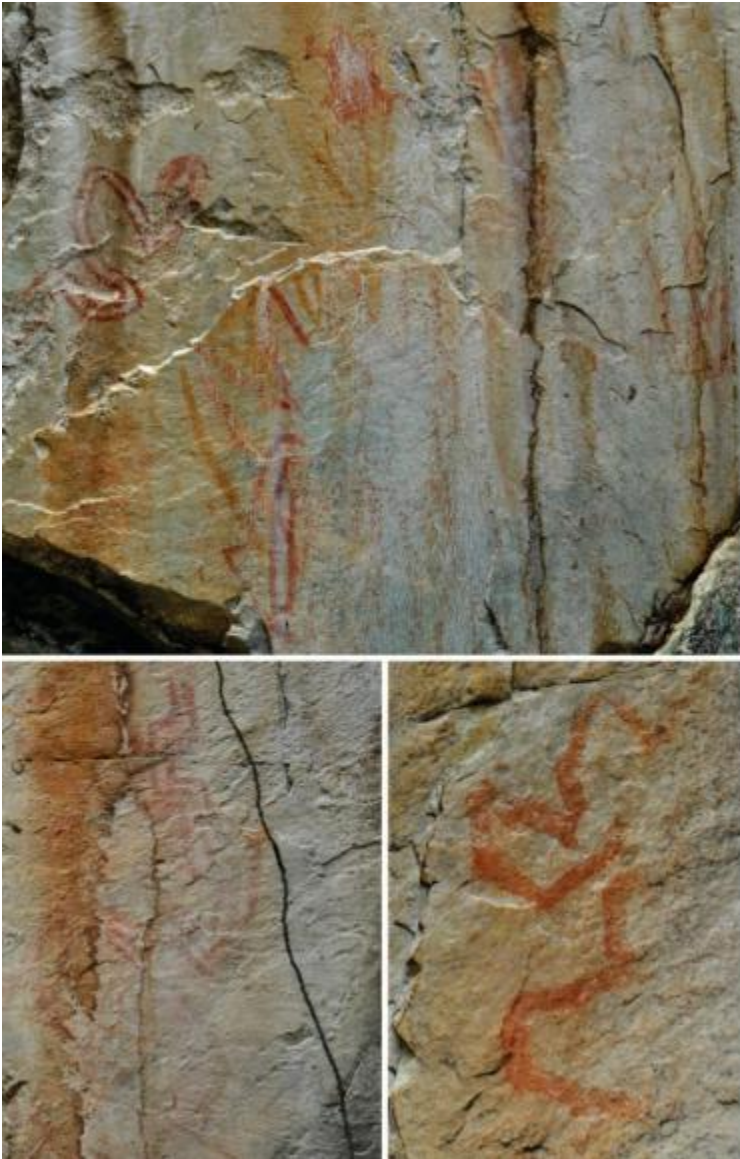
Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 60 - Pintura conhecível e reconhecíveis



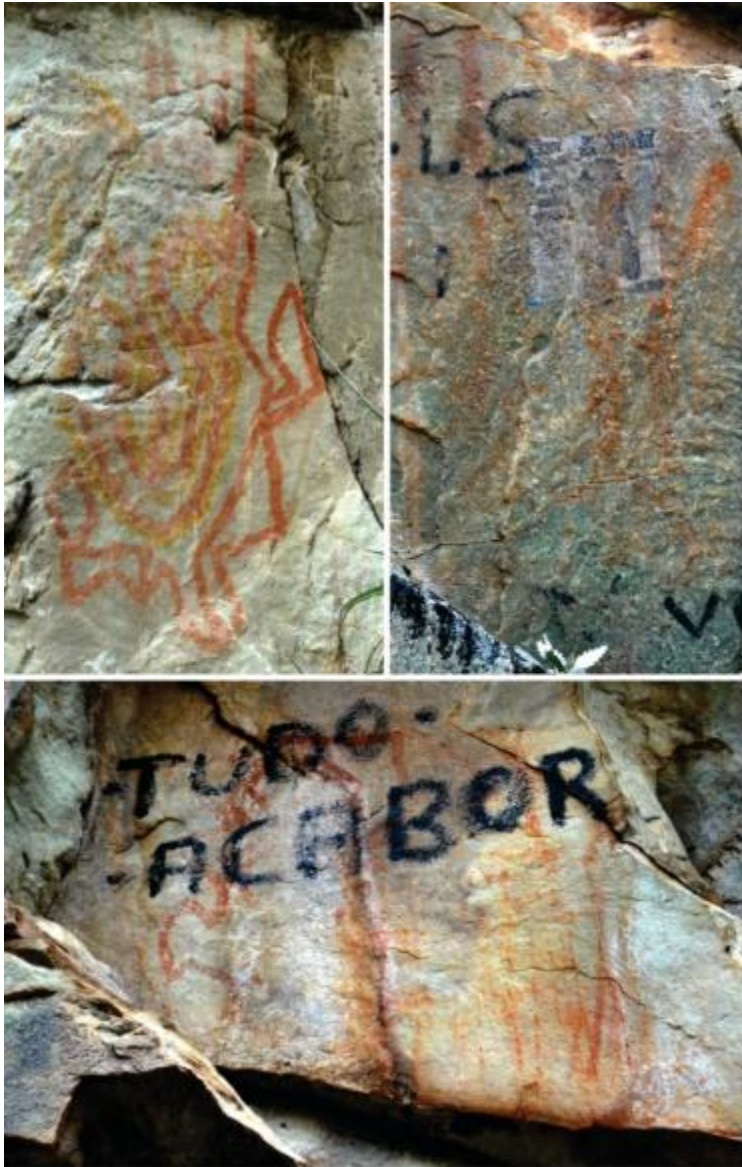
Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 61 - Pintura conhecível e reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 62 - Pinturas reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 63 - Pinturas reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 64 - Pintura reconhecível



Fonte: Acervo do autor (2003)

3.2.5 Oliveira 5

Oliveira 5 (código 171.5) é um sítio a céu aberto, com área de aproximadamente 400 m². Nele existem restos de cruzes junto a matações amontoados que a população local diz tratar-se de sepulturas em que jazem corpos de escravos enterrados no século XVII, quando Garcia d'Ávila II, membro da Casa da Torre iniciou a implantação efetiva de fazendas de gado no Submédio São Francisco. Localiza-se na margem direita do Riacho dos oliveiras, às coordenadas UTM24L 354603, UTMN 8875509 e 717 m de altitude. (Fig. 65 e 66).

Figura 65 – Antigo cemitério de escravos



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 66 – Fragmento de cruz na superfície do terreno



Fonte: Acervo do autor (2013)

3.3 Boqueirão da Tapagem

O Boqueirão da Tapagem (código 172) é um cânion resultante da dissecação fluvial promovida pelo Riacho do Mocambo, afluente do Riacho da Barrinha, na Serra da Alegria que se constitui de rochas vulcanossedimentares arqueanas do Complexo Itapicuru. (Tab. 4; Fig. 67 e 68). Nele se identificaram quatro sítios arqueológicos. (Fig. 69).

Tabela 4 – Vértices da área sugerida para proteção do patrimônio

Nº	UTM24L	UTMN	Altitude
1	360486	8877156	607 m
2	360513	8877245	608 m
3	360681	8877245	593 m
4	360633	8877172	611 m
5	360626	8877097	617 m
6	360559	8877086	606 m

Fonte: Google earth (2020)

Figura 67 – Vértices da área sugerida para proteção do patrimônio



Fonte: Google earth (2019), adaptado pelo autor

Figura 68 – Boqueirão da Tapagem



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 69 – Distribuição espacial dos sítios arqueológicos



Fonte: Google earth (2019), adaptado pelo autor

3.3.1 Tapagem 1

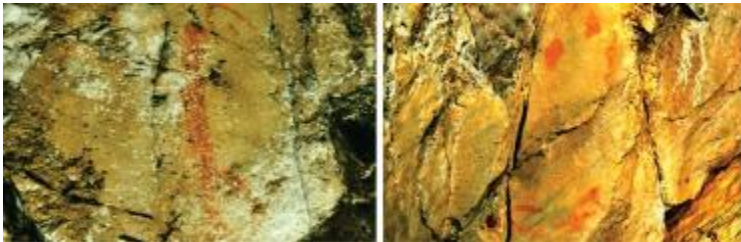
O Sítio Tapagem 1 (código 172.1) localiza-se a meia encosta da Serra da Alegria, às coordenadas UTM24L 360572, UTMN 8877185 e 625 m de altitude, na margem direita do Riacho do Mocambo. Trata-se de uma escarpa de quartzito com orientação leste – oeste e abertura a norte. Mede 500 m de comprimento, 35 m de altura e 5 m de largura. Nele existem painéis de pintura rupestre. Em sua base depositaram-se matacões, blocos, seixos angulosos, areia e silte. (Fig. 70 a 72).

Figura 70 – Tapagem 1



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 71 – Pinturas reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2011)

Figura 72 - Pinturas reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

3.3.2 Tapagem 2

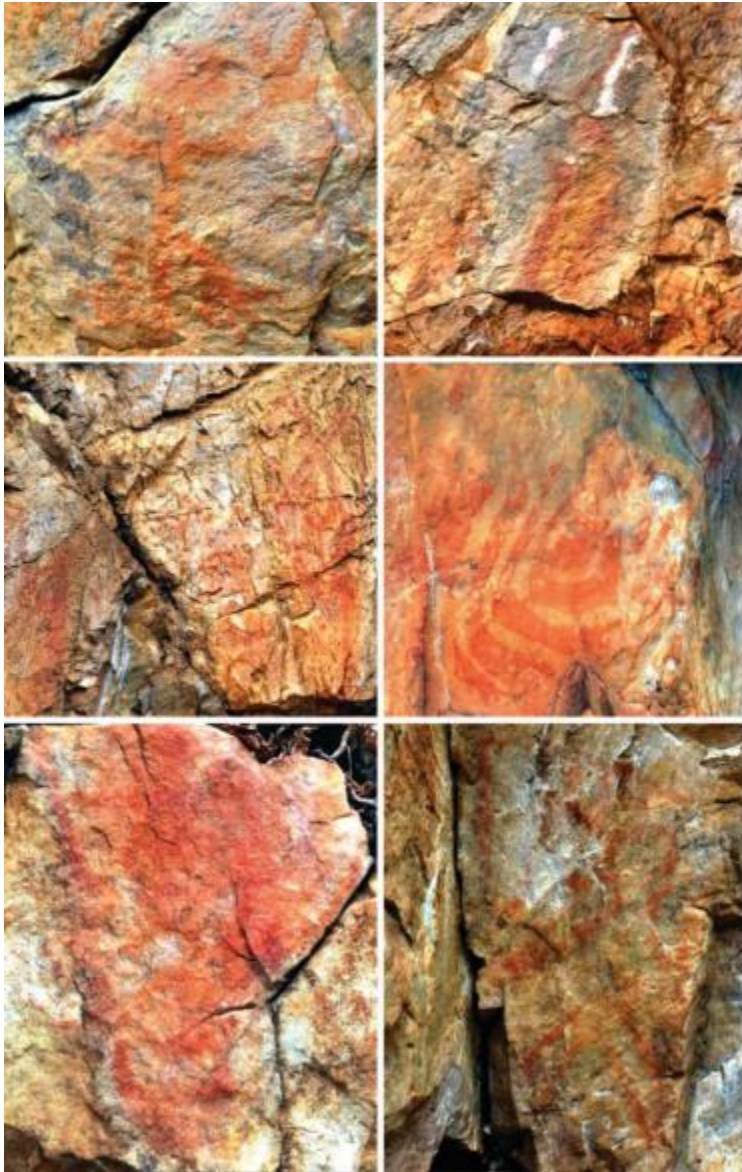
O Sítio Tapagem 2 (código 172.2) localiza-se à base da encosta da Serra da Alegria, às coordenadas UTM24L 360550, UTMN 8877173 e 604 m de altitude, na margem direita do Riacho do Mocambo. Trata-se de uma escarpa de quartzito com orientação nordeste – sudoeste e abertura a noroeste. Mede 27,3 m de comprimento, 15 m de altura e 1 m de largura. Nele existem painéis de pintura rupestre. Em sua base depositaram-se matacões, blocos, seixos angulosos, areia e silte. (Fig. 73 e 74).

Figura 73 – Tapagem 1



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 74 – Pinturas conhecíveis e reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

3.3.3 Tapagem 3

O Sítio Tapagem 3 (código 172.3) localiza-se à base da encosta da Serra da Alegria, às coordenadas UTM24L 360563, UTMN 8877149 e 606 m de altitude, na margem direita do Riacho do Mocambo. Trata-se de uma escarpa de quartzito com orientação nordeste – sudoeste e abertura a noroeste. Mede 6 m de comprimento, 4 m de altura e 1 m de largura. Nele existe um painel de pintura rupestre. Em sua base depositaram-se matacões, blocos, seixos angulosos, areia e silte. (Fig. 75 e 76).

Figura 75 - Tapagem 3



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 76 – Pinturas reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

3.3.4 Tapagem 4

O Sítio Tapagem 4 (código 172.4) localiza-se à base da encosta da Serra da Alegria, às coordenadas UTM24L 360574, UTMN 8877127 e 607 m de altitude, na margem direita do Riacho do Mocambo. Trata-se de uma escarpa de quartzito com orientação norte – sul e abertura a oeste. Mede 18,6 m de comprimento, 8 m de altura e 4 m de largura. Nele existe um painel de pintura rupestre. Em sua base depositaram-se matacões, blocos, seixos angulosos, areia e silte. (Fig. 77 e 78).

Figura 77 – Tapagem 2



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 78 - Pinturas reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

3.4 Riacho da Barrinha

No leito do Riacho da Barrinha (código 173), entre a rodovia BR-407 e o lugar onde deságua o Riacho do Boqueirão, seu tributário, há 12 sítios arqueológicos com respeitável universo de gravuras rupestres e almofarizes em rocha e matacões do Complexo Mairi. No entorno deles depositaram-se matacões, blocos, seixos rolados, areia e silte. (Tab. 5; Fig. 79 a 84).

Tabela 5 – Vértices da área sugerida para proteção do patrimônio

Nº	UTM24L	UTMN	Altitude (m)
1	363022	8899284	484
2	363212	8800272	484
3	364240	8900178	473
4	364830	8900079	479
5	365587	8898932	492
6	364616	8897400	487
7	363808	8896459	486

Fonte: Google earth (2021)

Figura 79 – Vértices da área sugerida para proteção do patrimônio



Fonte: Google Earth (2021), adaptado pelo autor

Figura 80 – Vista parcial do Riacho da Barrinha



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 81 – Vista parcial do Riacho da Barrinha



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 82 - Vista parcial do Riacho da Barrinha



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 83- Vista parcial do Riacho da Barrinha



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 84 - Distribuição espacial dos sítios arqueológicos



Fonte: Google Earth (2021), adaptado pelo autor

3.4.1 Barrinha 1

O Sítio Barrinha 1 (código 173.1) situa-se na margem esquerda do riacho, às coordenadas UTM24L 364317, UTMN 8897584 e 480 m de altitude. Trata-se de um afloramento do maciço, com orientação noroeste – sudeste e abertura a zênite. Mede 8,2 m de comprimento, 1 m de altura e 4 m de largura. (Fig. 85). Nele existe uma gravura rupestre puntiforme e três almofarizes em rocha. (Fig. 86 e 87).

Figura 85 - Barrinha 1



Fonte: Acervo do autor (2021)

Figura 86 - Gravura rupestre puntiforme



Fonte: Acervo do autor (2021)

Figura 87 - Almofarizes em rocha



Fonte: Acervo do autor (2021)

3.4.2 Barrinha 2

O Sítio Barrinha 2 (código 173.2) situa-se no leito do riacho, às coordenadas UTM24L 364358, UTMN 8897798 e 480 m de altitude. Trata-se de um afloramento do maciço, com orientação noroeste – sudeste e abertura a zênite. Mede 13,4 m de comprimento, 5 m de altura e 6 m de largura. (Fig. 88). Nele existem quatro gravuras rupestres puntiformes. (Fig. 89).

Figura 88 - Barrinha 2



Fonte: Acervo do autor (2021)

Figura 89 - Gravuras rupestres reconhecíveis puntiformes



Fonte: Acervo do autor (2021)

3.4.3 Barrinha 3

O Sítio Barrinha 3 (código 173.3) situa-se no leito do riacho, às coordenadas UTM24L 364362, UTMN 8897805 e 480 m de altitude. Trata-se de um afloramento do maciço, com

orientação noroeste – sudeste e abertura a zênite. Mede 10,7 m de comprimento, 1 m de altura e 5 m de largura. (Fig. 90). Nele existem duas gravuras rupestres puntiformes. (Fig. 91).

Figura 89 - Barrinha 3



Fonte: Acervo do autor (2021)

Figura 90 - Gravuras rupestres reconhecíveis puntiformes



Fonte: Acervo do autor (2021)

3.4.4 Barrinha 4

O Sítio Barrinha 4 (código 173.4) situa-se na margem esquerda do riacho, às coordenadas UTM24L 364344, UTMN 8897811 e 480 m de altitude. Trata-se de um afloramento do maciço, com orientação norte – sul e abertura a zênite. Mede

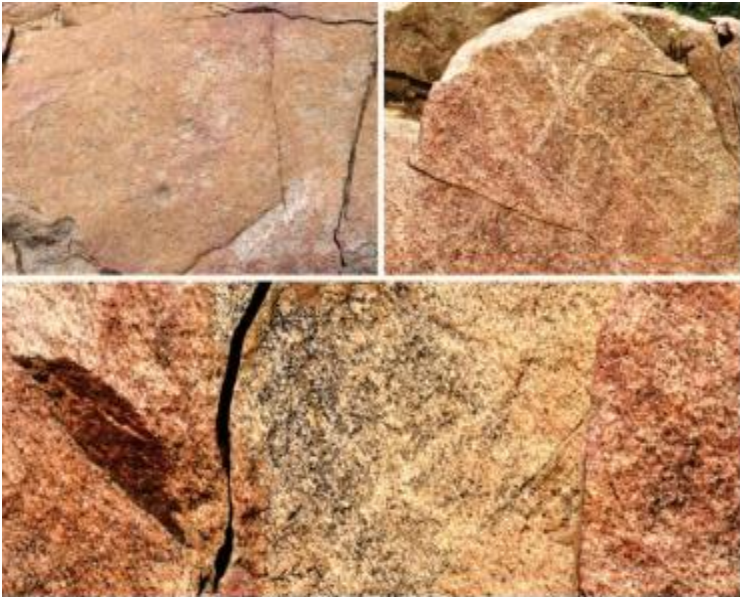
10,8 m de comprimento, 1,2 m de altura e 3,7 m de largura. (Fig. 92). Nele existem três gravuras rupestres. (Fig. 93).

Figura 92 - Barrinha 4



Fonte: Acervo do autor (2021)

Figura 93 - Gravuras rupestres reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2021)

3.4.5 Barrinha 5

O Sítio Barrinha 5 (código 173.5) situa-se no leito do riacho, às coordenadas UTM24L 364356, UTMN 8897816 e 480 m de altitude. Trata-se de um afloramento do maciço, com orientação norte – sul e abertura a zênite. Mede 7 m de comprimento, 1,5 m de altura e 5 m de largura. (Fig. 94). Nele existem três gravuras rupestres e um almofariz em rocha. (Fig. 95 a 97).

Figura 94 - Barrinha 5



Fonte: Acervo do autor (2021)

Figura 95 - Gravuras rupestres reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2021)

Figura 96 - Gravura rupestre reconhecível puntiforme



Fonte: Acervo do autor (2021)

Figura 97 - Almofariz em rocha



Fonte: Acervo do autor (2021)

3.4.6 Barrinha 6

O Sítio Barrinha 6 (código 173.6) situa-se no leito do riacho, às coordenadas UTM24L 364365, UTMN 8897841 e 480 m de altitude. Trata-se de um afloramento do maciço, com orientação nordeste – sudoeste e abertura a zênite. Mede 4,5 m de comprimento, 0,5 m de altura e 2,3 m de largura. (Fig. 98). Nele existe uma gravura rupestre puntiforme e um almofariz em rocha. (Fig. 99 e 100).

Figura 98 - Barrinha 6



Fonte: Acervo do autor (2021)

Figura 99 - Gravura rupestre reconhecível puntiforme



Fonte: Acervo do autor (2021)

Figura 100 - Almofariz em rocha



Fonte: Acervo do autor (2021)

3.4.7 Barrinha 7

O Sítio Barrinha 7 (código 173.7) situa-se na margem direita do riacho, às coordenadas UTM24L 364385, UTMN 8897978 e 480 m de altitude. Trata-se de um afloramento do maciço, com orientação norte – sul e abertura a zênite. Mede 9,5 m de comprimento, 1 m de altura e 4,3 m de largura. (Fig. 101). Nele existem dois almofarizes em rocha. (Fig. 102).

Figura 101 - Barrinha 7



Fonte: Acervo do autor (2021)

Figura 102 - Almofarizes em rocha



Fonte: Acervo do autor (2021)

3.4.8 Barrinha 8

O Sítio Barrinha 8 (código 173.8) situa-se no leito do riacho, às coordenadas UTM24L 364379, UTMN 8898006 e 480 m de altitude. Trata-se de um afloramento do maciço, com orientação norte – sul e abertura a zênite. Mede 21,3 m de comprimento, 2 m de altura e 14,7 m de largura. (Fig. 103). Nele existem três gravuras rupestres. (Fig. 104).

Figura 103 - Barrinha 8



Fonte: Acervo do autor (2021)

Figura 104 - Gravuras rupestres reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2021)

3.4.9 Barrinha 9

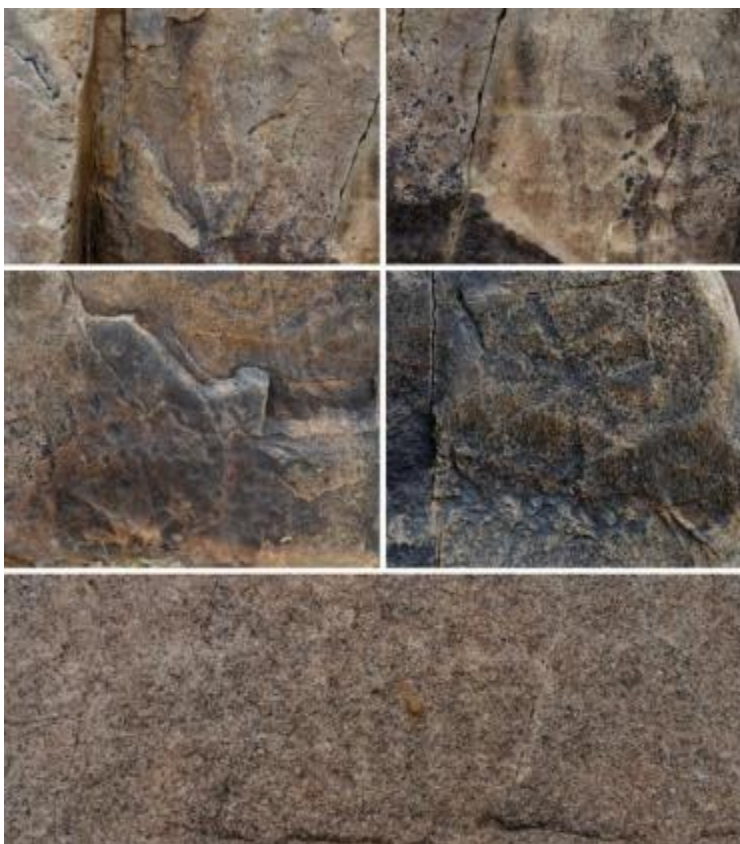
O Sítio Barrinha 9 (código 173.9) situa-se na margem direita do riacho, às coordenadas UTM24L 364411, UTMN 8898049 e 480 m de altitude. Trata-se de um afloramento do maciço, com orientação leste – oeste e abertura a zênite. Mede 31,2 m de comprimento, 1,9 m de altura e 14 m de largura. (Fig. 105). Nele existem sete gravuras rupestres reconhecíveis. (Fig. 106).

Figura 105 - Barrinha 9



Fonte: Acervo do autor (2021)

Figura 106 - Gravuras rupestres reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2021)

3.4.10 Barrinha 10

O Sítio Barrinha 10 (código 173.10) situa-se no leito do riacho, às coordenadas UTM24L 364395, UTMN 8898054 e 478 m de altitude. Trata-se de um matacão, com orientação norte – sul e abertura a leste. Mede 1,8 m de comprimento, 0,8 m de altura e 0,1 m de largura. (Fig. 107). Nele existe uma gravura rupestre reconhecível. (Fig. 108).

Figura 107 - Barrinha 10



Fonte: Acervo do autor (2021)

Figura 108 - Gravura rupestre reconhecível



Fonte: Acervo do autor (2021)

3.4.11 Barrinha 11

O Sítio Barrinha 11 (código 173.11) situa-se na margem esquerda do riacho, às coordenadas UTM24L 364427, UTMN 8898152 e 481 m de altitude. Trata-se de um afloramento do maciço, com orientação norte – sul e abertura a Zênite. Mede 60 m de comprimento, 10 m de altura e 40 m de largura. (Fig. 109). Nele existe uma gravura rupestre reconhecível. (Fig. 110).

Figura 109 - Barrinha 11



Fonte: Acervo do autor (2021)

Figura 110 - Gravuras rupestres reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2021)

3.4.12 Barrinha 12

O Sítio Barrinha 12 (código 173.12) situa-se no leito do riacho, às coordenadas UTM24L 364490, UTMN 8898135 e 481 m de altitude. Trata-se de um afloramento do maciço, com orientação noroeste – sudeste e abertura a Zênite. Mede 83 m de comprimento, 3 m de altura e 52 m de largura. (Fig. 111). Nele existem vários painéis de gravuras rupestres reconhecíveis e um almofariz em rocha. (Fig. 112 a 118).

Figura 111 - Barrinha 12



Fonte: Acervo do autor (2021)

Figura 112 - Gravuras rupestres reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2021)

Figura 113 - Gravuras rupestres reconhecíveis



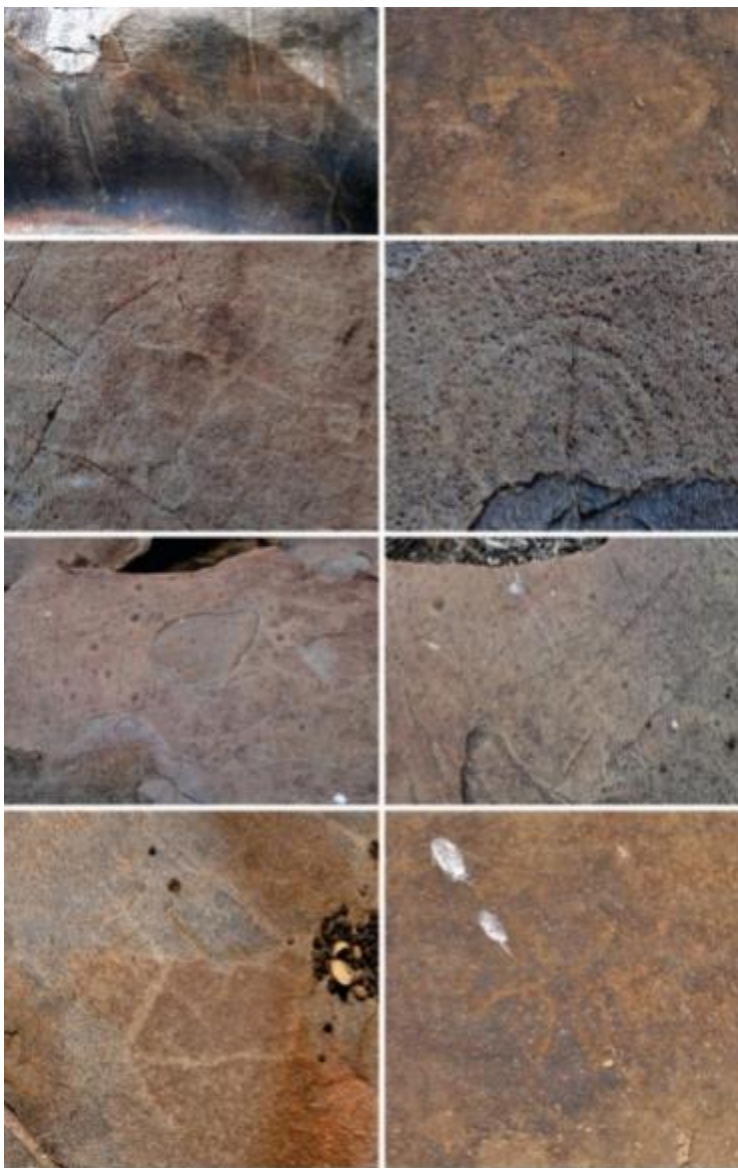
Fonte: Acervo do autor (2021)

Figura 114 - Gravuras rupestres reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2021)

Figura 115 - Gravuras rupestres reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2021)

Figura 116 - Gravuras rupestres reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2021)

Figura 117 - Gravuras rupestres reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2021)

Figura 118 – Almofariz em rocha



Fonte: Acervo do autor (2021)

3.5 Lajedo do Rastro de Ema

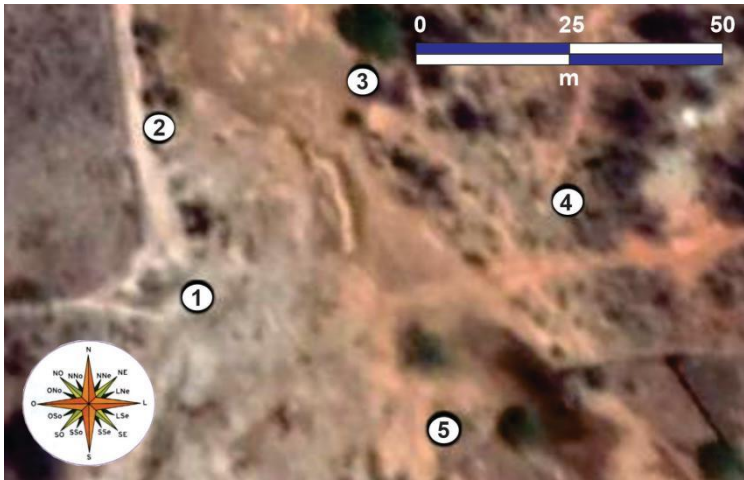
O Lajedo do Rastro de Ema (código 174) é um afloramento do maciço do Complexo Mairi em cuja superfície há almofarizes em rocha e gravuras rupestres. (Tab. 6; Fig. 119 a 122).

Tabela 6 – Vértices da área sugerida para proteção do patrimônio

Nº	UTM24L	UTMN	Altitude (m)
1	365325	8891892	504
2	365331	8891895	504
3	365349	8891932	504
4	365383	8891912	504
5	365364	8891873	504

Fonte: Google earth (2020)

Figura 119 – Vértices da área sugerida para proteção do patrimônio



Fonte: Google earth (2020), adaptado pelo autor

Figura 120 - Lajedo do Rastro de Ema



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 121 - Vista parcial do lajedo



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 122 - Vista parcial do lajedo



Fonte: Acervo do autor (2013)

3.5.1 Rastro de Ema 1

Rastro de Ema 1 (código 174.1) é um sítio multicomponencial a céu aberto, com área de aproximadamente 450 m². Localiza-se na margem esquerda do Riacho da Barrinha, às coordenadas UTM24L 365356, UTMN 8891899 e 499 m de altitude. Na superfície dele há dois almofarizes em rocha e grande quantidade de gravuras rupestres reconhecíveis. (Fig. 123 a 140).

Figura 123 – Vista parcial do sítio



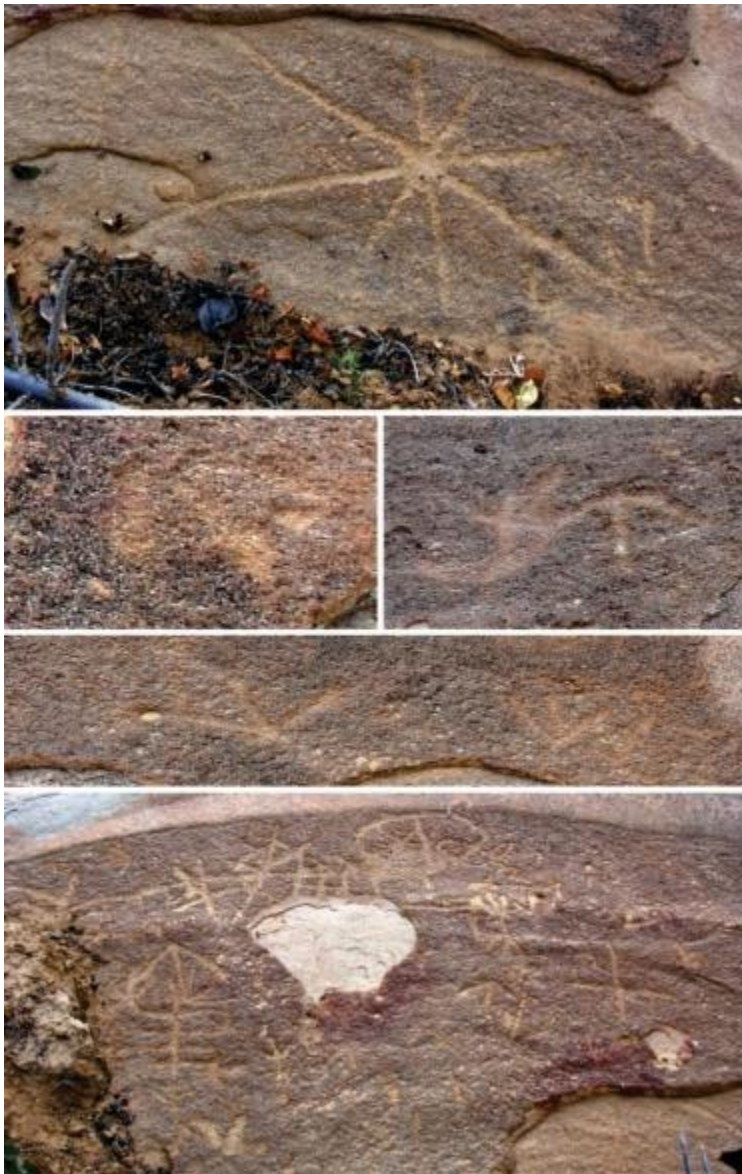
Fonte: Acervo do autor (2007)

Figura 124 - Almofarizes em rocha



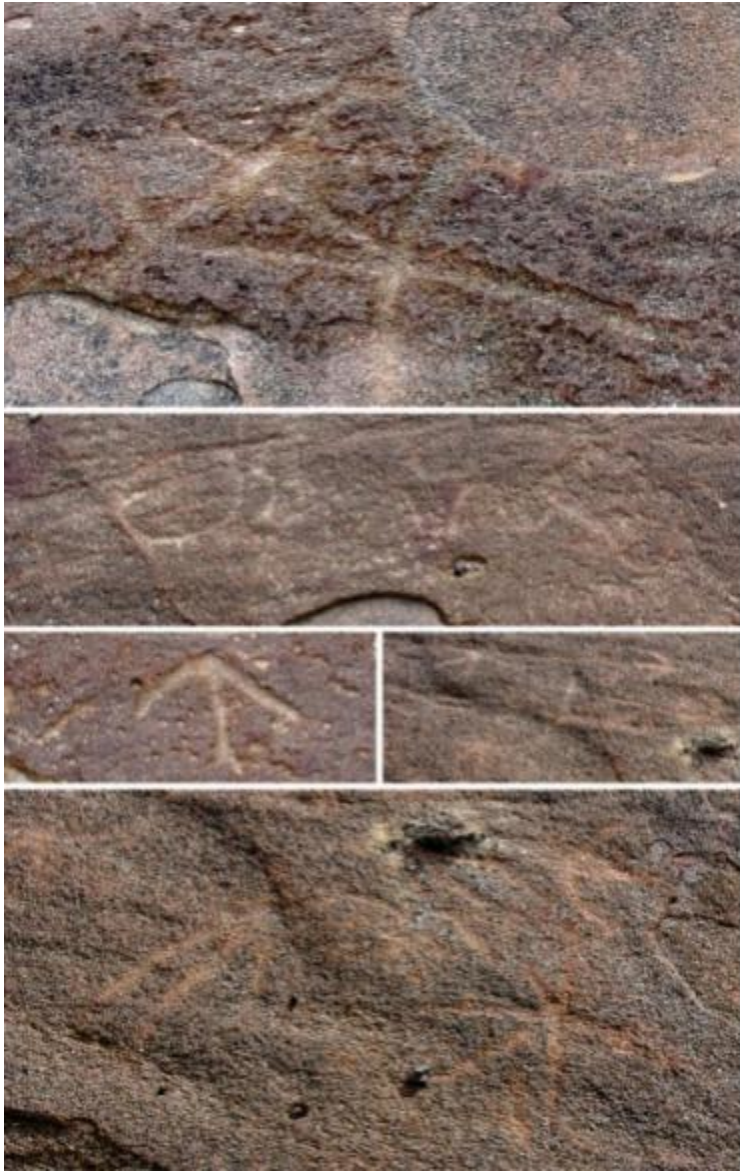
Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 125 – Gravuras reconhecíveis



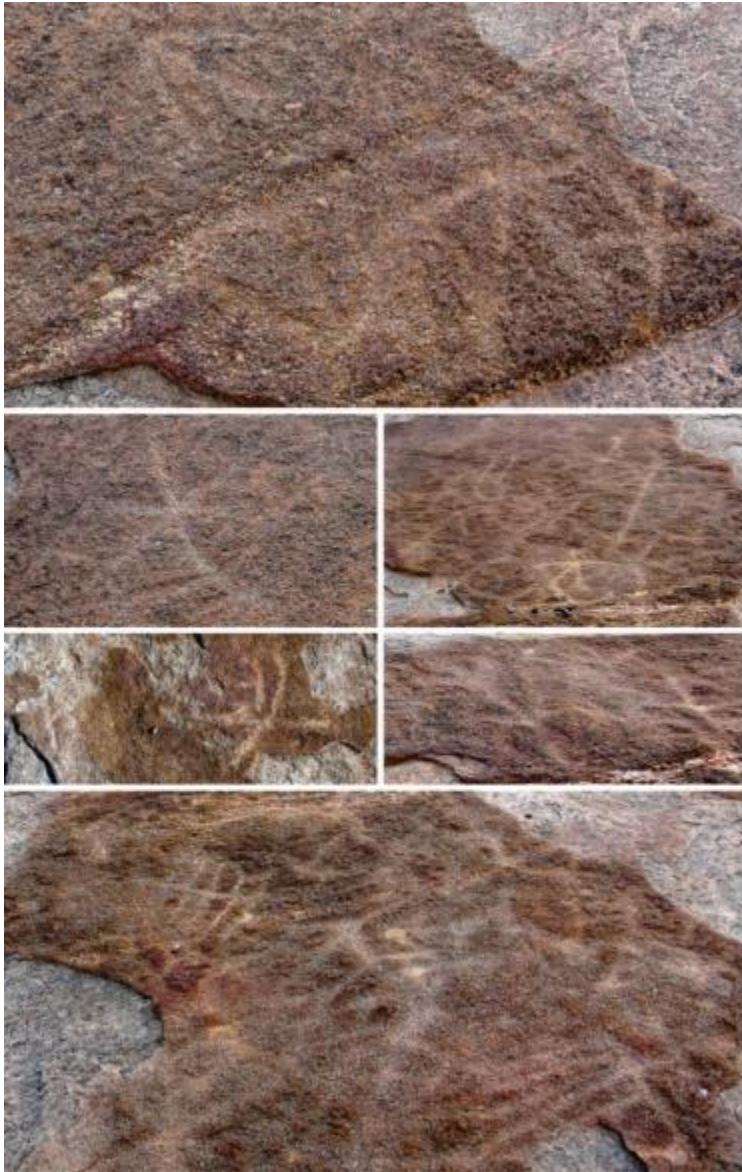
Fonte: Acervo do autor (2007)

Figura 126 - Gravuras reconhecíveis



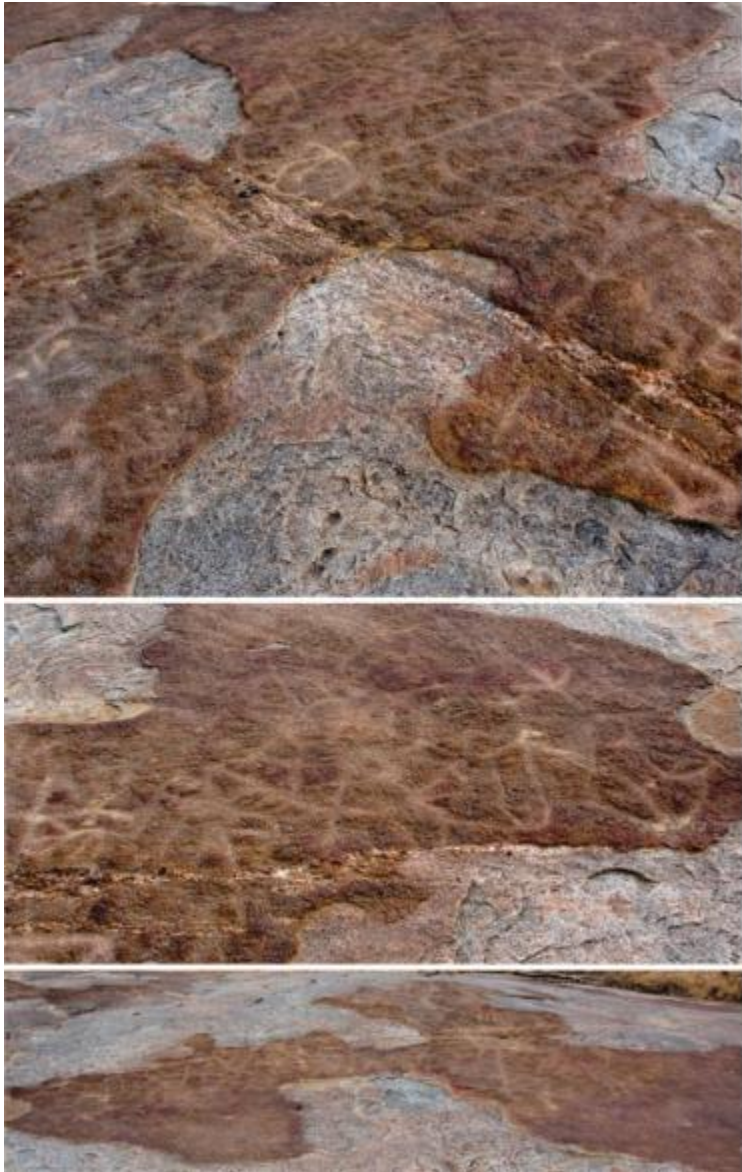
Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 127 - Gravuras reconhecíveis



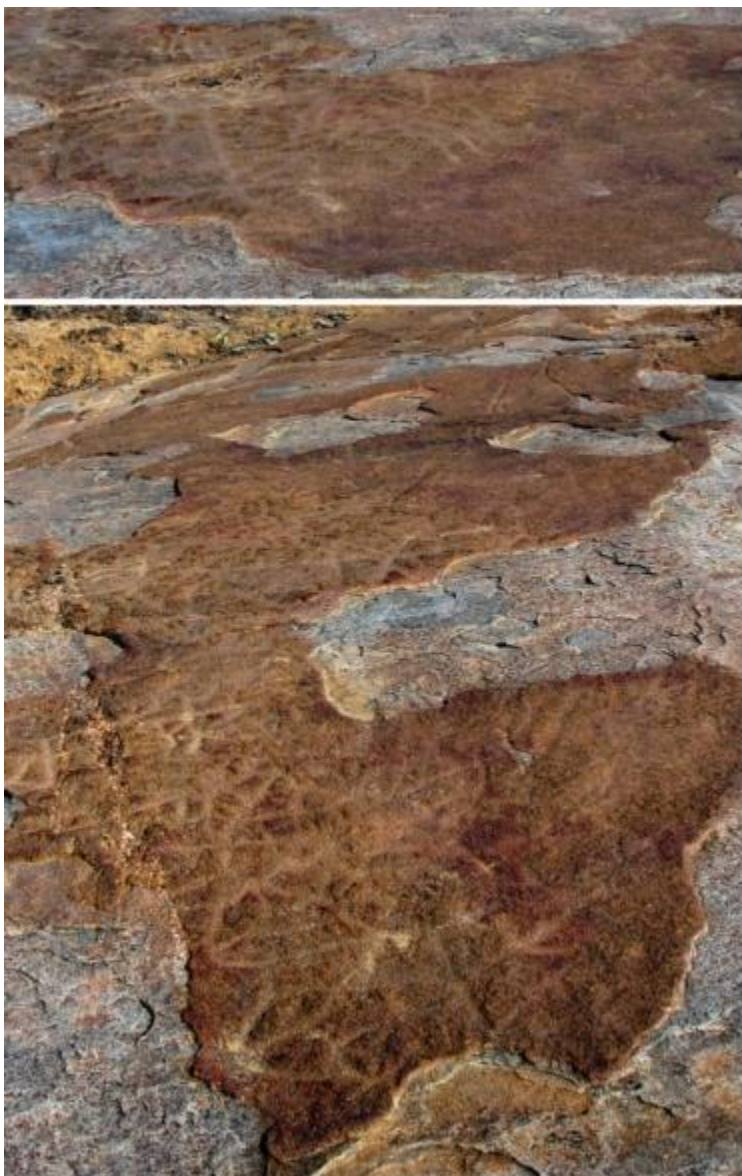
Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 128 - Gravuras reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 129 - Gravuras reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 130 - Gravuras reconhecíveis



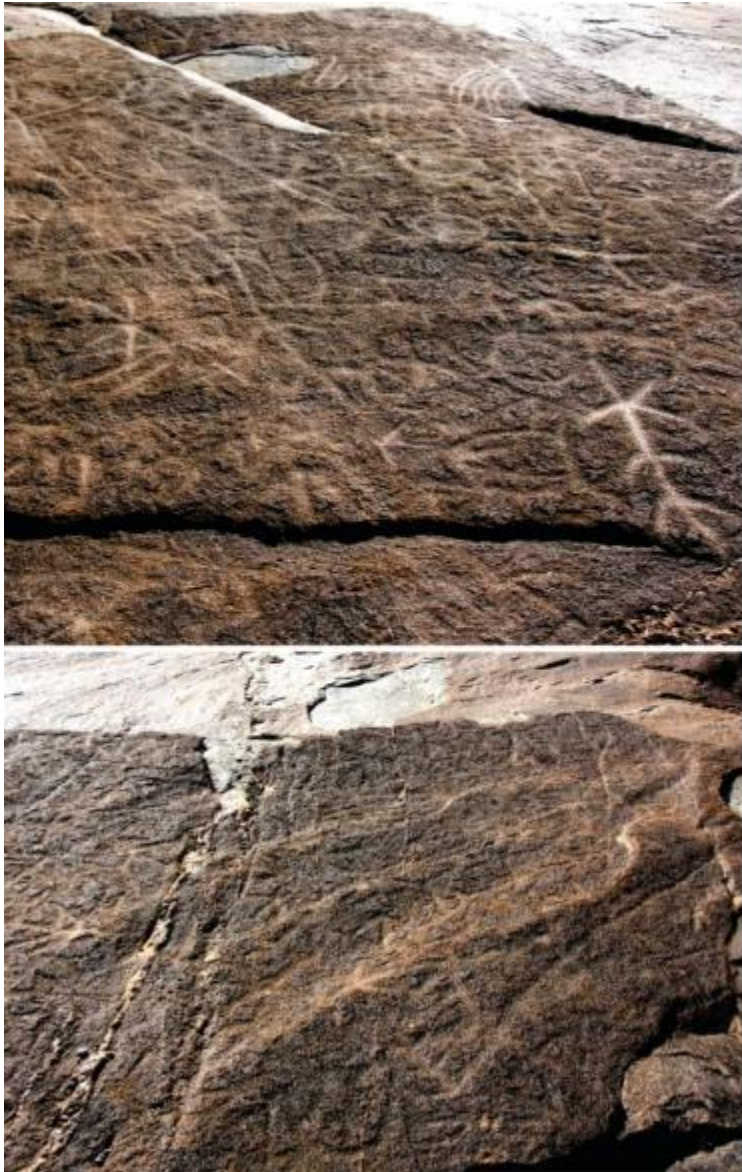
Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 131 - Gravuras reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 132 - Gravuras reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 133 - Gravuras reconhecíveis



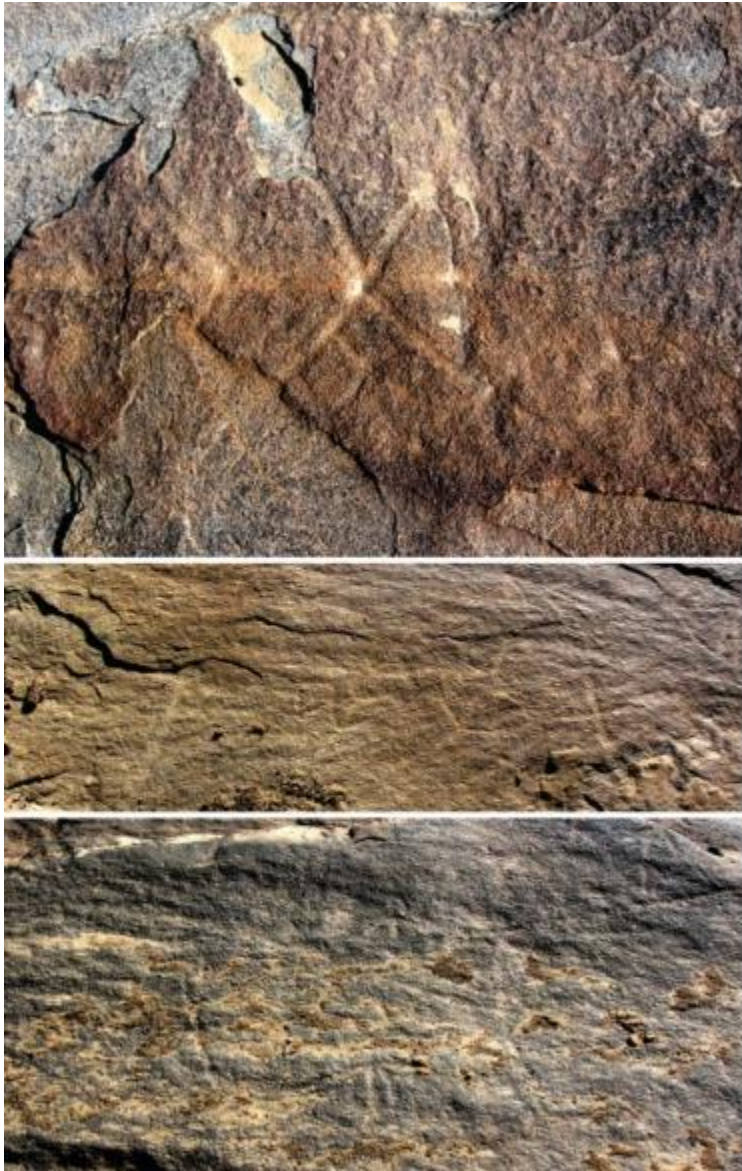
Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 134 - Gravuras reconhecíveis



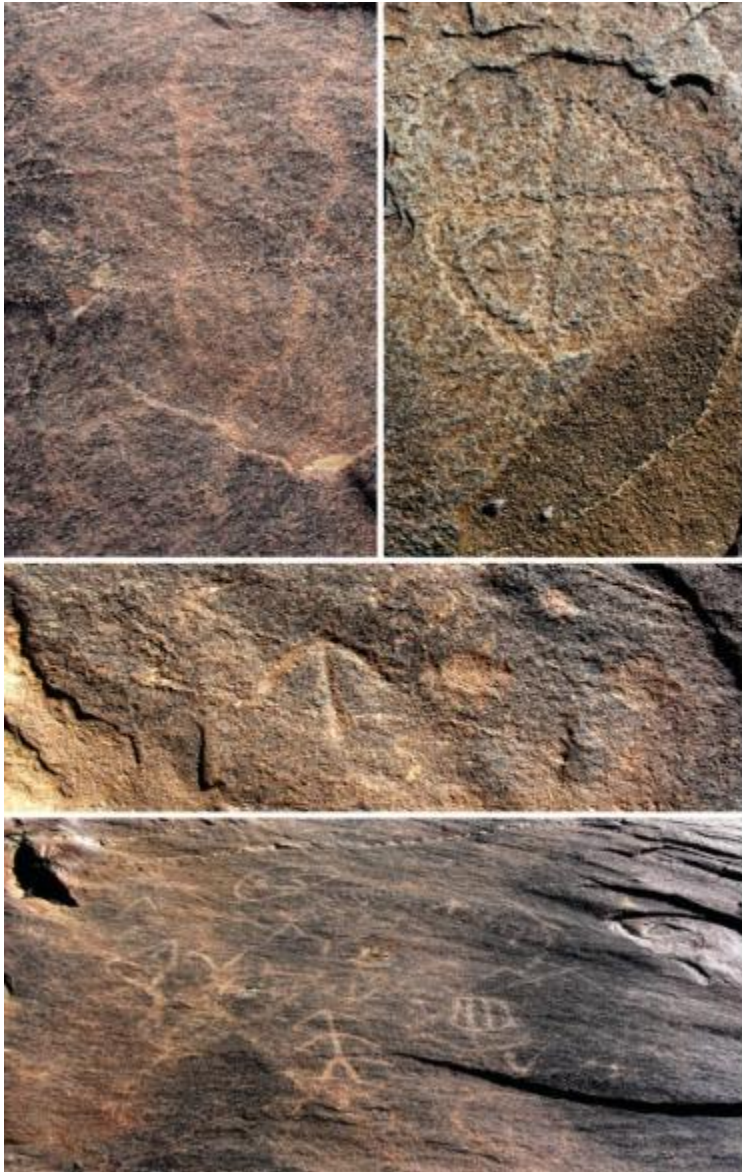
Fonte: Acervo do autor(2013)

Figura 135 - Gravuras reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 136 - Gravuras reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 137 - Gravuras reconhecíveis



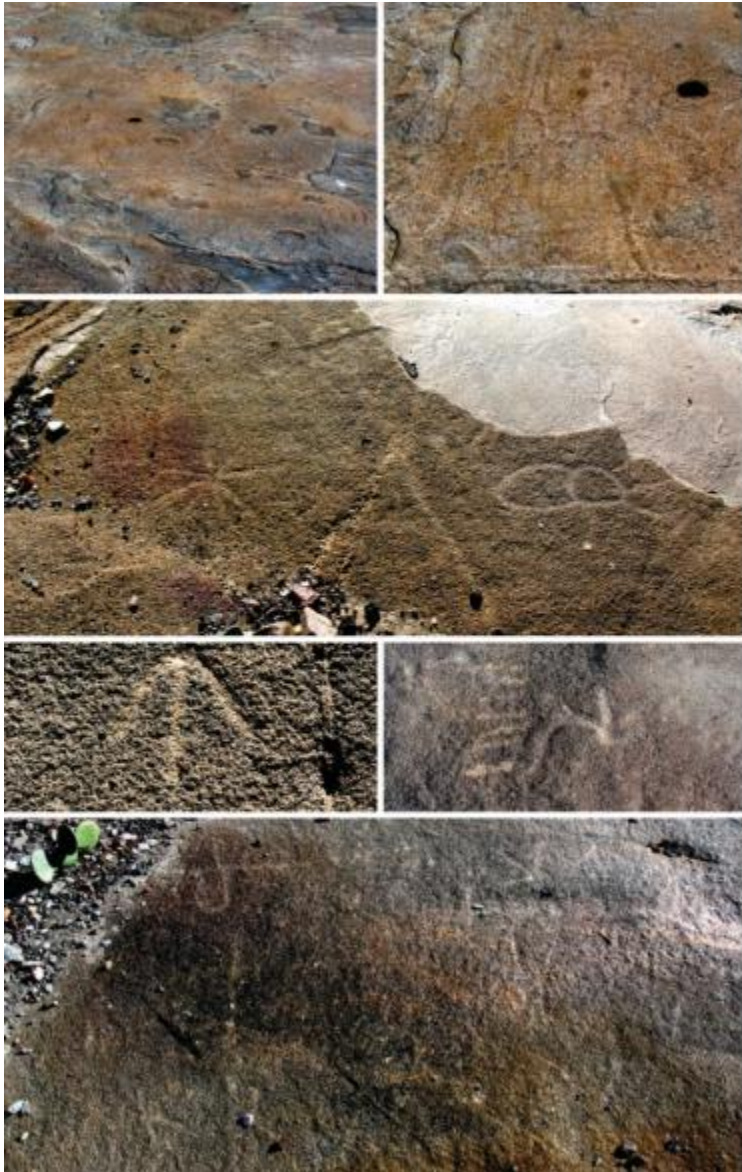
Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 138 - Gravuras reconhecíveis



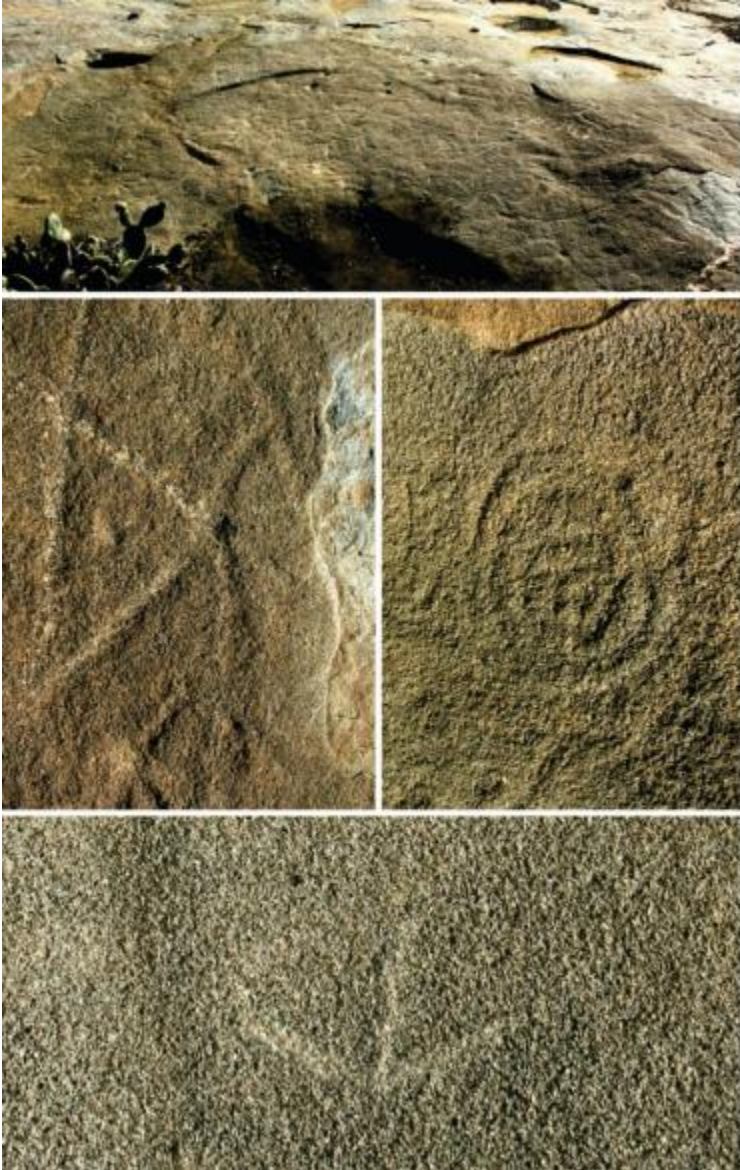
Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 139 - Gravuras reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 140 - Gravuras reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

3.6 Lagoa da Ponta Baixa

A Lagoa da Ponta Baixa (código 175) é uma depressão natural na nascente do Riacho da Fortuna, afluente do Riacho da Melancia, no extremo norte do município de Jaguarari, junto ao povoado de Abóbora. (Tab. 7; Fig. 141 a 143). Nele se identificaram quatro sítios arqueológicos com gravuras rupestres, almofarizes e um caldeirão que se fizeram em rochas do Complexo Mairi. (Fig. 144).

Tabela 7 – Vértices da área sugerida para proteção do patrimônio

Nº	UTM24L	UTMN	Altitude (m)
1	382	8911258	438
2	383	8911281	440
3	383	8911053	439
4	383	8910967	439
5	382	8911068	436

Fonte: Google earth (2020)

Figura 141 – Vértices da área sugerida para proteção do patrimônio



Fonte: Google earth (2020), adaptado pelo autor

Figura 142 – Vista parcial da Lagoa da Ponta Baixa



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 143 – Vista parcial da Lagoa da Ponta Baixa



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 144 - Distribuição espacial dos sítios arqueológicos



Fonte: Google earth (2020), adaptada pelo autor

3.6.1 Ponta Baixa 1

O Sítio Ponta Baixa 1, (código 175.1) localiza-se às coordenadas UTM24L 383170, UTMN 8911110, a 438 m de altitude. Trata-se de um conjunto de matações, com orientação nordeste – sudoeste e abertura a zênite. Mede 36 m de comprimento, 0,7 m de altura e 4,8 m de largura. Nele há dois almofarizes em matação e gravuras rupestres. Em sua base depositaram-se sedimentos arenosos, siltosos e argilosos. (Fig. 145 a 153).

Figura 145 – Ponta Baixa 1



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 146 – Almofarizes em matacão



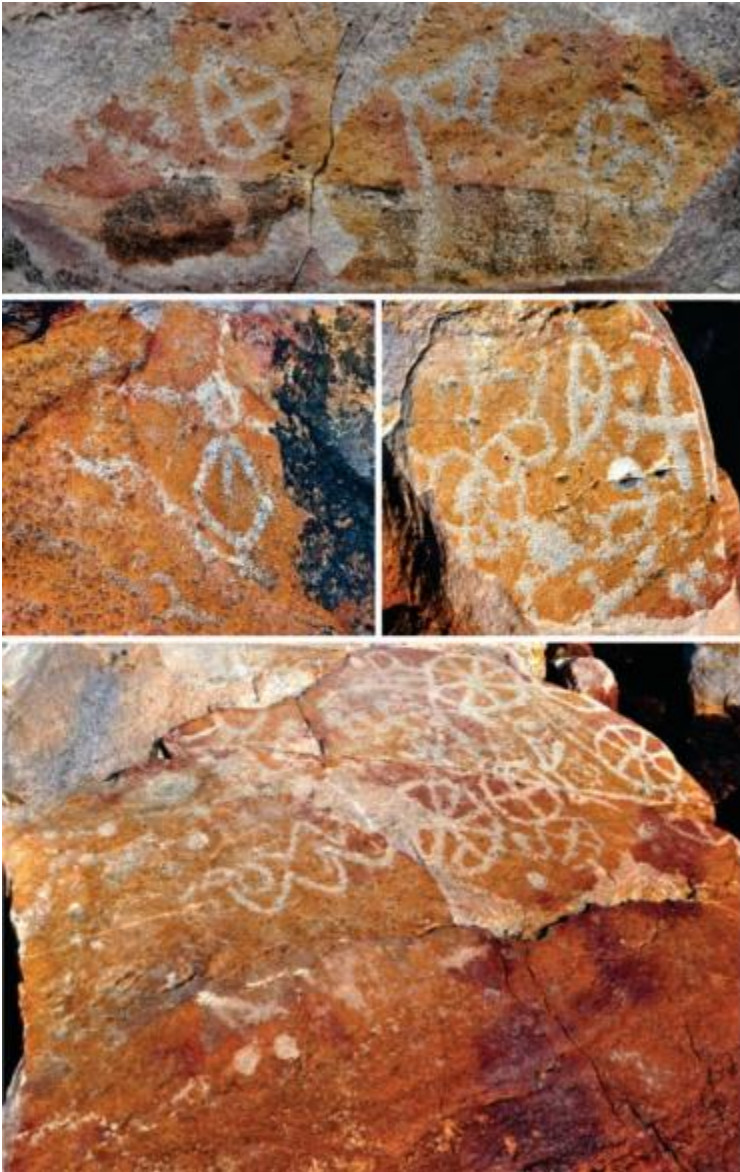
Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 147 - Gravuras reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 148 – Gravuras reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2020)

Figura 149 - Gravuras reconhecíveis



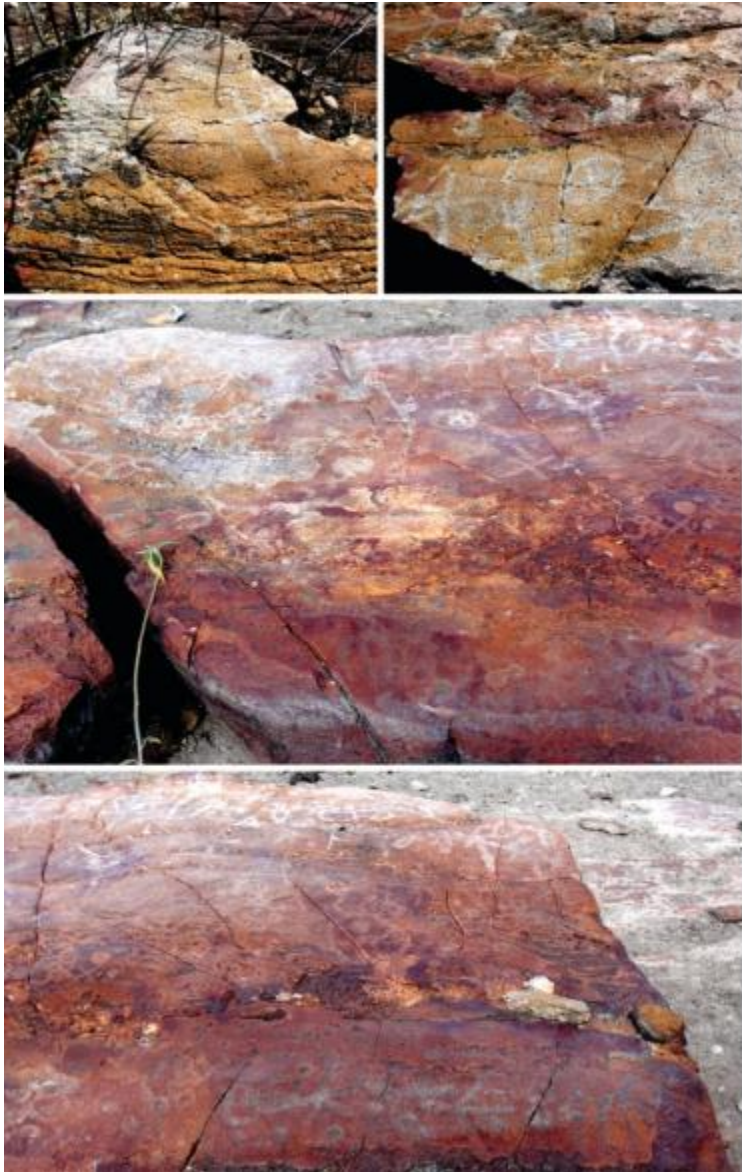
Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 150 - Gravuras reconhecíveis



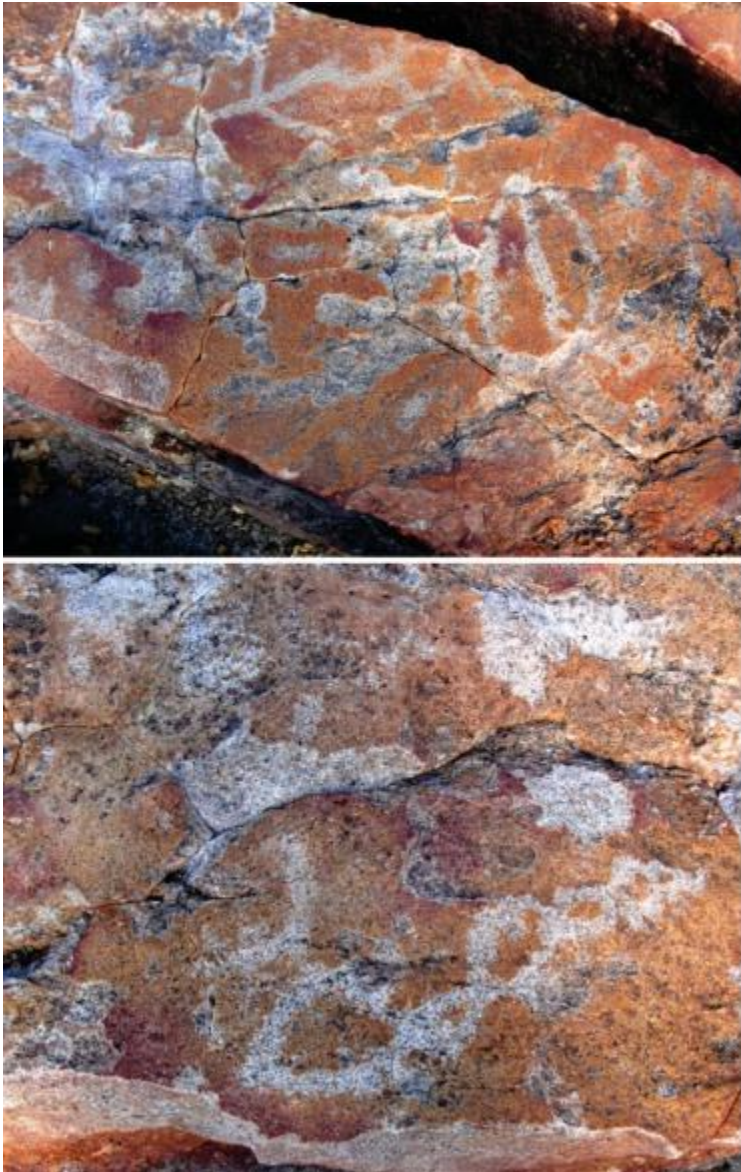
Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 151 - Gravuras reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 152 - Gravuras reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 153 - Gravuras reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

3.6.2 Ponta Baixa 2

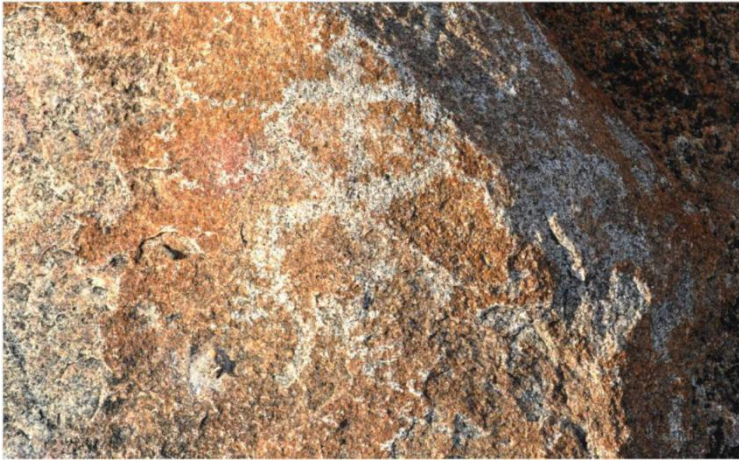
O Sítio Ponta Baixa 2, (código 175.2) localiza-se às coordenadas UTM24L 383177, UTMN 8911166, a 438 m de altitude. Trata-se de um conjunto de matacões, com orientação nordeste – sudoeste e abertura a zênite. Mede 38 m de comprimento, 0,8 m de altura e 4,5 m de largura. Nele há um painel de gravura rupestre. Em sua base depositaram-se sedimentos, siltosos e argilosos. (Fig. 153 e 155).

Figura 154 – Ponta Baixa 2



Fonte: Acervo do autor (2013)

Figura 155 – Pinturas reconhecíveis



Fonte: Acervo do autor (2013)

3.6.3 Ponta Baixa 3

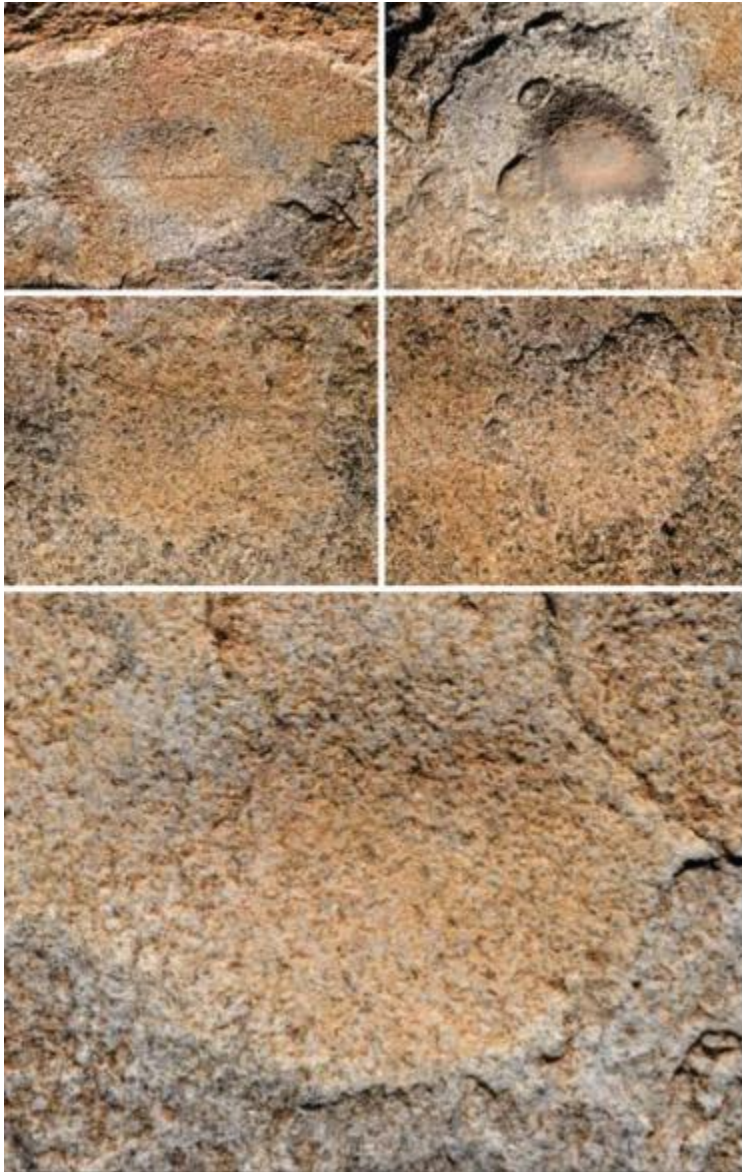
O Sítio Ponta Baixa 3, (código 175.3) localiza-se às coordenadas UTM24L 383345, UTMN 8911190, a 441 m de altitude. Trata-se de um afloramento do maciço, com orientação nordeste – sudoeste e abertura a zênite. Mede 68 m de comprimento, 3 m de altura e 23 m de largura. Nele há um conjunto de cinco almofarizes em rocha. Em sua base depositaram-se sedimentos siltsos e argilosos. (Fig. 156 e 157).

Figura 156 – Ponta Baixa 3



Fonte: Acervo do autor (2014)

Figura 157 – Almofarizes em rocha



Fonte: Acervo do autor (2014)

3.6.4 Ponta Baixa 4

O Sítio Ponta Baixa 4, (código 175.4) localiza-se às coordenadas UTM24L 383134, UTMN 8911050, a 445 m de altitude. Trata-se de um afloramento do maciço, com orientação nordeste – sudoeste e abertura a zênite. Mede 8 m de comprimento, 6 m de altura e 4 m de largura. Nele há um caldeirão em rocha onde se armazena água de chuva, que se utiliza para dessedentação humana e animal. Em sua base depositaram-se sedimentos siltsos e argilosos. (Fig. 158).

Figura 158 – Ponta Baixa 4



Fonte: Acervo do autor (2014)

3.7 Fazenda Quixaba

Na Fazenda Quixaba (código 180), área diretamente afetada e de influência direta na Mina Suçuarana, da Mineração Caraíba, próximo ao Distrito de Pilar região norte do estado da Bahia há sítios arqueológicos de relevância histórica e pré-histórica para o município de Jaguarari e o Submédio São Francisco. São eles: Quixaba 1, 2, 3, 4, 5 e 6. (Fig. 159).

Figura 159 - Distribuição espacial dos sítios arqueológicos



Fonte: Google earth (2020), adaptado pelo autor

3.7.1 Quixaba 1

Quixaba 1 (código 180.1) é um sítio histórico com restos da primeira sede da fazenda cujos proprietários eram Joaquim Rodrigues e Joana Angélica de Araújo. Localiza-se às coordenadas UTM24L 400765, UTMN 8896732 e 458 m de altitude. Na superfície dele, em área de aproximadamente 500 m² encontraram-se fragmentos de faiança, vidro, ladrilho, telha e cerâmica. (SANTANA *et al.*, 2014, p. 36; Fig. 160).

Figura 160 – Quixaba 1, com restos arqueológicos históricos



Fonte: Santana *et al.* (2014, p. 38), adaptado pelo autor deste

3.7.2 Quixaba 2

Quixaba 2 (código 180.2) é um sítio multicomponencial situado às coordenadas UTM24L 400872, UTMN 8896440 e 459 metros de altitude. Nele, em superfície de aproximadamente 600 m² havia restos de uma antiga residência. Em prospecção que se fez na superfície do terreno encontraram-se fragmentos de azul borrão, fichas de jogos, cerâmica grés, cerâmica lisa, telha e ladrilho. (SANTANA *et al.*, 2014, p. 37; Fig. 161).

Figura 161 – Quixaba 2, com restos arqueológicos históricos



Fonte: Santana *et al.* (2014, p. 37), adaptado pelo autor deste

Os restos arqueológicos mostraram que a residência era de taipa, com cobertura de telha. Soube-se que nela moravam Rosa Cândido da Cunha (Sinhá Rosa), nascida na Fazenda

Quixaba, no dia 03 de setembro de 1877 e seu marido Francisco Borges de Azevedo, conhecido como Francisco Calabar, nascido na vizinha Fazenda de Santa Maria. Sinhá Rosa era filha de Antônio Lopes Longuinho, nascido em Conceição do Coité e Vitória Balbino de Azevedo. (Fig. 162).

Figura 162 - Rosa Cândido da Cunha (Sinhá Rosa)



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 341)

[Antônio Lopes Longuinho] veio para a Fazenda Quixaba com seu sogro Apolinário Rodrigues de Azevedo, também de Conceição do Coité. Apolinário era tropeiro. Comprava gado na região e o vendia em Feira de Santana. Ele comprou a Fazenda Quixaba que pertencia a Alexandre Correia. (OLIVEIRA, 2015 *apud* KESTERING; AQUINO; BEZERRA, 2015, p. 341).

Sinhá Rosa tinha sete anos de idade quando seus pais faleceram. Criou-se em companhia de uma escrava. Casou-se e teve seus treze filhos nessa casa. Ficou viúva muito cedo. Morreu com 87 anos, no dia 16 de fevereiro de 1962.

Sinhá Rosa era uma velha guerreira. Ela só não era sabida na leitura. Ela era parteira. Era muito difícil a mulher que ela fazia parto morrer. Ela tecia redes no tear. Fazia louça. Fazia panela.

Fazia alguidá. Fazia aqueles aribé de barro. Ela aprendeu fazer isso da cabeça dela mesmo. Ela pode ter aprendido da negrinha que criou ela. A mãe dessa negra era escrava do velho Apolinário. O velho Apolinário disse que se ela desse quatro filhas dela, ele dava a alforria que era como uma aposentadoria naquele tempo. Aí ela deu a Bárbara, a Maria que criou Sinhá Rosa, Honorata e Bernarda. A negra Maria morreu em agosto de 1925. Não sei a quanto de agosto. (OLIVEIRA, 2015 *apud* KESTERING; AQUINO; BEZERRA, 2015, p. 344).

3.7.2.1 Resgate

Por recomendação do IPHAN Iniciou-se o resgate arqueológico com o georreferenciamento da área do sítio. Prosseguiu-se com uma varredura para identificação de artefatos na superfície do terreno. Encontraram-se e coletaram-se quatro vasilhames completos que os vizinhos da finada Sinhá Rosa preservavam. (Fig. 163).

Figura 163 - Vaso completo de cerâmica



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2015)

Nos lugares onde se encontravam fragmentos de louça, vidro ou cerâmica, fazia-se a limpeza do terreno, com decapagem de 5 a 10 cm de espessura e 1,5 a 2 m de circunferência, para identificar e coletar fragmentos que a ele se associavam. (Fig. 164 e 165).

Figura 164 - Identificação e coleta de artefatos na superfície



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 346)

Figura 165 - Decapagem de 1,5 a 2 m de circunferência



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2015)

Peneirou-se todo sedimento retirado para não se perderem artefatos não identificados durante a prospecção e limpeza. No

lugar em que se encontrou maior concentração de fragmentos de louça e cerâmica, fez-se uma sondagem de 4 m² (2 m x 2 m). Até 20 cm de profundidade encontraram-se vários materiais arqueológicos. Prosseguiu-se a escavação dela, sem encontrar artefato algum, até 40 cm de profundidade onde se chegou ao embasamento rochoso de ortognaisse do Complexo Caraíba. (Fig. 166).

Figura 166 - Final da sondagem, a 40 cm de profundidade



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 348)

Por se ter encontrado material arqueológico na primeira camada da sondagem ampliou-se a área da escavação. Dela se fez uma única decapagem. Encontraram-se e coletaram-se 394 fragmentos de cerâmica, 34 fragmentos de louça, 47 fragmentos de vidro, 31 fragmentos de artefatos de olaria, 15 artefatos de metal, um elemento lítico e três unidades de restos orgânicos.

Em análise que se fez em laboratório, observou-se que, das quatro peças e 394 fragmentos de cerâmica, 392 (98,49%) foram manufaturados por acordelagem e seis (1,51%) com técnica não identificada; dos 34 fragmentos de louça, 28 (82,35%) são de faiança, cinco (14,71%) de grés e um (2,94%) não identificado; dos 47 fragmentos de vidro, 28 (59,57%) são de garrafas de bebida, 13 (27,66%) de vidros de medicamento, quatro (8,51%) de vidros domésticos e dois (4,26%) de toucador; dos 31 fragmentos de artefatos de olaria, 30

(96,77%) são de telha e um (3,23%) de tijolo; dos 15 artefatos de metal, 11 (73,33%) são tralhas de construção (prego, parafuso e argola), um (6,67%) é tralha indumentária (botão) e três (20%) são tralhas domésticas (faca, tampa e ferro de engomar); o artefato lítico era um seixo rolado; dos três restos orgânicos, um (33,33%) é fragmento de carapaça de tatu, um (33,33%) osso e um (33,34%) utensílio de madeira.

3.7.3 Quixaba 3

Quixaba 3 (código 180.3) é um sítio arqueológico pré-histórico com pinturas rupestres reconhecíveis realizadas em um matacão de ortognaisse do Complexo Caraíba. Tem orientação leste – oeste e abertura a sul. Situa-se no topo do Serrote da Quixaba, às coordenadas UTM24L 401478; UTMN 8896346; 456 m de altitude. Mede 10 m de comprimento, 6 m de altura e 2,5 m de largura. (Fig. 167 a 170). Em sua base há matacões, blocos, seixos e grânulos angulosos, areia e silte.

Figura 167 - Quixaba 3



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 529)

Figura 168 - Pintura reconhecível



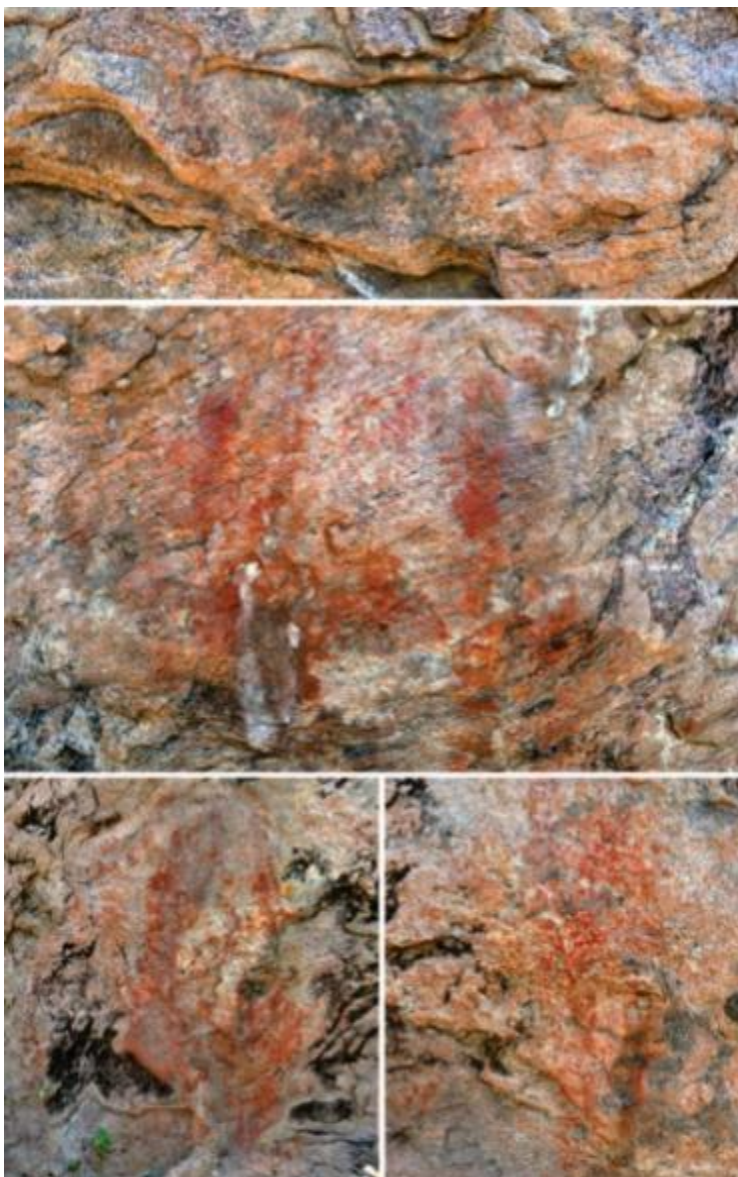
Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 530)

Figura 169 - Pintura reconhecível



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 530)

Figura 170 - Pinturas reconhecíveis



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 531-532)

3.7.3.1 Sondagem

Por conter sedimentos com prováveis artefatos arqueológicos (SANTANA *et al.*, 2014, p. 31), escavou-se uma trincheira de quatro metros quadrados (2 m x 2 m), da superfície até 0,8 m de profundidade, junto ao suporte onde se há concentração de pinturas. Não se encontrou artefato algum. (Fig. 171).

Figura 171 - Trincheira que se escavou junto ao suporte



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 13)

3.7.4 Quixaba 4

Quixaba 4 (código 180.4) é um sítio arqueológico pré-histórico com uma pintura rupestre reconhecível realizada em um matacão de ortognaisse do Complexo Caraíba, com orientação noroeste – sudeste e abertura a nordeste. Situa-se no topo do serrote homônimo, às coordenadas UTM24L 401465; UTMN 8896305; 456 m de altitude. Mede 7,5 m de

comprimento, 2,7 m de altura e 2 m de largura. (Fig. 172 e 173). Em sua base acumularam-se matacões, blocos, seixos e grânulos angulosos, areia e silte.

Figura 172 - Quixaba 4



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 15)

Figura 173 - Pintura reconhecível



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 15)

3.7.4.1 Sondagem

Por conter sedimentos com prováveis artefatos arqueológicos (SANTANA *et al.*, 2014, p. 33), junto ao suporte onde se localiza a pintura rupestre escavou-se uma trincheira de quatro metros quadrados (2 m x 2 m), da superfície até 0,5 m de profundidade. (Fig. 174). Não se encontrou artefato algum.

Figura 174 - Trincheira que se escavou junto ao suporte



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 17)

3.7.5 Quixaba 5

O Sítio Quixaba 5 (código 180.5) situa-se no topo do serrote homônimo, às coordenadas UTM24L 401477; UTMN 8896351; 456 m de altitude. Trata-se de um matacão de ortognaisse do Complexo Caraíba, com orientação leste – oeste e abertura a sul. Mede 5,5 m de comprimento, 2,1 m de altura e 0,5 m de

largura. (Fig. 175). Possui pinturas rupestres reconhecíveis. (Fig. 176 e 177). Em sua base acumularam-se matacões, blocos, seixos e grânulos angulosos, areia e silte.

Figura 175 - Quixaba 5



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 19)

Figura 176 - Pintura reconhecível



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 19)

Figura 177 - Pinturas reconhecíveis



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 536-537)

3.7.5.1 Sondagem

Por conter sedimentos com prováveis artefatos arqueológicos, fez-se a retirada de sedimentos que se depositaram em espaços entre o matacão onde se realizaram as pinturas e a superfície do maciço de ortognaisse do Complexo Caraíba sobre o qual ele jaz. (Fig. 178). Não se encontraram artefatos.

Figura 178 - Retiraram-se os sedimentos



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 21)

3.7.6 Quixaba 6

O Sítio Quixaba 6 (código 180.6) situa-se a meia encosta do serrote, às coordenadas UTM24L 401468; UTMN 8896283; 452 m de altitude. Trata-se de um matacão de ortognaisse do Complexo Caraíba, com orientação norte – sul e abertura a leste. Mede 17 m de comprimento, 5,3 m de altura e 5,3 m de largura. Nele os moradores locais realizam orações e mantêm em significância um cruzeiro e velas com figuras dos santos Cosme e Damião, expressivamente venerados nos povoados do entorno. (Fig. 179 e 180). Em sua base acumularam-se matações, blocos, seixos e grânulos angulosos, areia e silte.

Figura 179 - Quixaba 6



Fonte: Kesting; Aquino (2016, p. 8)

Figura 180 - Velas com figuras dos santos Cosme e Damião



Fonte: Kesting; Aquino (2017, p. 9)

3.7.7 Área para Proteção do Patrimônio

Por conter um conjunto de sítios arqueológicos de arte rupestre fez-se o georreferenciamento do serrote para mapeamento da área para proteção ao patrimônio cultural e ambiental. (Tab. 8; Fig. 181 e 182.) Fez-se sua delimitação com uma cerca com três fios de arame farpado, fixos em estacas e mourões de madeira. (Fig. 183).

Tabela 8 – Vértices da área sugerida para proteção do patrimônio

Nº	UTM24L	UTMN	Altitude (m)
1	401403	8896281	457
2	401400	8896311	457
3	401411	8896346	457
4	401404	8896368	457
5	401415	8896391	457
6	401443	8896402	457
7	401473	8896400	457
8	401499	8896373	457
9	401502	8896302	456
10	401482	8896277	456
11	401454	8896253	456

Fonte: Google earth (2020)

Figura 181 – Vértices da área sugerida para proteção do patrimônio



Fonte: Google earth (2020), adaptado pelo autor

Figura 182 – Vista parcial do Serrote



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 22)

Figura 183 – Delimitação da área para proteção do patrimônio

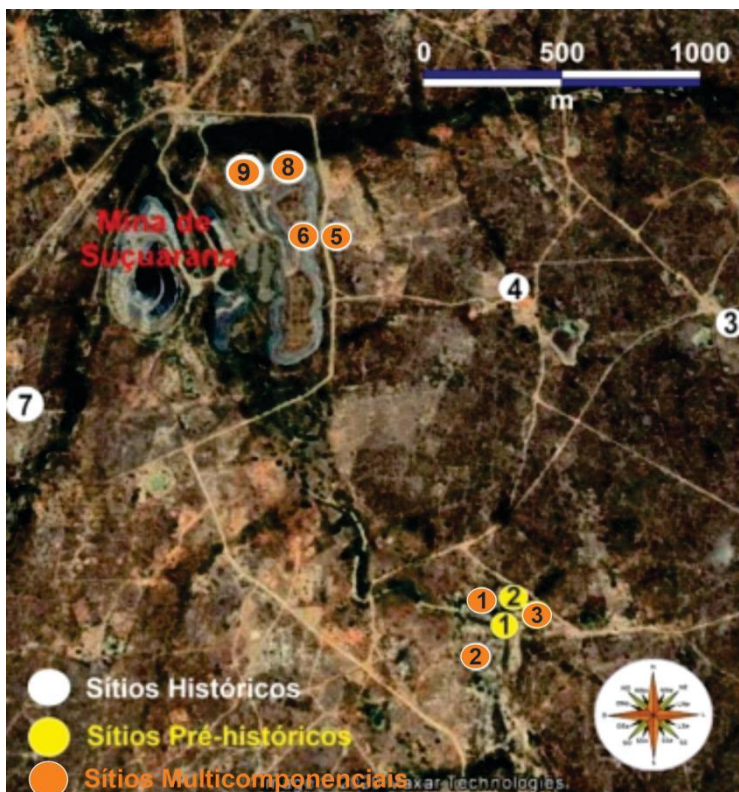


Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 23)

3.8 Fazenda Suçuarana

Na Fazenda Suçuarana (código 181), na área diretamente afetada e de influência direta da jazida de cobre que a Mineração Caraíba instalou próximo ao Distrito de Pilar, na região norte do estado da Bahia identificaram-se seis sítios arqueológicos históricos e três pré-históricos. São eles Suçuarana 2, 3, 4, 5 e 6 (históricos) e Paredão 1, 2 e 3 (pré-históricos). (Fig. 184).

Figura 181 - Distribuição espacial dos sítios arqueológicos



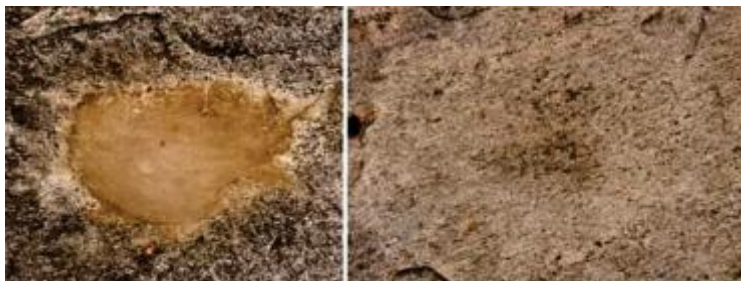
Fonte: Google earth (2020), adaptado pelo autor

3.8.1 Suçuarana 1

Em pesquisa prospectiva caracterizou-se Suçuarana 1 como sítio pré-histórico de arte rupestre localizado à margem do Riacho da Suçuarana, área de influência direta do empreendimento da Mineração Caraíba. (SANTANA *et al.*, 2014, p. 38). Dado o fato, porém, de se situarem no Serrote dos Paredões e distribuírem-se os painéis de pintura rupestre em três matacões distintos, com geomorfomas diferenciadas, propôs-se desmembrá-lo em quatro unidades quais sejam: Suçuarana 1 (código 181.1), Paredão 1 (código 190.1), Paredão 2 (código 190.2) e Paredão 3 (código 190.3). (KESTERING; AQUINO; BEZERRA, 2015, p. 281).

Suçuarana 1 (código 181.1) é um afloramento do maciço do Complexo Caraíba em que se identificam dois almofarizes em rocha e três caldeirões esculpidos pela erosão diferencial. Situa-se nas coordenadas UTM24L 402703, UTMN 8894639 e 524 m de altitude. Tem orientação leste – oeste, abertura zênite e sedimentos aluviais. Mede 25 m de comprimento, 3 m de altura e 18 m de largura. Os caldeirões armazenam água da chuva que, até recentemente se utilizava para dessedentação humana e de animais domésticos. (KESTERING; AQUINO; BEZERRA, 2015, p. 282; Fig. 185 e 186).

Figura 185 – Almofarizes em rocha



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 282)

Figura 186 - Caldeirões em rocha



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 282)

3.8.1.1 Resgate

Na superfície dos sedimentos aluviais do entorno dos caldeirões em rocha identificaram-se, etiquetaram-se, plotaram-se e coletaram-se dois artefatos líticos descontextualizados que jaziam junto ao Riacho Suçarana. Tratava-se de um plano convexo de quartzito e um triturador de gnaise. (Fig. 187).

Figura 187 - Artefatos líticos coletados



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 284)

3.8.2 Paredão 1

Paredão 1 (código 190.1) caracteriza-se como um matacão de ortognaisse do Complexo Caraíba com forma de parede em que se preserva uma unidade de pintura rupestre reconhecível. Situa-se às coordenadas UTM24L 402696; UTMN: 8894638; 525 m de altitude. Tem orientação norte – sul, abertura leste e sedimentos do depósito de Tálus. Mede 3,2 m de comprimento, 6 m de altura e 0 m de largura. (KESTERING; AQUINO; BEZERRA, 2015, p. 282; Fig. 188 e 189).

Figura 188 – Paredão 1



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 287)

Figura 189 - Unidade de pintura rupestre



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 287)

3.8.2.1 Resgate

Por conter sedimentos com prováveis artefatos arqueológicos, sugeriu-se a realização uma sondagem. (SANTANA *et al.*, 2014, p. 39). Não se encontrou vestígio arqueológico algum na superfície do terreno. Fez-se a escavação de uma trincheira junto ao suporte até 0,5 m de profundidade. Encontraram-se duas lascas sem córtex e uma com córtex. (Fig. 190).

Figura 190 - Sondagem junto ao suporte



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 289)

3.8.3 Paredão 2

Paredão 2 (código 190.2) é um sítio arqueológico pré-histórico com gravura e pinturas rupestres reconhecíveis, realizadas em um matacão de ortognaisse do Complexo Caraíba, com orientação norte – sul e abertura a oeste. Situa-se às coordenadas UTM24L 402700; UTMN 8894697 e 526 m de altitude. Mede 5,4 m de comprimento, 6 m de altura e 0 m de largura. (Fig. 191 e 192). Em sua base há matações, blocos, seixos e grânulos angulosos, areia e silte. (KESTERING; AQUINO; BEZERRA, 2015, p. 293)

Figura 191 - Paredão 2



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 540)

Figura 192 - Gravura e pinturas reconhecíveis



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 541 a 543)

3.8.3.1 Resgate

Por conter sedimentos com prováveis artefatos arqueológicos sugeriu-se a realização de uma sondagem. (SANTANA *et al.*, 2014, p. 39). Não se encontrou vestígio arqueológico algum na superfície do terreno. Escavou-se uma trincheira junto ao suporte até 0,4 m de profundidade onde se encontrou o maciço do Complexo Caraíba. (Fig. 193). Identificaram-se, registraram-se e coletaram-se seis artefatos líticos (duas lascas com córtex, dois núcleos e duas ferramentas) e um fragmento de bojo de cerâmica acordelada. (KESTERING; AQUINO; BEZERRA, 2015, p. 297).

Figura 193 - Trincheira que se escavou junto ao suporte



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 296)

3.8.4 Paredão 3

Paredão 3 (código 190.3) é um sítio arqueológico com uma pintura rupestre reconhecível, realizada em um matacão de ortognaisse do Complexo Caraíba, com orientação leste –

oeste e abertura a norte. Situa-se às coordenadas UTM24L 402791; UTMN 8894687 e 528 m de altitude. Mede 3 m de comprimento, 5 m de altura e 0,5 m de largura. (Fig. 194 e 195). Em sua base há matacões, blocos, seixos e grânulos angulosos, areia e silte. (KESTERING; AQUINO; BEZERRA, 2015, p. 300).

Figura 194 - Paredão 3



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 544)

Figura 195 - Pintura rupestre reconhecível



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 545)

3.8.4.1 Resgate

Por conter sedimentos com prováveis artefatos arqueológicos sugeriu-se a realização de uma sondagem. (SANTANA et al., 2014, p. 39). Não se encontrou vestígio arqueológico algum na superfície do terreno. Escavou-se uma trincheira junto ao suporte até 0,3 m de profundidade onde se encontraram as superfícies dos blocos e matacões da segunda camada de sedimentos. (Fig. 196 e 197). Identificaram-se, registraram-se e coletaram-se 19 artefatos líticos (três lascas com córtex, duas lascas sem córtex, onze núcleos e três ferramentas), uma moeda e um osso. (KESTERING; AQUINO; BEZERRA, 2015, p. 304).

Figura 196 - Artefato lítico *in situ*



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 305)

Figura 197 - Final da trincheira que se escavou junto ao suporte



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 305)

Em análise de laboratório descobriu-se que a moeda evidenciada pela escavação era um patacão de 40 réis. (Fig. 198). Trata-se de um exemplar da moeda de cobre que, logo após proclamar-se a independência do Brasil, começou-se a cunhar na Casa da Moeda - Rio de Janeiro. (Fig 199).

Figura 198 - Patacão encontrado no sítio Paredão 3



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2021)

Figura 199 - Patacão cunhado na época do Brasil Império



Fonte: Cultura Mineira (2014).

É uma das primeiras moedas que surgiram na época [do Império]. É uma moeda feita de cobre e ela já passou por uma transformação. Por volta de mil oitocentos e alguma coisa, ela sofreu um impacto. (...) Cunharam ela com o número 40. Na realidade, o valor dela era outro. Naquela época era comum

fazer isso para reutilizar a mesma moeda. Pode-se ver que nem mais existe o brasão do império. É uma moeda rara. Faz parte do Império do Brasil. Esse número 40 é como se fosse aquela mudança do Cruzeiro para o Cruzeiro Novo. Lindo, já bem gasto pelo tempo. (CULTURA MINEIRA, 2014).

O patacão é uma moeda que circulava em todo o período do Império, de 1822 a 1889.

Ela conta mais história do Brasil do que as moedas novas que estão nas mãos de colecionadores. Por que falo isso? Porque essas moedas estiveram nas mãos de escravos, de reis, coronéis, generais, fazendeiros, pessoas simples, religiosos, ateus e por aí vai. Contam mais história do que aquelas flores de cunha que estão guardadas nas coleções. (...) Quantos escravos não pegaram nisso aqui! (CULTURA MINEIRA, 2017).

3.8.5 Área para Proteção do Patrimônio

Por se tratar de uma área com estruturas e sítios arqueológicos de arte rupestre, situados em um serrote na área de influência direta (AID) de um empreendimento de mineração propõe-se delimitá-la com marcos nos vértices do polígono e placas sinalizadoras. (Tab. 9; Fig. 200 e 201). Sugere-se que não se cerque a área, para o livre trânsito dos animais silvestres e pastejo de animais domésticos dos criadores locais, como se faz regularmente durante séculos. Para que se preservem os painéis de pintura rupestre, recomenda-se a preservação das espécies vegetais nativas que se destacam na paisagem.

Tabela 9 – Vértices da área sugerida para proteção do patrimônio

Nº	UTM24L	UTMN	Altitude (m)
1	402629	8894554	463
2	402611	8894642	463
3	402678	8894666	463

4	402741	8894630	463
5	402118	8894559	463

Fonte: Google earth (2020)

Figura 200 - Vértices da área sugerida para proteção do patrimônio



Fonte: Google earth (2020)

Figura 201– Vista parcial do Serrote



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 309)

Dê-se particular atenção à palmatória (*Opuntia palmadora*), quipá (*Opuntia inamoena*), cansação (*Cnidoscolus pubescens*), velame da caatinga (*Croton heliotropifolius*), favela (*Cnidoscolus phyllacantus*), braúna (*Melanoxylon brauna*), pau de rato (*Poincianella pyramidalis*), angico (*Anadenanthera colubrina*), pinhão bravo (*Jatropha mollissima*), mandacaru de boi (*Cereus jamacaru*), xiquexique (*Cereus gounellei*), coroa de frade (*Melocactus bahiensis*),

macambira (*Bromelia laciniosa*), juazeiro (*Ziziphus joazeiro*), malva da caatinga (*Sida galheirensis*) e alecrim da caatinga (*Lippia gracilis*).

Sugere-se que, junto a seus respectivos troncos, ponham-se placas elucidativas referentes ao nome de cada espécie para que estudantes, em visita aos sítios com pinturas rupestres, reconheçam-nas como componentes do patrimônio ambiental da região.

3.8.6 Suçuarana 2

Suçuarana 2 (código 181.2) é um sítio histórico de aproximadamente 400 m², situado às coordenadas UTM24L 402662, UTMN 8894473 e 464 m de altitude. Trata-se de restos da casa de Diminiciano de Souza Feia, primeira dona da Fazenda Suçuarana. Na superfície dele se encontraram fragmentos de louça (*blue edge*, branca e padrão floral) cerâmica grés, cerâmica lisa e telha. (SANTANA *et al.*, 2014, p. 40-41; Fig. 202).

Figura 202 - Suçuarana 2 com fragmentos de louça, cerâmica e telha



Fonte: Santana *et al.* (2014, p. 41), adaptado pelo autor deste

3.8.6.1 Resgate

Por recomendação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) iniciou-se o resgate do sítio com georreferenciamento da área e varredura para identificação de artefatos na superfície do terreno. Nos lugares onde se encontravam fragmentos de louça, vidro, cerâmica e telha, limpava-se o terreno, em decapagem com 5 cm a 10 cm de espessura e 1,5 a 2 m de circunferência, para identificar e coletar fragmentos que a ele se associavam. (Fig. 203).

Figura 203 - Identificação e coleta de artefatos na superfície



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 368)

Peneirou-se todo sedimento retirado para não se perderem artefatos não identificados durante a prospecção e limpa. (Fig. 204). No lugar de maior concentração de fragmentos de louça e cerâmica, fez-se uma trincheira de 4 m² (2 m x 2 m) até 50 cm de profundidade onde se deparou com grânulos de ortognaisse do Complexo Caraíba intemperizado. (Fig. 205). Não se encontrou na trincheira qualquer artefato arqueológico.

Em única decapagem que se fez no sítio encontraram-se e coletaram-se 372 fragmentos de cerâmica, 119 fragmentos

de louça, cinco fragmentos de vidro, quatro fragmentos de artefatos de olaria, um artefato de metal, dois artefatos líticos e três unidades de restos orgânicos.

Figura 204 - Peneirou-se todo sedimento retirado



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 368)

Figura 205 - Final da sondagem, a 50 cm de profundidade



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 369)

Em análise que se fez em laboratório, observou-se que, das 372 peças de cerâmica, 331 (88,98%) foram manufaturados por acordelagem, duas (0,54%) por modelagem e 39 (10,48%) com técnica não identificada; dos 119 fragmentos de louça,

95 (79,83%) são de faiança, 23 (19,33%) de grés e um (0,84%) não identificado; os cinco fragmentos de vidro (100%) são de garrafas de bebida; os quatro fragmentos de artefatos de olaria (100%) são de telha; o artefato de metal (100%) é tralha doméstica (dedal); dos dois artefatos líticos, um (50%) é lasca com córtex e o outro (50%) é núcleo; os três restos orgânicos (100%) são ossos.

3.8.7 Suçuarana 3

Suçuarana 3 (código 181.3) é um sítio histórico de aproximadamente 600 m², no entorno da comunidade de Roçado, às coordenadas UTM24L 403506, UTMN 8895689 e 478 m de altitude. Trata-se de restos de antiga residência pertencente a Pedro Zuza. Na superfície dele se encontraram fragmentos de louça branca, cerâmica lisa, telha, vidro, resto de alicerce e adobos arranjados em polígono. (SANTANA *et al.*, 2014, p. 41-42; Fig. 206).

Figura 206 - Suçuarana 3, com restos arqueológicos



Fonte: Santana *et al.* (2014, p. 42), adaptado pelo autor deste

3.8.8 Suçuarana 4

Suçuarana 4 (código 181.4) é um sítio histórico de aproximadamente 600 m², na comunidade de Roçado, às coordenadas UTM24L 402686, UTMN 8895829 e 471 m de altitude. Trata-se de restos de antiga residência de familiares de João Dias de Sena, que eram artesãos e fabricavam vasilhas de barro para toda região. Na superfície dele se encontraram fragmentos de louça branca, cerâmica lisa, telha, vidro e grés. (SANTANA *et al.*, 2014, p. 42-43; Fig. 207).

Figura 207 - Suçuarana 4, com restos arqueológicos



Fonte: Santana *et al.* (2014, p. 43), adaptado pelo autor deste

3.8.9 Suçuarana 5

Suçuarana 5 (código 181.5) é um sítio multicomponencial de aproximadamente 450 m², na comunidade de Roçado, às coordenadas UTM24L 402049, UTMN 8896011 e 462 m de

altitude. Trata-se de restos de antiga residência de Firmiano Ferreira Gomes. Na superfície dele se encontraram fragmentos de louça branca e azul borrão, cerâmica lisa, telha e vidro. (SANTANA *et al.*, 2014, p. 33-34; Fig. 208).

Figura 208 - Suçuarana 5, com restos arqueológicos



Fonte: Santana *et al.* (2014, p. 34), adaptado pelo autor deste

Pela tradição oral, sabe-se que Firmiano Ferreira Gomes e seu irmão Sabino foram pioneiros na Fazenda Roçado. Diz-se que implantaram a fazenda alguns anos antes da proclamação da República Velha, há aproximadamente 130 anos.

Os primeiros donos foram ele e Sabino Gomes. Eles eram irmãos. Eles vieram para aqui. Sabino Gomes comprou uma posse de terra na Suçuarana e chamou ele também para vir para cá porque eles eram irmãos. Aí ele botou ele aqui. Minha avó falava que esse povo tinha gado. Eram ricos. Eles tinham gado. A gente matava bode para comer. Eles matavam era gado. (OLIVEIRA, 2015 *apud* KESTERING; AQUINO; BEZERRA, 2015, p. 27).

3.8.9.1 Resgate

Por recomendação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) iniciou-se o resgate do sítio com georreferenciamento da área e varredura para identificação de artefatos na superfície do terreno. No lugar em que se identificou maior concentração de fragmentos de louça, cerâmica, telha e vidro definiu-se uma área de 4 m² (2 m x 2 m) para sondagem. Na trincheira que se escavou identificou-se uma camada de 50 cm de rejeitos domésticos. Aprofundou-se a escavação de uma camada areno-argilosa sem artefatos, até se encontrarem grânulos de ortognaisse do Complexo Caraíba intemperizado. (KESTERING; AQUINO; BEZERRA, 2015, p. 29).

Finda a sondagem, fez-se sua ampliação a 72 m² (12 m x 6 m) onde se escavou com a técnica da superfície ampla. Por se tratar de rejeitos domésticos, lançados sem ordenamento, escavou-se toda camada em uma única decapagem. (Fig. 209). Nela se identificaram e coletaram-se 4.305 fragmentos de cerâmica, 746 fragmentos de louça, 162 fragmentos de vidro, 20 fragmentos de artefatos de olaria, nove artefatos de metal, um artefato lítico, 149 unidades de restos orgânicos e dois artefatos de plástico.

Em análise que se fez em laboratório, observou-se que, das 4.305 peças de cerâmica, 4.123 (95,77%) foram manufaturadas por acordelagem e 182 (4,23%) com técnica não identificada; dos 746 fragmentos de louça, 635 (85,12%) são de faiança, 24 (3,22%) de porcelana, um (0,13%) de malga e 86 (11,53%) não identificados; dos 162 fragmentos de vidro, 140 (86,42%) são de garrafas de bebida, nove (5,56%) de medicamento, dois (1,23%) domésticos, sete (4,32%) de toucador e em quatro (2,47%) não se identificou; os 20 fragmentos de artefatos de olaria (100%) são de telha; dos nove artefatos de metal, três

(33,33%) são tralhas de construção (dois pregos e um parafuso), quatro (44,45%) tralhas domésticas (dois dedais e duas colheres) e dois (22,22%) são numismáticos (moedas) (fig. 210 e 211); o artefato lítico é uma ferramentas; dos 149 restos orgânicos, 128 (85,91%) são ossos, 11 (7,38%) fragmentos de carapaça de tatu e 10 (6,71%) dentes; dos dois plásticos, um (50%) é missanga e o outro (50%), pingente.

Figura 209 - Escavação que se fez com a técnica da superfície ampla



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 31)

Figura 210 - Moeda do Brasil Império (40 réis)



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2021)

Figura 211 - Moeda do Brasil República (1 cruzeiro)



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2021)

3.8.10 Suçuarana 6

Suçuarana 6 (código 181.6) é um sítio multicomponencial de aproximadamente 500 m², na comunidade de Roçado, às coordenadas UTM24L 401957, UTMN 8896056 e 462 m de altitude. Trata-se de restos de antiga residência e curral de animais de Vicente Fernandes. Na superfície dele se encontraram fragmentos de louça branca, cerâmica lisa, telha e vidro. (SANTANA *et al.*, 2014, p. 34-35; Fig. 212).

Figura 212 - Suçuarana 6, com restos arqueológicos



Fonte: Santana *et al.* (2014, p. 35), adaptado pelo autor deste

3.8.10.1 Resgate

Por recomendação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) iniciou-se o resgate do sítio com georreferenciamento da área e varredura para identificação e resgate de artefatos na superfície do terreno. (Fig. 213). Observou-se que, em afloramento do maciço de ortognaisse do Complexo Caraíba, havia dois almofarizes em rocha, o que despertou particular atenção porque sugeriam ocupação do local por grupos pré-coloniais, coloniais e pós-coloniais que os teriam utilizado para tritura de milho ou tubérculos. Não se encontrou, porém, outro indicativo de presença pré-colonial no local que não fosse uma única ferramenta lítica. (KESTERING; AQUINO; BEZERRA, 2015, p. 175; Fig. 214).

Figura 213 - Resgate do sítio com georreferenciamento



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2021)

Nos pontos onde se encontravam fragmentos de louça, vidro, cerâmica e telha, limpava-se o terreno, em decapagem com 5 cm a 10 cm de espessura e 1,5 a 2 m de circunferência, para identificar e coletar fragmentos que a ele se associavam. (Fig. 215). Todo sedimento retirado foi peneirado. (Fig. 216).

No lugar em que se identificou maior concentração de fragmentos de louça, cerâmica, vidro e olaria, definiu-se uma área de 4 m² (2 m x 2 m) para sondagem. Escavou-se a área de 4 m² até 20 cm de profundidade. Como não se encontrou

qualquer artefato nem estrutura de construção, reduziu-se a mesma para 2 m². Escavou-se a mesma até 40 cm de profundidade onde se encontraram grânulos de ortognaisse do Complexo Caraíba intemperizado. Dada à ausência de material arqueológico na sondagem, encerrou se a escavação e o resgate do sítio. (Fig. 217).

Figura 214 - Almofarizes em rocha



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 176)

Figura 215 - Identificação de artefatos com limpeza do entorno



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 175)

Nesse sítio identificaram-se e coletaram-se 181 fragmentos de cerâmica, 71 fragmentos de louça, 41 fragmentos de vidro, oito fragmentos de artefatos de olaria, um artefato de metal e um artefato lítico.

Figura 216 - Peneirou-se todo sedimento retirado



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 175)

Figura 217 - Sondagem



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 178)

Em análise que se fez em laboratório, observou-se que, das 181 peças de cerâmica, 149 (82,32%) manufaturaram-se por

acordelagem e 32 (17,68%) com técnica não identificada; dos 71 fragmentos de louça, 61 (85,92%) são de faiança e 10 (14,08%) não identificado; dos 41 fragmentos de vidro, 34 (82,92%) são de garrafas de bebida, quatro (9,76%) são de medicamento, dois (4,88%) são domésticos e um (2,44%) é de toucador; os oito fragmentos de artefatos de olaria (100%) são de telha; o artefato de metal é tralha militar (cartucho de bala) e o artefato lítico é uma ferramenta. (Fig. 218).

Figura 218 - Análise dos artefatos em laboratório



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 178)

3.8.11 Suçarana 7

Suçarana 7 (código 181.7) é um sítio histórico de aproximadamente 500 m², às coordenadas UTM24L 401038, UTMN 8895283 e 463 m de altitude. Trata-se de restos de antiga residência. Na superfície dele se encontraram fragmentos de louça, cerâmica lisa, telha e vidro. (SANTANA *et al.*, 2014, p. 43; Fig. 219).

Figura 219 – Suçarana 7, com restos arqueológicos



Fonte: Santana *et al.* (2014, p. 44), adaptado pelo autor deste

3.8.12 Suçarana 8

Suçarana 8 (código 181.8) é um sítio histórico de aproximadamente 1.600 m², às coordenadas UTM24L 401848, UTMN 8896263 e 460 m de altitude. Trata-se de restos de antiga residência de José Alexandre de Oliveira e Rosa Balbino

da Cunha. (KESTERING; AQUINO; BEZERRA, 2015, p. 191). Na superfície dele se encontraram fragmentos de cerâmica, porcelana, telha, metal e vidro. (SANTANA *et al.*, 2014, p. 73; Fig. 220).

Figura 220 - Suçuarana 8, com restos arqueológicos



Fonte: Santana *et al.* (2014, p. 73), adaptado pelo autor deste

3.8.12.1 Resgate

Por recomendação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) iniciou-se o resgate do sítio com georreferenciamento da área e varredura para identificação e resgate de artefatos na superfície do terreno. Nos lugares onde se encontravam fragmentos de louça, vidro ou cerâmica, fazia-se a limpeza do terreno, com decapagem de 5 cm a 10 cm de espessura por 1,5 a 2 m de circunferência, para identificar e coletar outros fragmentos que a eles se associavam. (Fig. 221). Todo sedimento retirado foi peneirado. (Fig. 222).

Figura 221 - Identificação de artefatos com limpeza do entorno



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 195)

Figura 222 - Peneirou-se todo sedimento retirado



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 197)

No lugar em que se identificou maior concentração de fragmentos de louça e cerâmica definiu-se uma área de 4 m² (2 m x 2 m) para sondagem. (Fig. 223). Escavou-se até a base dos rejeitos domésticos, a 20 cm de profundidade. Reduziu-se, então, a mesma para 2 m². Escavou-se até 40 cm de profundidade onde se encontraram grânulos de ortognaisse

do Complexo Caraíba intemperizado. Dada à ausência de material arqueológico com mais de 20 cm de profundidade ampliou-se a escavação com decapagem única de 20 cm de espessura para a coleta dos rejeitos domésticos.

Figura 223 - Definição da área da sondagem



Fonte: Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 198)

Identificaram-se e coletaram-se 765 fragmentos de cerâmica, 179 fragmentos de louça, 450 fragmentos de vidro, dois fragmentos de artefatos de olaria, 42 artefatos de metal, um artefato lítico, 114 restos orgânicos e sete outros.

Em análise que se fez em laboratório, observou-se que, das 765 peças de cerâmica, 648 (84,71%) foram produzidas por acordelagem, três (0,39%) por modelagem e 114 (14,9%) com técnica não identificada; dos 179 fragmentos de louça, 149 (83,24%) são de faiança, 14 (7,82%) são de porcelana e 16 (8,94%) não identificados; dos 450 fragmentos de vidro, 263 (58,44%) são de garrafas de bebida, 67 (14,89%) são de medicamento, 48 (10,67%) são domésticos, 17 (3,78%) são de toucador e 55 (12,22%) não identificados; dos dois fragmentos de artefatos de olaria, um (50%) é de telha e outro (50%) de tijolo; dos 42 artefatos de metal, nove (21,43%) são ferramentas de construção, 11 (26,19%) são ferramentas domésticas, 10 (23,81%) são ferramentas ciclísticas, três (7,14%) são ferramentas indumentárias, três (7,14%) são ferramentas

numismáticas, dois (4,76%) são tralhas agrícolas, um (2,39%) é tralha militar e três (7,14%) não foram identificadas; o artefato lítico (100%) é uma lasca sem córtex; dos 114 restos orgânicos, 103 (90,35%) são ossos, cinco (4,39%) são fragmentos de carapaça, quatro (3,51%) são dentes e dois (1,75%) são conchas; dos sete outros, três (42,86%) são fragmentos de plástico, três (42,86%) são fragmentos de couro e um (14,28%) é fragmento de borracha.

3.8.13 Suçuarana 9

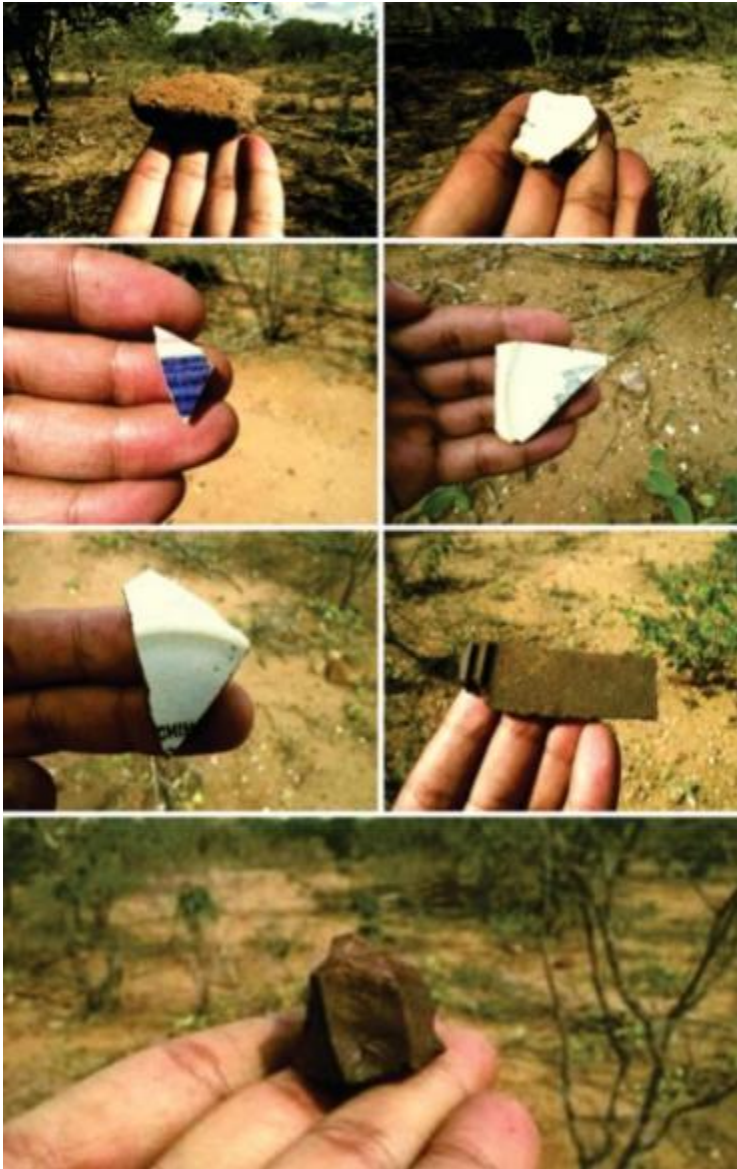
Suçuarana 9 (código 181.9) é um sítio histórico de aproximadamente 2.425 m², às coordenadas UTM24L 401647, UTMN 8896233 e 466 m de altitude. Trata-se de restos de antiga residência de Vicente Fernandes de Oliveira e Emiliana Maria de Jesus, e de um anexo, às coordenadas UTM24L 401634, UTMN 8896170 e 466 m de altitude. Na superfície deles se encontraram fragmentos de cerâmica, porcelana, telha, metal, vidro e um artefato lítico. (SANTANA *et al.*, 2014, p. 74; Fig. 224 e 225).

Figura 224 - Suçuarana 9



Fonte: Santana *et al.* (2014, p. 74), adaptado pelo autor deste

Figura 225 - Fragmentos e artefatos arqueológicos



Fonte: Santana *et al.* (2014, p. 74-75), adaptado pelo autor deste

3.8.13.1 Resgate

Por recomendação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) iniciou-se o resgate do sítio com georreferenciamento da área e varredura para identificação e resgate de artefatos na superfície do terreno. Nos lugares onde se encontravam fragmentos de louça, vidro ou cerâmica, fazia-se a limpeza do terreno, com decapagem de 5 cm a 10 cm de espessura por 1,5 a 2 m de circunferência, para identificar e coletar outros fragmentos que a eles se associavam. (Fig. 226). Peneirou-se todo sedimento retirado. (Fig. 227).

Figura 226 - Identificação de artefatos com limpeza do entorno



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 246)

No lugar em que se identificou maior concentração de fragmentos de louça e cerâmica definiu-se uma área de 4 m² (2 m x 2 m) para sondagem. Escavou-se até a base dos rejeitos domésticos, a 20 cm de profundidade. Reduziu-se, então, a mesma para 2 m². Escavou-se até 40 cm de profundidade onde se encontraram grânulos de ortognaisse

do Complexo Caraíba intemperizado. Dada à ausência de material arqueológico com mais de 20 cm de profundidade ampliou-se a escavação para a coleta dos rejeitos domésticos.

Figura 227 - Peneirou-se todo sedimento retirado



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 247)

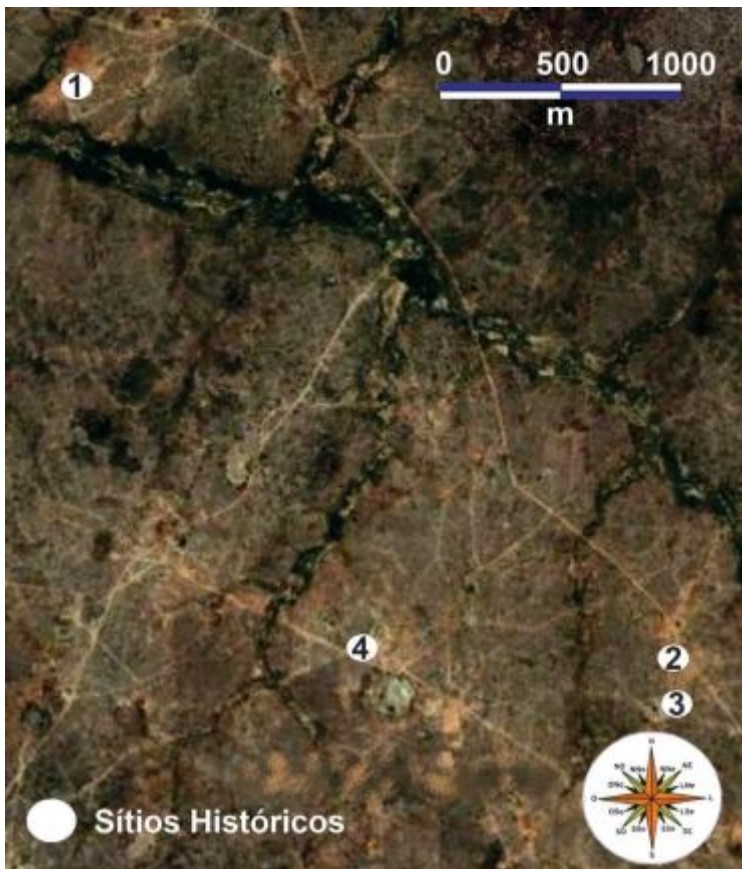
Identificaram-se e coletaram-se 751 fragmentos de cerâmica, 265 fragmentos de louça, 63 fragmentos de vidro, sete fragmentos de artefatos de olaria, um artefato lítico e sete restos orgânicos.

Em análise que se fez em laboratório, observou-se que, das 751 peças de cerâmica, 520 (69,24%) foram manufaturadas por acordelagem e 231 (30,76%) com técnica não identificada; dos 265 fragmentos de louça, 192 (72,45%) são de faiança, dois (0,76%) são de porcelana e 71 (26,79%) não identificados; dos 63 fragmentos de vidro, 26 (41,27%) são de garrafas de bebida, quatro (6,35%) são de medicamento, três (4,76%) são domésticos, cinco (7,94%) são de toucador e 25 (39,68%) não identificados; os sete fragmentos de artefatos de olaria (100%) são de telha; o artefato lítico (100%) é um fragmento de pilão; dos sete restos orgânicos, dois (28,57%) são ossos e cinco (71,43%) são fragmentos de carapaça.

3.9 Fazenda Ipueira

Na Fazenda Ipueira (código 182), na área de influência direta da jazida de cobre que a Mineração Caraíba instalou próximo ao Distrito de Pilar, na região norte do estado da Bahia identificaram-se quatro sítios arqueológicos históricos. São eles Ipueira Velha e Ipueira dos Barros 1, 2 e 3. (Fig. 228).

Figura 228 - Distribuição espacial dos sítios arqueológicos



Fonte: Google earth (2020), adaptado pelo autor

3.9.1 Ipueira Velha

Ipueira Velha (código 182.1) é um sítio histórico de aproximadamente 600 m², situado às coordenadas UTM24L 394618, UTMN 8893699 e 454 m de altitude. Trata-se de restos de uma antiga casa e um grande curral de Vicente Fernandes. Na superfície dele se encontraram fragmentos de louça branca, cerâmica lisa, telha e vidro. (SANTANA *et al.*, 2014, p. 44-45; Fig. 229).

Figura 229 - Ipueira Velha, com restos arqueológicos



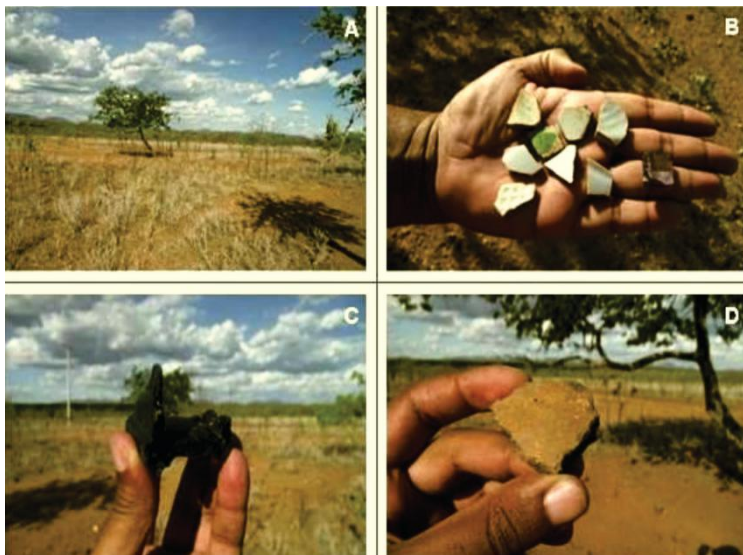
Fonte: Santana *et al.* (2014, p. 45), adaptado pelo autor deste

3.9.2 Ipueira dos Barros 1

Ipueira dos Barros 1 (código 182.2) é um sítio histórico de aproximadamente 500 m², situado às coordenadas UTM24L 397211, UTMN 8891447 e 464 m de altitude. Trata-se de

restos de uma das casas mais antigas da Fazenda Ipueira dos Barros. Na superfície dele se encontraram fragmentos de louça branca e padrão floral, cerâmica lisa, ladrilho, telha, vidro e metal. (SANTANA *et al.*, 2014, p. 45; Fig. 230).

Figura 230 - Ipueira dos Barros 1, com restos arqueológicos



Fonte: Santana *et al.* (2014, p. 46), adaptado pelo autor deste

3.9.3 Ipueira dos Barros 2

Ipueira dos Barros 2 (código 182.3) é um sítio histórico de aproximadamente 800 m², situado às coordenadas UTM24L 397230, UTMN 8891273 e 466 m de altitude. Trata-se de restos de uma das mais antigas residências em adobe da Fazenda Ipueira dos Barros. Na superfície dele se encontraram fragmentos de louça branca, cerâmica grés, cerâmica lisa, ladrilho, telha e vidro. (SANTANA *et al.*, 2014, p. 46; Fig. 231).

Figura 231 - Ipueira dos Barros 2, com restos arqueológicos



Fonte: Santana *et al.* (2014, p. 47), adaptado pelo autor deste

3.9.4 Ipueira dos Barros 3

Ipueira dos Barros 3 (código 182.4) é um sítio histórico com restos de uma antiga residência, à margem de uma estrada vicinal, às coordenadas UTM24L 395954, UTMN 8891430 e 475 m de altitude. Em ampla superfície encontraram-se fragmentos de louça branca, cerâmica lisa, telha, metal e vidro. (SANTANA *et al.*, 2014, p. 47; Fig. 232 e 233).

Figura 232 - Ipueira dos Barros 3



Fonte: Santana *et al.* (2014, p. 48), adaptado pelo autor deste

Figura 233 - Restos arqueológicos do sítio



Fonte: Santana *et al.* (2014, p. 48), adaptado pelo autor deste

3.10 Fazenda Monte Alegre

Na Fazenda Monte Alegre (código 183), na área de influência direta da jazida de cobre que a Mineração Caraíba instalou próximo ao Distrito de Pilar, na região norte do estado da Bahia identificaram-se dois sítios arqueológicos históricos. São eles Monte Alegre 1 e Monte Alegre 2. (Fig. 234).

Figura 234 - Distribuição espacial dos sítios arqueológicos



Fonte: Google earth (2020), adaptado pelo autor

3.10.1 Monte Alegre 1

Monte Alegre 1 (código 183.1) é um sítio histórico de aproximadamente 500 m², situado dentro de um cercado, vizinho a uma residência atual, às coordenadas UTM24L

394093, UTMN 8898653 e 455 m de altitude. Trata-se de restos de uma casa antiga. Na superfície dele se encontraram fragmentos de vidro e louça azul borrão. (SANTANA *et al.*, 2014, p. 48; Fig. 235).

Figura 235 - Monte Alegre 1, com restos arqueológicos



Fonte: Santana *et al.* (2014, p. 48), adaptado pelo autor deste

3.10.2 Monte Alegre 2

Monte Alegre 2 (código 183.2) é um sítio histórico de aproximadamente 700 m², vizinho a um campo de futebol, às coordenadas UTM24L 394117, UTMN 8898749 e 456 m de altitude. Trata-se de restos de uma antiga residência. Na superfície dele se encontraram fragmentos de vidro, louça azul borrão, cerâmica e telha colonial artesanal. (SANTANA *et al.*, 2014, p. 49; Fig. 236 e 237).

Figura 236 - Monte Alegre 2, com fragmento de cerâmica



Fonte: Santana *et al.* (2014, p. 49), adaptado pelo autor deste

Figura 237 - Fragmentos de vidro e louça azul borrão



Fonte: Santana *et al.* (2014, p. 49), adaptado pelo autor deste

3.11 Alto dos Caboclos

No Alto dos Caboclos, conhecido também como Poço da Queimada (código 184), na área de influência direta da jazida de cobre que a Mineração Caraíba instalou próximo ao Distrito de Pilar, identificaram-se quatro sítios arqueológicos: dois multicomponenciais (Caboclos 1 e 3), um pré-histórico (Caboclo 2) e um histórico (Caboclo 4). (Fig. 238).

Figura 238 - Distribuição espacial dos sítios arqueológicos

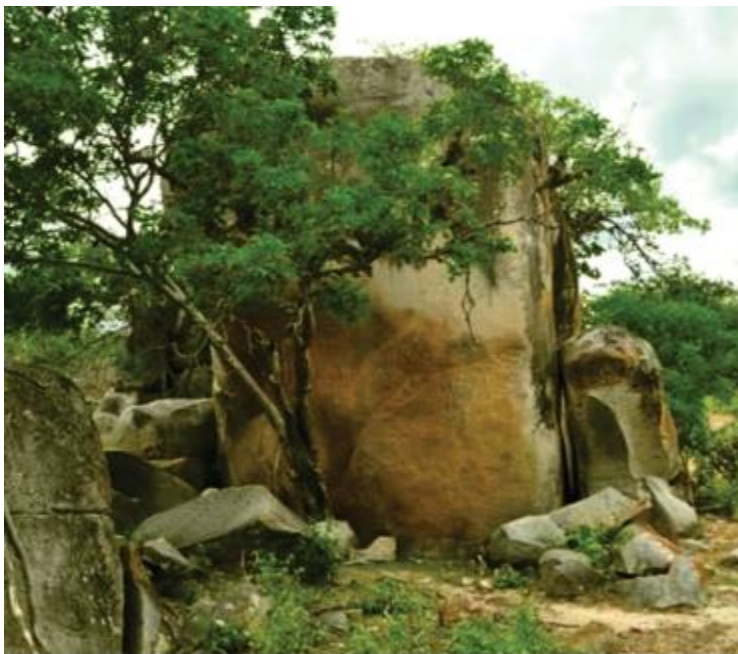


Fonte: Google earth (2021), adaptado pelo autor

3.11.1 Caboclo 1

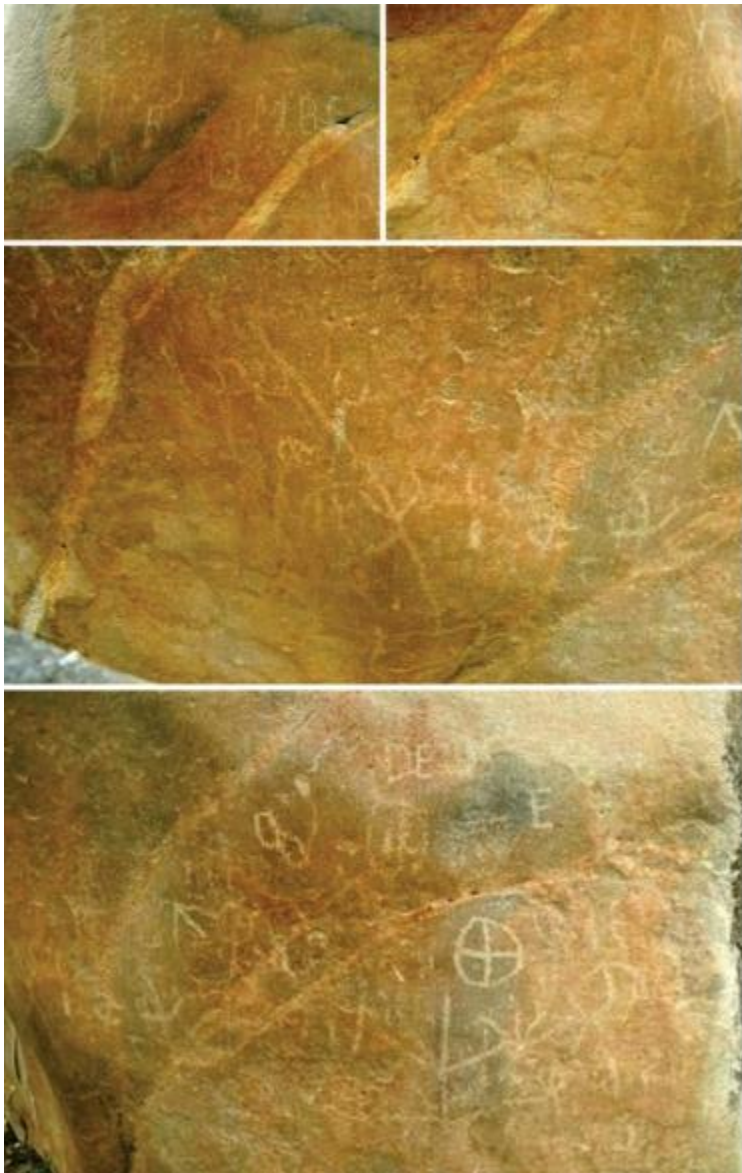
Caboclo 1 (código 184.1) é um sítio arqueológico multicomponencial com gravuras rupestres reconhecíveis, realizadas em um matacão de ortognaisse do Complexo Tanque Novo-Ipirá, Unidade Bom Despacho. Tem orientação nordeste – sudoeste e abertura a noroeste. Situa-se no topo do Alto dos Caboclos, às coordenadas UTM24L 380166; UTMN 8901630 e 454 m de altitude. Mede 4,8 m de comprimento, 4,1 m de altura e 1,1 m de largura. Em sua base há matacões, blocos, seixos e grânulos angulosos, areia e silte. (KESTERING; AQUINO; BEZERRA, 2015, p. 311; Fig. 239 e 240).

Figura 239 - Caboclo 1



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 546)

Figura 240 - Gravuras reconhecíveis



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 547 e 548)

3.11.1.1 Resgate

Iniciou-se o resgate com o georreferenciamento do sítio. Prosseguiu-se com a identificação e coleta dos artefatos de superfície do entorno próximo ao matacão. (Fig. 241). Observou-se que, na base do suporte, junto ao painel de registros rupestres, os sedimentos estavam revoltos. Na superfície do terreno havia conglomerados típicos da camada de transição entre os sedimentos arenosos e o maciço, que se observam em cortes das estradas vicinais do entorno. Com essas evidências, deduziu-se ter havido escavação no sítio, muito embora não se conheça qualquer relatório a respeito.

Figura 241 - Restos arqueológicos na superfície do terreno



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 313)

Registraram-se, plotaram-se, coletaram-se e acondicionaram-se os artefatos e fragmentos arqueológicos de superfície. Em seguida, definiu-se uma área para sondagem junto ao suporte com gravuras rupestres. Constataram-se fragmentos de cerâmica até 10 cm de profundidade, sugerindo a prática de rituais no período histórico colonial ou mesmo pós-colonial. A partir dali não se identificou artefato algum.

Restringiu-se, então, a sondagem à área de 1 m² (1 m x 1 m) em que se escavaram sedimentos arenosos com seixos e calhaus arredondados até 90 cm de profundidade onde se chegou à rocha matriz de metagranito do Complexo Tanque

Novo-Ipirá, Unidade Bom Despacho. (KESTERING; AQUINO; BEZERRA, 2015, p. 314; Fig. 242).

Figura 242 - Final da sondagem



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 317)

Identificaram-se e coletaram-se 14 fragmentos de cerâmica, 80 fragmentos de louça, 82 fragmentos de vidro, um artefato de metal e dois artefatos líticos.

Em análise que se fez em laboratório constatou-se que: se manufaturaram as 14 peças de cerâmica (100%) por acordelagem; os 80 fragmentos de louça (100%) são de grés; dos 82 fragmentos de vidro, 57 (69,51%) são de garrafas de bebida, 17 (20,73%) são de medicamentos e oito (9,76%) não foram identificados; o metal é tralha doméstica (tampa); dos artefatos líticos, um (50%) é lasca com córtex e o outro (50%) sem córtex.

3.11.2 Caboclo 2

Caboclo 2 (código 184.2) é um sítio arqueológico com gravuras rupestres reconhecíveis, realizadas em um matacão

de ortognaisse do Complexo Tanque Novo-Ipirá, Unidade Bom Despacho. Tem orientação leste – oeste e abertura a zênite. Situa-se no topo do Alto dos Caboclos, às coordenadas UTM24L 380210; UTMN 8901801 e 455 m de altitude. Mede 1,5 m de comprimento, 0,8 m de altura e 1,0 m de largura. Em seu entorno há sedimentos arenosos. (KESTERING; AQUINO; BEZERRA, 2015, p. 325; Fig. 243 a 245).

Figura 243 - Caboclo 2



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 549)

Figura 244 - Gravura reconhecível



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 550)

Figura 245 - Gravuras reconhecíveis



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 550-552)

3.11.2.1 Resgate

Iniciou-se o resgate com o georreferenciamento do sítio. Como não se encontraram artefatos na superfície do entorno do matacão, iniciou-se uma sondagem para o contextualizar com a Arqueologia regional. (SANTANA *et al*, 2014, 50).

Escavou-se uma área de 2 m² (2 m x 1 m) até 50 cm de profundidade onde se topou com fragmentos do maciço de ortognaisse do Complexo Tanque Novo-Ipirá, Unidade Bom Despacho. Registraram-se, plotaram-se, coletaram-se e acondicionaram-se apenas dois artefatos líticos que, em laboratório constatou-se ser um núcleo (50%) e uma ferramenta (50%). (Fig. 246).

Figura 246 - Registro, plotagem e coleta dos artefatos líticos



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 328)

3.11.3 Caboclo 3

Caboclo 3 (código 184.3) é um afloramento de gnaiss do Complexo Tanque Novo Ipirá, Unidade Bom Despacho, onde

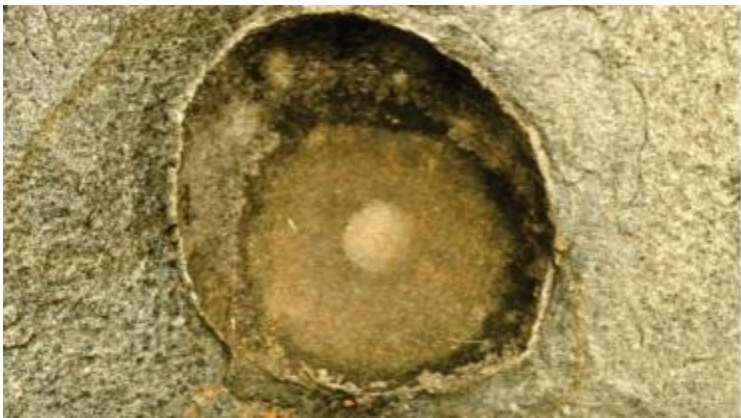
se preservam três almofarizes em rocha. Situa-se no topo do Alto dos Caboclos, às coordenadas UTM24L 380422; UTMN 8901708 e 454 m de altitude. Tem orientação norte – sul e abertura a zênite. Mede 9,4 m de comprimento, 0,9 m de altura e 2,7 m de largura. Circunda-se por sedimentos arenosos. (KESTERING; AQUINO; BEZERRA, 2015, p. 330; Fig. 247 a 249).

Figura 247 - Caboclo 3



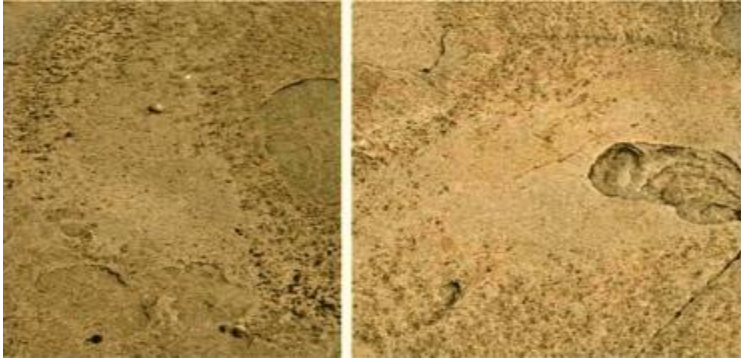
Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 553)

Figura 248 - Almofariz em rocha



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 554)

Figura 249 - Almofarizes em rocha



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 331)

3.11.3.1 Resgate

Como não se encontrou vestígio arqueológico algum na superfície do terreno, fez-se uma sondagem nos sedimentos arenosos junto ao maciço aflorante. Encontraram-se três artefatos da indústria lítica pré-colonial. Prosseguiu-se a escavação até 50 cm de profundidade onde se topou com fragmentos de gnaise do Complexo Tanque Novo-Ipirá, Unidade Bom Despacho. (Fig. 250).

Figura 250 - Final da sondagem



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 334)

Em análise dos artefatos líticos resgatados, que se fez em laboratório observou-se que se tratava de duas (66,67%) lascas sem córtex e uma (33,33%) ferramenta.

3.11.4 Caboclo 4

Caboclo 4 (código 184.4) é um sítio com gravuras rupestres históricas, realizadas em um matacão de ortognaisse do Complexo Tanque Novo-Ipirá, Unidade Bom Despacho. Situa-se no Alto dos Caboclos, às coordenadas UTM24L 380057; UTMN 8901678 e 454 m de altitude. Tem orientação leste – oeste e abertura a sul. Mede 1,7 m de comprimento, 2,7 m de altura e 10 cm de largura. Em seu entorno há matações, blocos, seixos e grânulos angulosos, areia e silte. (AQUINO; KESTERING, 2017, p. 10; Fig. 251).

Figura 251 - Caboclo 4



Fonte: Aquino; Kesting (2017, p. 10), adaptado pelo autor deste

3.11.5 Área para Proteção do Patrimônio

Por se tratar de uma área com sítios arqueológicos de arte rupestre, na área de influência direta de um empreendimento de mineração propõe-se delimitá-la com marcos nos vértices do polígono e placas sinalizadoras. (Tab. 10; Fig. 252 e 253). Sugere-se deixar sem cerca a área, para o livre trânsito de animais silvestres e pastejo de animais domésticos dos criadores locais, como se faz regularmente durante séculos. Para que se preservem os painéis de registros rupestres, recomenda-se a preservação das espécies vegetais nativas que se destacam na paisagem.

Tabela 10 – Vértices da área sugerida para proteção do patrimônio

Nº	UTM24L	UTMN	Altitude (m)
1	380036	8901690	455
2	380242	8901694	454
3	380375	8901593	450
4	380351	8901461	453
5	380225	8901442	454
6	380064	8901539	455

Fonte: Google earth (2021)

Figura 252 - Vértices da área sugerida para proteção do patrimônio



Fonte: Google earth (2021), adaptado pelo autor

Figura 253 – Vista parcial do alto dos Caboclos

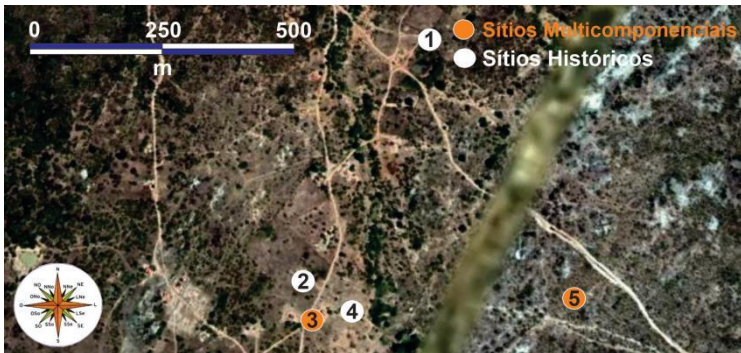


Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 337)

3.12 Fazenda Corrência

Na Fazenda Corrência (código 185), área de influência direta de uma jazida de cobre que se instalou próximo ao Distrito de Pilar, identificaram-se cinco sítios arqueológicos históricos. São eles: Corrência 1, 2, 3, 4 e 5. (Fig. 254).

Figura 254 - Distribuição espacial dos sítios arqueológicos



Fonte: Google earth (2021), adaptado pelo autor

3.12.1 Corrência 1

Corrência 1 (código 185.1) é um sítio histórico de aproximadamente 300 m², situado às coordenadas UTM24L 406947, UTMN 8892551 e 483 m de altitude. Trata-se de restos da casa de Hilária Borges da Silva, filha de Juviniano Borges da Silva, falecida em 1963. Na superfície dele se encontraram fragmentos de louça, cerâmica, telha e metais entre os quais um projétil intacto de fuzil de 1914, provavelmente deixado no local, por componentes da “Revolta”, em período anterior a Lampião. (SANTANA *et al.*, 2014, p. 52-55; Fig. 255 e 256).

Figura 255 - Fragmentos de louça



Fonte: Santana *et al.* (2014, p. 53), adaptado pelo autor deste

Figura 256 - Fragmentos de cerâmica e metais,



Fonte: Santana *et al.* (2014, p. 53-55), adaptado pelo autor deste

3.12.2 Corrência 2

Corrência 2 (código 185.2) é um pequeno sítio histórico, próximo à capela de Nossa Senhora da Consolata, às coordenadas UTM24L 406933, UTMN 8891995 e 487 m de altitude. Trata-se de restos de uma casa antiga da qual se conservam fragmentos de louça e cerâmica na superfície do terreno. (SANTANA *et al.*, 2014, p. 55; Fig. 257).

Figura 257 - Fragmentos de louça e cerâmica



Fonte: Santana *et al.* (2014, p. 55-56), adaptado pelo autor deste

3.12.3 Corrência 3

Corrência 3 (código 185.3) é um sítio multicomponencial, à beira de uma estrada, junto a três ou quatro juazeiros e à capela de Nossa Senhora da Consolata, às coordenadas UTM24L 406989, UTMN 8891955 e 487 m de altitude. Trata-se de restos da casa do Tenente João Félix. Na superfície dele

se encontraram fragmentos de louça (*blue edge*, borrão azul e azul floral), cerâmica e vidros. (SANTANA *et al.*, 2014, p. 56; Fig. 258).

Figura 258 - Fragmentos de louça, cerâmica e vidro



Fonte: Santana *et al.* (2014, p. 57-58), adaptado pelo autor deste

O Tenente João Félix morava na Fazenda Cacimbas. Quem morava na casa era o vaqueiro Francisco Maxi, a mulher dele e os filhos Manoel, João, José, Maria, Isabel, Telvina e Jovina. Ele era muito rico. A fazenda do Serrote era dele. Comprou a fazenda na Corrência. Tinha um bocado de casa. Você viu aquele lugar onde é a capela? Viu aqueles juazeiros perto da capela? Ali era o curral do gado dele. Eu ainda alcancei a cerca do curral. Naqueles pés de juazeiro era a cerca do curral. (...) Francisco Maxi nasceu na era de 1820. Era casado com Delmira. Ela era cabocla. Era uma caboclona morena, do cabelão liso, preto. O Manoel Maxi foi morar com ela em Morro Branco. Foi vaqueiro em Corrência e depois foi embora para Morro Branco. Não ficou ninguém da família em Corrência. Aí só ficou a casa e o curral e se acabou tudo. (FARIAS, 2015 *apud* KESTERING; AQUINO; BEZERRA, 2015, p. 387-388).

3.12.3.1 Resgate

Iniciou-se o resgate com o georreferenciamento do sítio. (Fig. 259). Prosseguiu-se com uma varredura para identificar artefatos na superfície. Onde havia fragmentos de louça, vidro ou cerâmica, fazia-se a limpeza do terreno, com decapagem de 5 cm a 10 cm de espessura e 1,5 a 2 m de circunferência, para identificar e coletar fragmentos associados. Todo sedimento retirado foi peneirado.

No lugar de maior concentração de fragmentos de louça e cerâmica, definiu-se uma área de 4 m² (2 m x 2 m) para sondagem. Escavaram-se sedimentos areno-argilosos até 40 cm de profundidade onde se deparou com ortognaisse do Complexo Caraíba intemperizado. Como se encontraram artefatos somente até 20 cm de profundidade, ampliou-se a área onde se fez escavação de superfície ampla com com a mesma espessura.

Figura 259 - Georreferenciamento do sítio



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 389)

Identificaram-se e coletaram-se 1519 fragmentos de cerâmica, 216 fragmentos de louça, 61 fragmentos de vidro, 33 fragmentos de artefatos de olaria, quatro artefatos de metal, cinco artefatos líticos e 21 restos orgânicos.

Em análise que se fez em laboratório, observou-se que, dos 1519 fragmentos de cerâmica, manufaturaram-se 1431 (94,21%) por acordelagem e 88 (5,79%) com técnica não identificada; dos 216 fragmentos de louça, 151 (69,91%) são de faiança, 32 (14,81%) são de grés e 33 (15,28%) não identificados; dos 61 fragmentos de vidro, 51 (83,61%) são de garrafas de bebida, sete (11,47%) são de medicamento, dois (3,28%) são de toucador (perfume) e um (1,64%) não identificado; os 33 fragmentos de artefatos de olaria (100%) são de telha; dos quatro artefatos de metal, um (25%) é tralha de construção (dobradiça) e três (75%) são tralhas indumentárias (um pingente e duas fivelas); dos cinco artefatos líticos, um (20%) é lasca com córtex, três (60%) são lascas sem córtex e um (20%) é ferramenta; dos 21 restos orgânicos, 15 (71,43%) são ossos, quatro (19,05%) são fragmentos de carapaça e dois (9,52%) são dentes.

3.12.4 Corrência 4

Corrência 4 (código 185.4) é um sítio histórico junto à capela de Nossa Senhora da Consolata, às coordenadas UTM24L 407048, UTMN 8892004 e 485 m de altitude. Trata-se de restos de uma antiga residência. Na superfície dele há fragmentos de louça, cerâmica e metais. (SANTANA *et al.*, 2014, p. 58-59; Fig. 260).

Figura 260 - Fragmentos de louça, cerâmica e metal



Fonte: Santana *et al.* (2014, p. 57-58), adaptado pelo autor deste

3.12.5 Corrência 5

Corrência 5 (código 185.5) é um sítio multicomponencial, às coordenadas UTM24L 407422, UTMN 8892208 e 491 m de altitude. Trata-se de restos de uma casa antiga. Na superfície dele se encontraram fragmentos de louça (*blue edge*, borrão azul, floral) e cerâmica. (SANTANA *et al.*, 2014, p. 59; Fig. 261).

Figura 261 - Fragmentos de louça e cerâmica



Fonte: Santana *et al.* (2014, p. 60), adaptado pelo autor deste

3.12.5.1 Resgate

Iniciou-se o resgate do sítio com seu georreferenciamento. Prosseguiu-se com uma varredura para identificar artefatos

na superfície. Onde havia fragmentos de louça, vidro ou cerâmica, fazia-se a limpeza do terreno, com decapagem de 5 a 10 cm de espessura e 1,5 a 2 m de circunferência, para identificar e coletar fragmentos associados. (Fig. 262). Todo sedimento retirado foi peneirado.

Figura 262 - Identificação de artefatos com limpeza do entorno



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 443)

No lugar de maior concentração de fragmentos de louça e cerâmica, definiu-se uma área de 4 m² (2 m x 2 m) para sondagem. Escavaram-se sedimentos areno-argilosos até 30 cm de profundidade onde se deparou com ortognaisse do Complexo Caraíba intemperizado. Como se encontraram artefatos somente até 10 cm de profundidade, ampliou-se a área onde se fez escavação de superfície ampla com a mesma espessura.

Identificaram-se e coletaram-se 1856 fragmentos de cerâmica, 107 fragmentos de louça, nove fragmentos de artefatos de olaria, cinco artefatos de metal, 11 artefatos líticos, seis restos orgânicos e um plástico.

Em análise que se fez em laboratório, observou-se que, dos 1856 fragmentos de cerâmica, manufaturaram-se 1485 (80,01%) por acordelagem e 371 (19,99%) com técnica não

identificada; dos 107 fragmentos de louça, 103 (96,26%) são de faiança e quatro (3,74%) não identificados; os nove fragmentos de artefatos de olaria (100%) são de telha; dos cinco artefatos de metal, dois (40%) são tralhas de construção (dobradiças), dois (40%) são tralhas domésticas (colheres) e um não foi identificado; dos 11 artefatos líticos, um (9,09%) é lasca com córtex, um (9,09%) é lasca sem córtex, um (9,09%) é núcleo, dois (18,18%) são ferramentas, dois (18,18%) são estilhas e quatro (36,37%) são naturais; os seis restos orgânicos (100%) são fragmentos de carapaça e o plástico (100%) é uma missanga.

3.13 Fazenda Santa Maria

Na Fazenda Santa Maria (código 186), área de influência direta de uma jazida de cobre que se explora próximo ao Distrito de Pilar, identificaram-se dois sítios arqueológicos: Santa Maria 1 (histórico) e Santa Maria 2 (multicomponencial). (Fig. 263).

Figura 263 - Distribuição espacial dos sítios arqueológicos

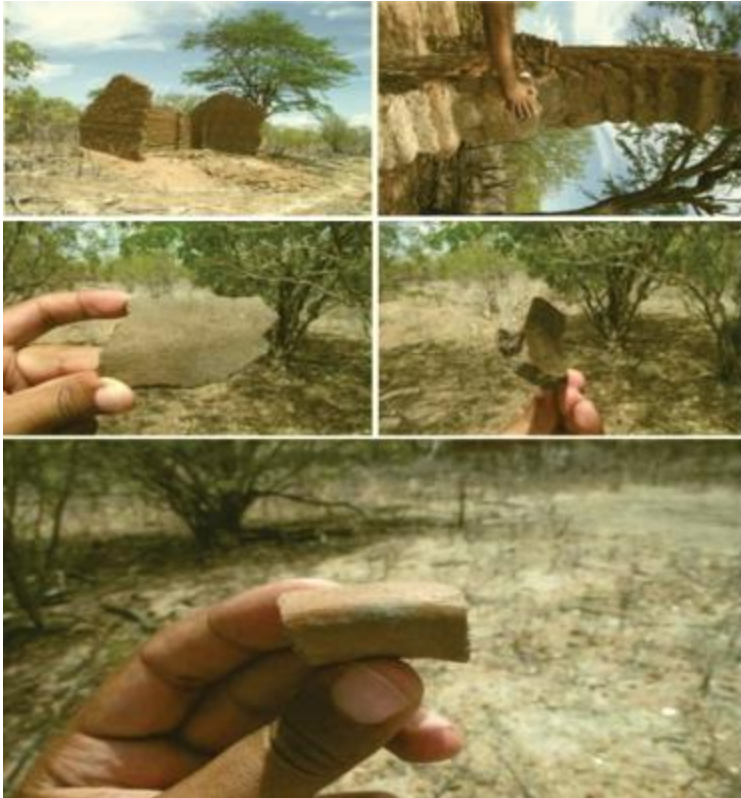


Fonte: Google earth (2021), adaptado pelo autor

3.13.1 Santa Maria 1

Santa Maria 1 (código 186.1) é um sítio histórico, às coordenadas UTM24L 394984, UTMN 8895692 e 475 m de altitude. Trata-se de restos de uma antiga construção de Leonel Pereira, em adobe e tijolos, com parede de 30 cm de largura. Na superfície dele se encontraram fragmentos de cerâmica, louça e vidro. (SANTANA *et al.*, 2014, p. 61; Fig. 264 e 265).

Figura 264 - Restos da construção e fragmentos de cerâmica



Fonte: Santana *et al.* (2014, p. 61-62), adaptado pelo autor deste

Figura 265 - Fragmentos de louça e vidros



Fonte: Santana *et al.* (2014, p. 62-63), adaptado pelo autor deste

3.13.2 Santa Maria 2

Santa Maria 2 (código 186.2) é um sítio multicomponencial de aproximadamente 500 m², às coordenadas UTM24L 394594, UTMN 8896122 e 476 m de altitude. Trata-se de restos de uma antiga casa de Antônio Geraldo da Cunha Filho e Maria Geraldo da Cunha, conhecida como Badinha. Na superfície dele se encontraram fragmentos de louça, cerâmica, vidro e metais diversos. (SANTANA *et al.*, 2014, p. 63; Fig. 266 e 267).

Na casa de Antônio Geraldo havia uma escola. Era um quarto que eles fizeram no lado da casa. Contrataram um professor para ensinar os meninos. Eu conheci tudo. O Antônio Geraldo,

dono daquela casa, foi na Quixaba onde está o Francino, num dia de sábado, e quando chegou em casa só fez tirar a sela do jegue e morreu no entrar da porta. Morreu no entrar da porta. Apeou do jegue e não chegou a entrar em casa.

Antônio Geraldo e Badinha tiveram cinco filhos que nasceram e se criaram nessa casa. Eram eles: Antônio, Canário, Moça, Eufigênciã e Francisca. (SILVA, 2015 *apud* KESTERING; AQUINO; BEZERRA, 2015, p. 501).

Figura 266 - Fragmentos de louça e cerâmica



Fonte: Santana *et al.* (2014, p. 64-65), adaptado pelo autor deste

Figura 267 - Vidros e metais



Fonte: Santana *et al.* (2014, p. 64 e 66), adaptado pelo autor deste

3.13.2.1 Resgate

Iniciou-se o resgate do sítio com seu georreferenciamento e delimitação dos restos da antiga casa. Prosseguiu-se com uma varredura para identificar artefatos na superfície. Onde havia fragmentos de louça, vidro ou cerâmica, fazia-se a limpeza do terreno, com decapagem de 5 cm a 10 cm de espessura e 1,5 a 2 m de circunferência, para identificar e coletar fragmentos associados. Todo sedimento retirado foi peneirado.

Junto a uma estaca que sugeria ter sido o canto da parede frontal da casa definiu-se uma área de 4 m² (2 m x 2 m) para sondagem. Escavaram-se sedimentos areno-argilosos até 40 cm de profundidade onde se deparou com ortognaisse do Complexo Caraíba intemperizado. Como se encontraram artefatos somente até 10 cm de profundidade, ampliou-se a a escavação para evidenciar a estrutura da antiga residência. Encontraram-se restos de pau a pique em alinhamento, com indicação das paredes externas e internas da casa o que permitiu reconstruir sua planta baixa. (Fig. 268).

Figura 268 - Identificação da estrutura da antiga residência



Fonte: Kesting; Aquino; Bezerra (2015, p. 504)

Identificaram-se e coletaram-se 247 fragmentos de cerâmica, 76 fragmentos de louça, 39 unidades ou fragmentos de vidro, dois fragmentos de artefatos de olaria, três artefatos de metal e duas peças líticas.

Em análise que se fez em laboratório, observou-se que, dos 247 fragmentos de cerâmica, manufaturaram-se 226 (91,5%) por acordelagem e 21 (8,5%) por modelagem; os 76 fragmentos de louça (100%) são de faiança; dos 39

fragmentos de vidro, das 39 unidades ou fragmentos de vidro, 14 (35,9%) são de garrafa de bebida, 21 (53,85%) são de medicamento e quatro (10,25%) são de toucador; os dois fragmentos de artefatos de olaria (100%) são de telha; dos três artefatos de metal, um (33,33%) é tralha de construção (prego) e dois (66,67%) são tralhas indumentárias (um botão e uma fivela); dos dois artefatos líticos, um (50%) é ferramenta e o outro (50%) é natural.

4 CONTEXTO ARQUEOLÓGICO JAGUARARI

Os conhecimentos herdados e adquiridos por uma comunidade fazem seus membros criarem uma maneira própria de interpretar o mundo. O conjunto de conhecimentos que imprime peculiaridade na interpretação e representação da realidade conhece-se como mapa cognitivo, cosmovisão ou paradigma. Há componentes paradigmáticos que se transmitem de geração em geração e outros que se adquirem no contato com diferentes contextos ambientais e sociais. Assim, os grupos pré-históricos e históricos edificam patrimônios materiais e culturais com especificidades que se materializam em atributos de identidade sobre os quais se elaboram proposições de significativa consistência científica.

4.1 Patrimônio Pré-histórico

Em levantamento que se fez com estudantes do Curso de Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) visualizaram-se 522 unidades de registros rupestres (pinturas e gravuras). Constatou-se que desse universo, 494 (94,64%) são reconhecíveis e apenas 28 (5,36%), conhecíveis (antropomorfos, zoomorfos, fitomorfos, serpentiformes, esteliformes, etc.). A semelhança no padrão de cognoscibilidade do conjunto dominante de figuras do patrimônio Jaguarari com o universo gráfico rupestre do Planalto Central do Brasil, recorrente em toda a extensão do vale da Integração Nacional permite atribuí-lo a grupos pré-coloniais da Tradição São Francisco. A maior antiguidade das datações obtidas para artefatos desses grupos no estado de Goiás, no Alto e Médio São Francisco, em relação a artefatos datados no Submédio e Baixo do Rio dos Currais, corroboram

a hipótese de que seus autores filiavam-se a grupos cujos ancestrais eram originários das regiões centrais do Brasil.

Grupos vinculados à Tradição São Francisco, que ocuparam o território do atual município de Jaguarari selecionaram, aperfeiçoaram e modificaram símbolos do universo pictural que herdaram de seus ancestrais, para facilitar a transmissão de ideias, com vistas a garantir sua sobrevivência e sucesso reprodutivo. Pela ação de arquivos de memória, ao processarem estímulos ambientais diferentes, essas mudanças materializaram-se em temáticas e técnicas próprias de seu sistema de comunicação.

Em função da ação de agentes de intemperismo físico químico e biológico, em 250 unidades (50,61%) do universo de 494 registros reconhecíveis não se conseguiu identificar a temática. Nas 244 unidades cuja temáticas são identificáveis constatou-se absoluta dominância de tridígitos. Delas contaram-se 85 unidades (34,94%).

É muito provável que a dominância temática que se observa nos registros rupestres do território Jaguarari tenha ocorrido, por conseguinte, em consequência de uma prolongada relação de seus autores com a paisagem local, singularizando atributos herdados de seus ancestrais. Reconhece-se, assim, nos registros rupestres locais, parte substancial do sistema simbólico dos grupos integrantes da Tradição São Francisco e de uma subtradição que se propõe como Jaguarari.

A particularização dos atributos identitários do patrimônio Jaguarari fez-se também pela seleção de suportes em que se representou a temática dominante. Apesar de existirem registros em afloramentos do Complexo Itapicuru, Complexo Caraíba e Complexo Tanque Novo-Ipirá, 80 (94,12%) das figuras) da temática dominante fizeram-se em suportes de rochas do Complexo Mairi. (Fig. 269).

Figura 269 - Padrão temático dominante em rochas do Complexo Mairi



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2015)

Diante das especificidades da paisagem com que se relacionavam os grupos pré-coloniais, as pinturas e gravuras rupestres bem como os artefatos das indústrias lítica e cerâmica sofriram mudanças na forma e nas técnicas, em função da modificação dos conhecimentos gerados pelo sistema cognitivo dos autores. Entende-se por sistema cognitivo a estrutura física, hormonal e nervosa que intermedeia a relação dos indivíduos com os outros membros da espécie e com o ambiente. (PIAGET, 1996). Assim, todo patrimônio arqueológico Jaguarari realizou-se com base no conjunto de conhecimentos herdados que se somaram aos que se acumularam na relação dos autores com o contexto ambiental.

4.2 Bens do Patrimônio Pré-histórico

Em resumo, apresenta-se, assim, o Patrimônio Pré-histórico Jaguarari a que se propõem ações efetivas de preservação ou

conservação: No Boqueirão do Riacho do Mocambo (código 170), identificaram-se pinturas (pré-históricas e históricas) e gravuras rupestres; no Boqueirão do Riacho dos Oliveiras (código 171), além de pinturas e gravuras rupestres encontraram-se restos de antigas sepulturas de escravos (históricos); no Boqueirão da Tapagem (código 172) há apenas pinturas rupestres; no Riacho da Barrinha (código 173), identificaram-se gravuras rupestres e oito almofarizes em rocha (pré-históricos e históricos); no Lajedo do Rastro da Ema (código 174) encontraram-se gravuras rupestres e dois almofarizes em rocha (pré-históricos e históricos); na Lagoa da Ponta Baixa (código 175) há gravuras rupestres, sete almofarizes em rocha e um caldeirão, também em rocha (pré-históricos e históricos); na Fazenda Quixaba (código 180), além de artefatos históricos, identificaram-se pinturas rupestres e um artefato lítico que se resgatou; na Fazenda Suçarana (código 181), além de artefatos históricos identificaram-se caldeirões em rocha, quatro almofarizes em rocha, pinturas, gravura rupestre e 36 peças líticas que se resgataram⁷; no Alto dos Caboclos (código 184), além de pinturas e gravuras rupestres encontraram-se três almofarizes em rocha (pré-históricos e históricos) e sete peças líticas que se resgataram; na Fazenda Corrência (código 185), além de artefatos históricos havia 16 peças líticas que se resgataram; na Fazenda Santa Maria (código 186), além de artefatos históricos resgataram-se duas peças líticas. Assim, tem-se o universo de 86 artefatos líticos dos quais 35 (40,7%) são ferramentas entre as quais 25 almofarizes (24 mantidos *in loco* e um, em matacão, resgatado); 10 (11,63%) lascas com córtex, 16 (18,60%) lascas sem córtex, 21 (24,42%) núcleos, uma (1,16%) estilha e três (3,49%) unidades naturais⁸ (resgatadas). (Tab. 11; Fig. 270).

⁷ Entre elas um fragmento de almofariz em matacão.

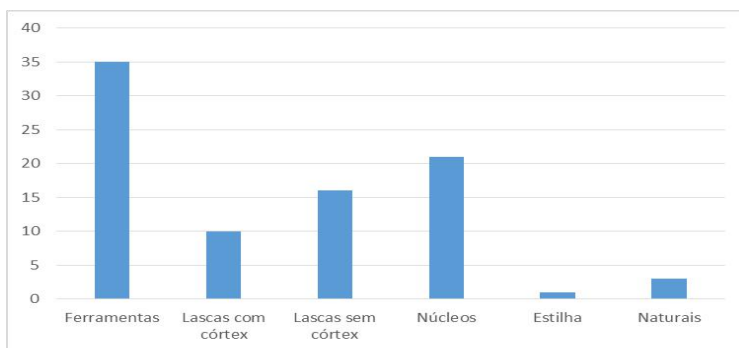
⁸ 1 = Ferramenta; 2 = Lasca com córtex; 3 = Lasca sem córtex; 4 = Núcleo; 5 = Estilha; 6 = Natural.

Tabela 11 - Artefatos líticos identificados

Nº	Sítio	Código	1	2	3	4	5	6	Total
1	Barrinha 1	173.1	3	-	-	-	-	-	3
2	Barrinha 5	173.1	1	-	-	-	-	-	1
3	Barrinha 6	173.1	1	-	-	-	-	-	1
4	Barrinha 7	173.1	2	-	-	-	-	-	2
5	Barrinha 12	173.1	1	-	-	-	-	-	1
6	Rastro da Ema 1	174.1	2	-	-	-	-	-	2
7	Ponta Baixa 1	175.1	2	-	-	-	-	-	2
8	Ponta Baixa 3	175.3	5	-	-	-	-	-	5
9	Quixaba 2	180.2	-	-	-	-	-	1	1
10	Suçuarana 1	181.1	4	-	-	-	-	-	4
11	Paredão 1	190.1	-	1	2	-	-	-	3
12	Paredão 2	190.2	-	2	1	3	-	-	6
13	Paredão 3	190.3	2	3	1	13	-	-	19
14	Suçuarana 2	181.2	-	1	-	1	-	-	2
15	Suçuarana 5	181.5	1	-	-	-	-	-	1
16	Suçuarana 6	181.6	3	-	-	-	-	-	3
17	Suçuarana 8	181.8	-	-	1	-	-	-	1
18	Suçuarana 9	181.9	1	-	-	-	-	-	1
19	Caboclo 1	184.1	-	1	1	-	-	-	2
20	Caboclo 2	184.2	1	-	-	1	-	-	2
21	Caboclo 3	184.3	4	-	2	-	-	-	6
22	Corrência 3	185.3	1	-	4	-	-	-	5
23	Corrência 5	185.5	-	2	4	3	1	1	11
24	Santa Maria 2	186.2	1	-	-	-	-	1	2
Total		-	35	10	16	21	1	3	86

Fonte: Acervo arqueológico Jaguarari (2021)

Figura 270 - Gráfico da classificação tipológica dos artefatos líticos



Fonte: O autor (2021)

Para a confecção dos artefatos líticos utilizou-se matéria prima local. Assim, 32 (37,21%) deles são de quartzo, disponível nos depósitos cenozoicos das chapadas e leitos dos riachos de todo o município. Seguem-se 28 (32,56%) confeccionados e/ou utilizados em gnaisse, componente das rochas dos complexos Mairi, Caraíba e Tanque Novo-Ipirá, presentes na porção oriental e central do município. Os demais, 12 (13,95%) de quartzito, oito (9,30%) de sílex e seis (6,98%) de arenito silicificado⁹ fizeram-se com fragmentos de rochas do Complexo Itapicuru, dominante na porção ocidental de Jaguarari. (Tab. 12; Fig. 271 a 276).

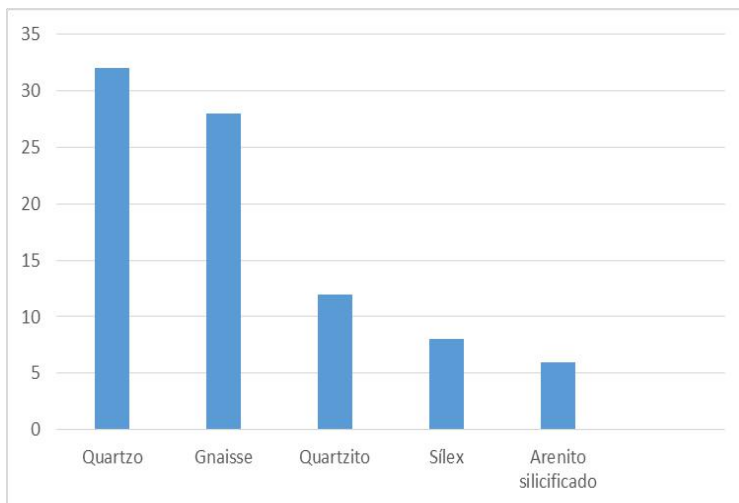
Tabela 12 - Matéria prima dos artefatos líticos

Nº	S. Arqueológico	Código	1	2	3	4	5	Total
1	Barrinha 1	173.1	-	3	-	-	-	3
2	Barrinha 5	173.1	-	1	-	-	-	1
3	Barrinha 6	173.1	-	1	-	-	-	1
4	Barrinha 7	173.1	-	2	-	-	-	2
5	Barrinha 12	173.1	-	1	-	-	-	1
6	Rastro da Ema 1	174.1	-	2	-	-	-	2
7	Ponta Baixa 1	175.1	-	2	-	-	-	2
8	Ponta Baixa 3	175.3	-	5	-	-	-	5
9	Quixaba 2	180.2	1	-	-	-	-	1
10	Suçuarana 1	181.1	1	3	-	-	-	4
11	Paredão 1	190.1	2	-	1	-	-	3
12	Paredão 2	190.2	4	-	1	1	-	6
13	Paredão 3	190.3	15	-	4	-	-	19
14	Suçuarana 2	181.2	1	-	1	-	-	2
15	Suçuarana 5	181.5	-	1	-	-	-	1
16	Suçuarana 6	181.6	-	3	-	-	-	3
17	Suçuarana 8	181.8	-	-	1	-	-	1
18	Suçuarana 9	181.9	-	1	-	-	-	1
19	Caboclo 1	184.1	-	-	1	1	-	2
20	Caboclo 2	184.2	1	-	-	-	1	2
21	Caboclo 3	184.3	1	3	-	1	1	6
22	Corrência 3	185.3	-	-	-	3	2	5
23	Corrência 5	185.5	4	-	3	2	2	11
24	Santa Maria 2	186.2	2	-	-	-	-	2
Total		-	32	28	12	8	6	86

Fonte: Acervo arqueológico Jaguarari (2021)

⁹ 1 = Quartzo; 2 = Gnaisse; 3 = Quartzito; 4 = Sílex; 5 = Arenito silicificado.

Figura 271 - Gráfico referente à matéria prima dos artefatos líticos



Fonte: O autor deste (2021)

Figura 272 - Ferramenta de gnaisse



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2021)

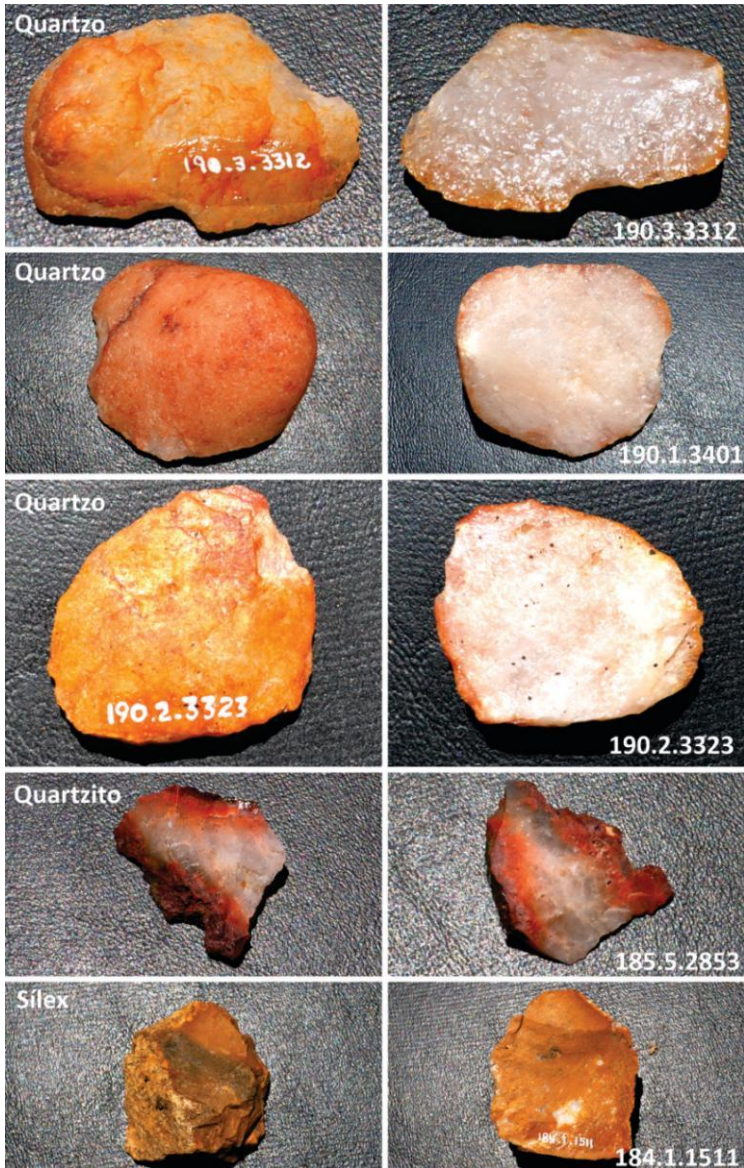
A maior parte das 28 unidades em que se usou o gnaisse como matéria prima corresponde a almofarizes em rocha, grandemente utilizados na pré-história e história local, para beneficiamento de produtos agrícolas como a mandioca e o milho. Em muitas casas de fazendas de Jaguarari ainda hoje serve-se deles a população, para triturar tempero e ervas medicinais bem como disponibilizar alimento e sal mineral aos animais domésticos.

Figura 273 - Ferramentas de quartzo e gnaïsse



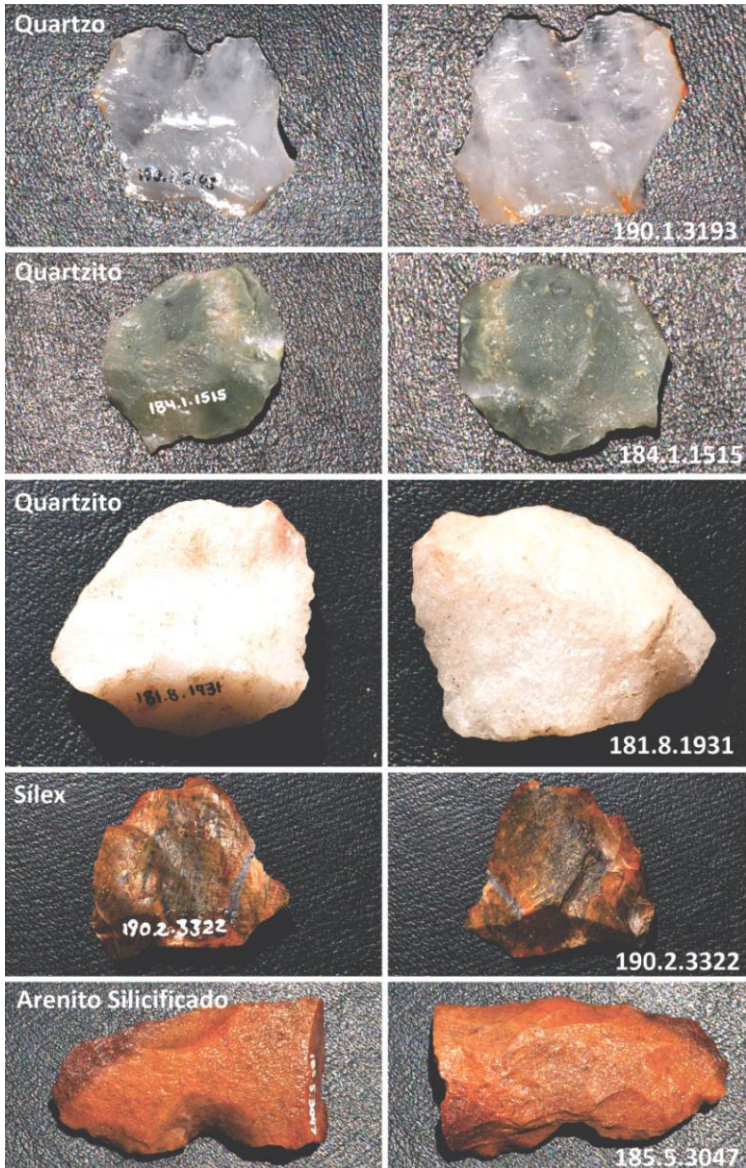
Fonte: Acervo fotográfico do autor (2021)

Figura 274 - Lascas de quartzo, quartzito e sílex, com córtex



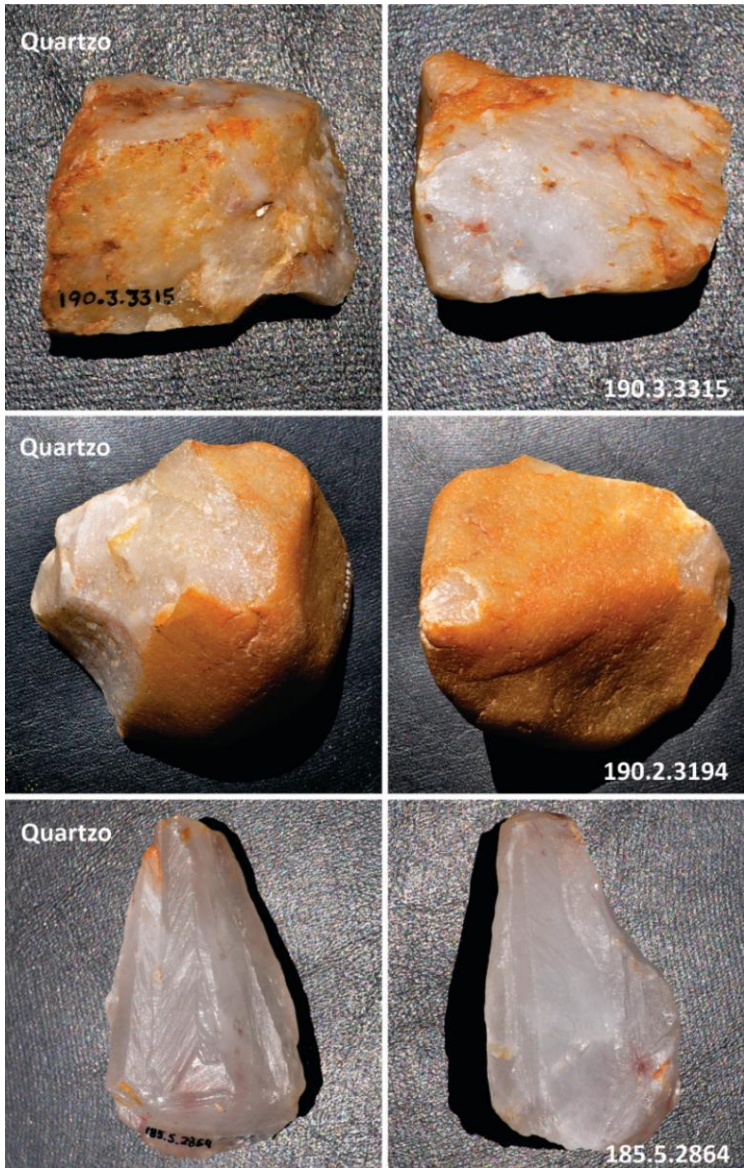
Fonte: Acervo fotográfico do autor (2021)

Figura 275 - Lascas sem córtex



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2021)

Figura 276 - Núcleos e unidade natural de quartzo (cristal)



Fonte: Acervo fotográfico do autor (2021)

4.3 Contexto Histórico Jaguarari

Salta aos olhos a evidência clara de que muitos atributos da identidade pré-histórica Massacará continuaram presentes na história colonial, imperial e republicana do povo Jaguarari¹⁰. Nos borralhos das conexões neurais dos atuais ocupantes de seu território preservavam-se, ainda fumegantes, fagulhas da memória dos tempos em que seus ancestrais fizeram-se vaqueiros para implantar e fazer prosperar fazendas de gado, cabra e ovelha. Em herdades, integrantes do que outrora se conhecia como Sertão de Rodelas, os grupos nativos subsistentes mantiveram seus milenares hábitos de caçar, coletar frutas e raízes na caatinga e plantar em pequenas caixaras que sempre cultivaram em solos aluviais de afluentes dos Rio São Francisco e nascentes do Itapicuru. Da mesma forma que seus ancestrais, os membros do ramo Jaguarari não eram nômades como deles se havia por mal referirem-se os conquistadores colonialistas. Não andavam a esmo como diziam os latifundiários interessados em conquistar suas terras. Eles tinham território, memória, utopias e consciência de pertencimento.

Eles jamais se extinguiram, como ao longo da história propuseram os defensores da historiografia tradicional. A população a que os mal chegados imigrantes portugueses caracterizaram como indígenas não desapareceu e sequer perdeu atributos básicos de sua identidade. Muito pelo contrário, pela mestiçagem física e/ou cultural integrou-se à

¹⁰ O povo Jaguarari recebeu esse nome por conta do líder deles que se orgulhava pelo atributo mor de sua identidade. “Muitos povos indígenas passavam por esse mesmo processo. O nome da etnia era devido ao nome do primeiro chefe. Eles se afastavam e reivindicavam uma nova identidade, mesmo carregando muitos aspectos culturais do povo de origem”. (MUYPURÁ, 2020b *apud* KESTERING, 2021, p. 18).

sociedade colonial com o fornecimento de bons vaqueiros¹¹. Há mais que suficientes relatos de remanescentes do povo Jaguarari a argumentarem sua bisavó ter sido nativa e corroborarem a proposição de que “na zona pastoril existiam poucos negros e foram assimilados muitos índios”. (ABREU, 1998, p. 200).

(...) os administradores procuraram dissimular a origem étnica dos índios, designando-os por meio de categorias mestiças (caboclo, curiboca, cabra da terra, entre tantos outros). Ao nomear os índios coloniais com tais categorias de mestiçagem (o que produziu uma “invisibilidade” dessas populações), aproveitavam a brecha na legislação que não impedia o cativo de mestiços e, com esse expediente, legitimavam a escravidão. (RESENDE; LANGFUR, 2007, p. 19).

Nos aldeamentos missionários do Submédio São Francisco e no alto vale do Itapicuru pela imposição de ideologias e valores culturais do Velho Mundo ratificou-se, é bem verdade, a dominação portuguesa. Com escravos nativos e/ou mestiços a acolitarem projetos senhoriais implantou-se ali a cultura do couro que se definia pelo respeito às tradições portuguesas como a dança da Roda de São Gonçalo e a Corrida de Argolinhas¹². Restavam, porém, aquelas herdades culturais autóctones que, por se ligarem à sobrevivência no sertão semiárido interessavam muito aos nativos, religiosos e fazendeiros¹³. “Os portugueses reconheceram-nas e se

¹¹ “A Casa da Torre expandiu suas terras porque implantava um sistema de ocupação sustentável e capaz de, inclusive, aproveitar o índio no que ele mais sabia: lidar com animais e com a terra. Além disso, muitos portugueses foram casando com as índias e criando alianças com certos grupos, que passavam a ser parte da iniciativa”. (MATTA, 2013, p. 47).

¹² “A Casa da Torre, dos Garcia d’Ávila, tinha por prática escolher locais apropriados para construir currais, onde deixava “um casal de escravos, dez novilhas, um touro e um casal de equinos””. (SILVA, 1998, p. 7 *apud* FIABANI, 2009, p. 68).

¹³ “Os currais tinham ao seu redor pequenas comunidades de vaqueiros, às quais se agregava a tradição indígena (...). Com o tempo, ao redor dos

valeram justamente das sementeiras [deles] para sobreviver no sertão”. (CHAMBOULEYRON; ARENZ; MELO, 2020, p. 6).

Respeitaram-se sobretudo os milenares costumes indígenas quais eram o hábito de se banhar diariamente nas águas dos rios e riachos, andar solto pelas chapadas caatingueiras, dançar o Toré, dormir na rede, plantar nos lameiros e desfrutar coletiva e comunitariamente do que a natureza oferecia. As casas de farinha, de onde saía o produto manufaturado para confecção de beijus, papas, mingaus, bolos de macaxeira fresca ou puba, tapioca e paçoca, tinham então os mesmos caracteres do período pré-colonial. Elas eram e são a mais autêntica comprovação da adequação portuguesa aos milenares costumes autóctones locais.

(...) resta agora saber a praxe que usam [os índios] no cultivo das suas terras, o que fazem desta maneira: logo cada um busca fora da povoação mais ou menos distante um sítio e paragem que mais lhe agrada para nela fazerem as suas sementeiras, ou plantamentos [*sic*]; e como a extensão das terras é tão grande, têm todos onde escolher mesmo à sua vontade, sem que ninguém lhe dispute a eleição e se oponha à posse... Nestes sítios pois, que ordinariamente fazem só nas margens de rios e lagos pela conveniência dos ventos, e ares, pela utilidade das pescarias e muitas outras conveniências, como são os seus inevitáveis banhos, e fácil navegação... Esta mesma eleição de sítios fazem os índios mansos, e doutrinados nas suas missões, sem mais diferença dos índios selvagens. (DANIEL, 2004, p. 13-14 *apud* CHAMBOULEYRON; ARENZ; MELO, 2020, p. 11).

currais surgiam os arraiais, os pequenos centros de população cabocla, sempre chefiados por um arrendatário das casas da Ponte ou Torre. O Arraial, em geral era um amontoado de casinhas pequenas, ladeadas e centralizadas por um largo no qual se dava o principal das relações cotidianas, e para o qual estava geralmente voltada a frente da igreja, a frente da casa do arrendatário, algum possível pequeno comércio, venda ou fábrica de couro, ou de outra coisa”. (MATTA, 2013, p. 49).

Muitos nativos do sertão Jaguarari houve que aceitaram conviver com os missionários do Velho Mundo¹⁴. Pareciam-lhes também favoráveis as condições estabelecidas pela Casa da Torre, em contratos verbais que, em meados do século XVII, membros da família d'Ávila haviam celebrado com o indígena Tuxá Francisco Pereira Rodelas. Agradava-lhes, sobretudo, a proposta de terem bons cavalos à disposição e a apropriarem-se de um quarto das crias do rebanho que, para zelo, os fazendeiros lhes confiavam.

Para ratificar a ideia da inexistência de índigenas nas terras originalmente pindorâmicas e desvincular os grupos nativos de seu patrimônio natural e cultural, ao longo da história solidificou-se no Brasil a teoria do evolucionismo linear do século XIX. Segundo esse universo conceitual que ainda hoje se adota para organizar o quadro social das terras brasis são puros e, conseqüentemente, herdeiros legítimos do patrimônio de seus ancestrais nativos, somente os grupos que não se miscigenaram genética e/ou culturalmente.

Na década de 1870, período em que a escravidão no Brasil mostrava sinais de sua fragilidade, intelectuais sistematizaram estudos sobre o fim desse modelo de organização social. As interpretações raciais ganharam força, sendo a questão da mestiçagem racial considerada importante para pensar possíveis alternativas para a construção de um projeto de nação. Para grande parte de nossos estudiosos, “os mestiços

¹⁴ “(...) os índios, em muitos casos, ao invés de se instalarem exclusivamente no interior das missões, continuaram a escolher terras fora das mesmas para suas roças, com clara preferência pelas áreas férteis da várzea. Pelo que as fontes demonstram, os missionários não conseguiram extinguir este hábito, adaptando-se, por sua vez, a ele. A distância certamente não era um problema em uma região marcada pelo que Roller (2010a, p. 29) denominou de uma “cultura da mobilidade” entre as populações indígenas coloniais. Os índios tinham, portanto, conhecimento da prática de atribuir, sobretudo na fase inicial de um aldeamento, as melhores terras aos grupos indígenas tidos como potenciais interlocutores para o missionário”. (CHAMBOULEYRON; ARENZ; MELO, 2020, p. 11).

exemplificavam [...] a diferença fundamental entre as raças e personificavam a ‘degeneração’ que poderia advir do cruzamento de ‘espécies diversas’. (SCHWARTZ, 2004, p. 56 *apud* MORAIS, 2016, p. 95).

Os que misturavam sangue e/ou cultura consideravam-se mestiços e/ou descendentes, não mais nativos, nem tampouco herdeiros dos patrimônios naturais e culturais. Negava-se, assim, aos autóctones o direito de sobreviver pois a qualquer grupo humano e de outras espécies animais são imprescindíveis os intercâmbios genéticos e/ou culturais.

O aldeamento é uma ideia colonial. Eles chegavam invadindo a terra e gerando conflitos até que eles deixavam um pedacinho de terra dizendo que estava bom para vocês sobreviverem. Diziam: vivam aí dentro. Não saiam daí porque o resto é nosso. Foi assim que eles deram três léguas de terra para meu povo, num local chamado Brejo dos Anapuru que hoje é a cidade de Brejo. Isso no final do século XVIII, por aí assim. Aí eles começaram a invadir, tomando aos poucos. A própria província modificou a lei das sesmarias e começaram a tomar aos poucos e chamar nossos ancestrais de descendentes. Naquela época eles já eram chamados de descendentes porque já tinham contato com os portugueses. Alguns sofreram processo de miscigenação e eram chamados por isso de descendentes. (MUYPURÁ, 2020b *apud* KESTERING, 2021, p. 25).

Hoje se sabe que todo grupo possui dinâmicas próprias, mas é sistema aberto. Quando não existem restrições ideológicas ou ambientais, por imperativos genéticos promovem-se imprescindíveis trocas físicas e culturais entre comunidades vizinhas nativas e/ou de origem externa.

As trocas de genes e os intercâmbios culturais revigoram os indivíduos. Aprimoram também as aptidões corpóreas e a visão de mundo. É por isso que, mesmo conflituosas, as relações entre grupos sociais culminam sempre com apropriações biológicas e/ou culturais, tanto pelos

remanescentes dos vencidos quanto dos vencedores¹⁵. (FERREIRA NETO *in* CARDOSO; VAINFAS, 1997).

O puro está extinto. Não hoje, já o estava em 1500. As culturas aqui encontradas já estavam transformadas e em transformação. O contato pode ter acelerado o processo, mas se o processo é inevitável, e não envolve perdas e ganhos, mas apenas transformação, não se deve julgá-lo melhor por ser lento ou pior por ser rápido. Uma das melhores vocações do *homo sapiens* é a troca de experiências e de culturas. Portanto, ninguém perdeu nada, em termos culturais, com o 22 de abril de 1500. Brasileiros são em grande parte tupiniquins, tupinambás, guaranis, potiguaras e jês. (SCHOMMER, 2012, p. 34).

Na segunda metade do século XVIII, quando os portugueses colonizavam ainda o Submédio São Francisco e as nascentes dos rios Vaza Barris e Itapicuru, para a criação de gado, a política indigenista dedicava-se, com particular afinco, à desarticulação da vida tribal. Muitos indígenas do litoral e do sertão invisibilizaram-se, então, porque se miscigenaram e assumiram a condição de cabras¹⁶, morenos, pardos, escravos¹⁷, mestiços ou caboclos.

¹⁵ “As tropas que Francisco Dias d’Ávila usou para invadir e “pacificar” os sertões, em 1693, tinham 1300 homens aproximadamente; destes, 900 eram sertanejos mestiços vaqueiros, a partir dali típicos guerreiros nordestinos, filhos de índios, pretos e brancos que habitavam os currais, 200 eram índios aliados, 100 mamelucos e 150 escravos. (...) A estratégia de implantar o gado, e com ele toda uma forma de viver, relacionar-se e de fato submeter-se ao senhor e a seu prestígio, mesmo com toda esta violência e oposição, ia dando certo. No final das guerras todos os grupos; Tupinambás, Caetés, Cariris, e muitos outros acabavam por aproximar-se da forma de viver da colônia, transformando o índio em sertanejo, a caatinga em Nordeste Brasileiro”. (MATTA, 2013, p. 48-49).

¹⁶ “Deram os portugueses esse nome a alguns índios porque os acharam ruminando como cabras a erva Betel que quase sempre trazem na boca”. (BLUTEAU, 1728 *apud* AMANTINO, 2015, p. 87).

¹⁷ “A categoria “escravo” teria sido a mais usual nas sociedades escravistas do Novo Mundo para designar seres humanos propriedades de outrem? O

Aos escravos (índios e africanos) que até a Reforma Pombalina registravam-se sem sobrenome, exigiu-se que lhes atribuísem os de seus proprietários portugueses. Para evitar que reivindicassem direitos sobre posses e/ou propriedades, muitos portugueses tiveram o cuidado de os registrar com o seu sobrenome, precedido pela preposição definidora de posse. Essa relação subordinativa mostrava que o sobrenome do fazendeiro não se dissociava do que se atribuía ao escravo. Antes, pelo contrário, deixava claro que esse continuava sendo propriedade sua. Foi assim que surgiram os sobrenomes **dos Santos, de Souza, da Silva, da Rocha e da Costa**, comuns no Semiárido Tapuia. Outros portugueses não tiveram esse cuidado e registraram-nos com seu próprio sobrenome, sem a preposição que caracterizasse tratar-se de posse sua. (KESTERING, 2019b, p. 80).

As interferências na vida das aldeias aceleravam as transformações na identidade étnica dos índios na região, dificultando o reconhecimento de relações filogenéticas da população atual com seus ancestrais nativos. Gestou-se, naquele momento da história do Brasil, o Tapuia genérico, sem tribo e etnia definida. Esse nativo ficou conhecido e solidificou-se como sertanejo nordestino.

O Tapuia caboclo surge, historicamente, onde a colonização se fez com uso intensivo da mão de obra indígena e escassa presença de colonos brancos. Nessas regiões a mestiçagem cresceu rapidamente”. (MOREIRA NETO *apud* PORTO ALEGRE, 1993, p. 312).

No final do século XVIII, no território Jaguarari havia ainda indígenas dispersos e uma economia em expansão, a necessitar de mão de obra escrava.

que significava o termo e a quem era dirigido? Tomando os conceitos que empregamos hoje e os significados que atribuímos a eles pode-se dizer que “escravo” era o termo/conceito/categoria evocado para identificar aqueles que eram legal e ilegalmente propriedade privada de outro. É aliás uma definição jurídica em vigor na época”. (PAIVA, 2015, p. 65).

O projeto do Estado português, através das leis do diretório pombalino, procurou anular a diferenciação das etnias, atingindo diretamente sua cultura e identidade étnica. Impôs a língua portuguesa, proibindo o uso das línguas nativas ou mesmo da língua geral. Obrigou a adoção de sobrenomes portugueses, forçou a separação das famílias, castigou o nudismo, sobretudo por parte das mulheres. Procurou, por meio da desarticulação cultural das sociedades tribais, a melhor forma de dominá-las. (PORTO ALEGRE, 1993, p. 212).

O nativo Jaguarari destacou-se na vaqueirama¹⁸ e adaptou-se aos novos tempos¹⁹. Manteve sua tradicional mobilidade sazonal. Alargou, porém, seus horizontes. Nos períodos de maior crise, ele migra, temporária ou definitivamente como sempre fizeram seus ancestrais, para outras regiões do Nordeste ou mesmo do Brasil. Afigurou-se, assim, o sertanejo Jaguarari como grupo histórico identificado com a cultura do couro.

Pode-se apanhar muitos fatos da vida daqueles sertanejos dizendo que atravessaram a época do couro. De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar

¹⁸ “Os indígenas se adaptavam facilmente à pecuária. Tudo indica que foi com base na mão-de-obra local que se fez a expansão da atividade criatória”. (FURTADO, 1964, p. 75-76 *apud* MOTT, 2009, p. 41).

¹⁹ “Nenhum colono pôs jamais em dúvida a utilidade da mão-de-obra indígena, (...) O índio era tido, ao contrário, como um trabalhador ideal para transportar cargas ou pessoas por terras e por águas, para o cultivo de gêneros e o preparo de alimento, para a caça e a pesca. (...) A documentação colonial destaca, por igual, as aptidões dos índios para ofícios artesanais, como carpinteiros, maceneiros, serralheiros, oleiros. (...) A função básica da indiada cativa foi, porém, a mão de obra na produção de subsistência. Para isso eram caçados nos matos e engajados na condição de escravos, índios legalmente livres, mas apropriados por seus senhores através de toda sorte de vivências, licenças e subterfúgios”. (RIBEIRO, 1995, p. 99).

cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz. (ABREU, 1998, p. 135).

Não era fácil a vida do Jaguarari que se fez vaqueiro, onde os proprietários ou arrendatários pouco faziam presença. Esses normalmente viviam em médias ou grandes cidades, mormente Salvador e preocupavam-se tão somente em auferir rendimentos das atividades pecuaristas²⁰.

No Nordeste e no Rio Grande do Sul o domínio da economia pecuária se concentrou em mãos de um punhado de grandes criadores, proprietários de várias fazendas e titulares de sesmarias de dezenas de léguas. No Nordeste, esses grandes proprietários eram absenteístas, pois entregavam os currais à administração dos vaqueiros e aforavam boa parte dos seus latifúndios. (GORENDER, 1978 *apud* MOTT, 2009, p. 48).

Ao vaqueiro competia acostumar o gado ao pasto; amansar e assinalar com ferro quente as ancas dos bezerros; cuidar dos umbigos dos mijolos e curá-los das bicheiras; tratar as vacas paridas; serrar os chifres pontiagudos dos animais indóceis; queimar os campos na estação apropriada; extinguir onças, cobras peçonhentas e morcegos; selecionar malhadas; abrir cacimbas e bebedouros²¹.

Para cumprir bem com seu ofício vaqueiral, escreve um observador, deixa poucas noites de dormir nos campos, ou ao menos as madrugadas não o acham em casa, especialmente

²⁰ “Em 1697, dentre as 129 primeiras fazendas do sertão do Piauí, apenas doze eram zeladas por seus próprios donos, quer dizer: 90% das fazendas restantes tinham proprietários absenteístas”. (MOTT, 2009, p. 48).

²¹ “Azeredo Coutinho diz que eram os silvícolas excelentes peões, muito destros na arte de laçar e de trabalhar aqueles gados, apanhando-os (na caatinga), recolhendo-os nos currais e conduzindo-os em boiadas para as povoações e cidades”. (MOTT, 2009, p. 51).

de inverno, sem atender às maiores chuvas e trovoadas, porque nesta ocasião costuma nascer a maior parte dos bezerros e pode nas malhadas observar o gado antes de espalhar-se ao romper do dia, como costumam, marcar as vacas que estão próximas a ser mães e trazê-las quase como à vista, para que parindo não escondam os filhos de forma que fiquem bravos ou morram de varejeiras. (...) Depois de quatro ou cinco anos de serviço, começava o vaqueiro a ser pago; de quatro crias cabia-lhe uma; podia assim fundar fazenda por sua conta. (ABREU, 1998, p. 135).

Na caatinga semiárida, o cotidiano do vaqueiro Jaguarari desenrolava-se sob causticante sol. De agosto a novembro, a falta de água era cruel. Nem o gado e sequer o vaqueiro tinham onde saciar a sede. A regularidade das secas e a imprevisibilidade das chuvas eram apavorantes porque a mobilidade sazonal nativa cedera lugar ao sedentarismo imposto pelo latifúndio. Com a seca faziam-se presentes grandes dificuldades alimentares. O projeto colonialista teria falido não fosse a resistência nativa a dar suporte às fazendas.

Usavam-se fibras vegetais para se cobrirem as pudendas dos adultos e teciam-se redes com fibras de caroá em que se dormia, em substituição aos tecidos com que se vestiam e aos finos lençóis em que se agasalhavam as famílias dos fazendeiros. No cardápio dos finais de semana quase sempre havia farta alimentação, com tatu verdadeiro, peba, tamanduá mirim e paçoca de carne de sol, pilada com farinha e rapadura.

Comem estes homens só carne de vaca com laticínios e algum mel que tiram pelos paus; a carne ordinariamente se come assada, porque não há panelas em que se coza. Bebem água de poços e lagoas, sempre turva e muito assalitrada. Os ares são muito grossos, pouco sadios. Desta sorte vivem esses miseráveis homens, vestindo couros e parecendo tapuias. (PADRE COUTO, 1697 *apud* PRIORE, 2016, p. 142).

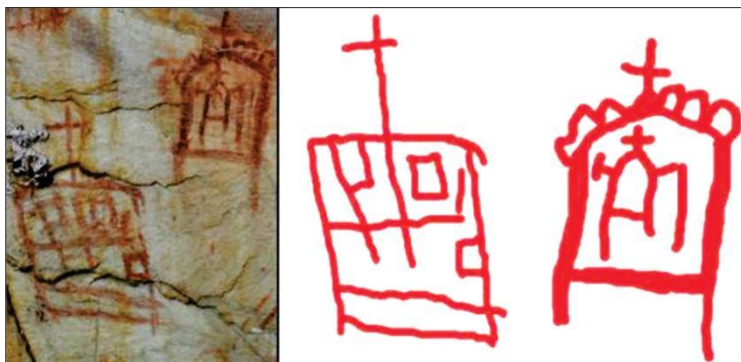
Muitos fragmentos da história dos índios que se fizeram vaqueiros preservam-se nos costumes, em trejeitos sertanejos e nas habilidades que o clima, o solo, a fauna e a vegetação exigiram que aprimorassem junto às nascentes do Rio Itapicuru e afluentes do Rio São Francisco. Em restos da cultura material conservam-se, também, traços a partir dos quais, com boas referências teóricas e parâmetros eficazes identificam-se atributos da identidade de seus antigos artífices e/ou usuários Jaguarari.

Por conter aspectos da natureza própria dos grupos humanos, designa-se tudo o que se produz, constrói-se ou edifica-se na esfera material e imaterial como patrimônio cultural. São bens que, por sua relevância e relação de pertença, caracterizam-se e reconhecem-se como atributos da identidade dos grupos. A esse universo integram-se as estruturas econômica e social e os artefatos que delas derivam, quais sejam: objetos arqueológicos, artísticos, científicos, manufaturados ou industriais e estruturas arquitetônicas. (KESTERING, 2019a, p. 155).

4.3.1 Mestiçagem Cultural

Uma das temáticas do Boqueirão do Riacho do Mocambo despertou particular curiosidade à equipe de pesquisa. Trata-se da representação de igrejas, com cruzeiros postas em suas respectivas fachadas. (Fig. 277). Normalmente classificam-se registros rupestres como expressões culturais de grupos pré-históricos. As figuras em questão não se enquadram, porém, nesse universo porque, sabe-se hoje, os grupos pré-coloniais de Jaguarari não tinham qualquer noção dessa temática eminentemente colonial e pós-colonial. Deduz-se, por isso, não ter havido ruptura na ocupação daquela geoforma para a realização de registros rupestres, quando se efetivou a colonização portuguesa e a criação extensiva de gado.

Figura 277 - Representação de igrejas cristãs em painel rupestre



Fonte: Kesting (2013 *apud* Souza, 2014, p. 28)

É evidente que os nativos Jaguarari incorporaram temáticas do mundo europeu e materializaram-nas em painéis rupestres. Registraram, assim, testemunhos incontestes da miscigenação ou mestiçagem cultural que no Sertão de Rodelas os grupos nativos protagonizaram.

O pensamento mestiço se explica porque a imagem da igreja cristã que ali foi pintada é um elemento europeu, porém a técnica, o conhecimento sobre o tipo de suporte rochoso, a matéria prima utilizada e o modo de fazer são elementos que fazem parte de uma bagagem cultural autóctone perpetuada de geração em geração. Percebe-se que os autores dessas figuras faziam parte de um grupo com o pensamento mestiço que resultou na gênese de uma nova cultura. (...) A incorporação de novos elementos na cultura autóctone não significa que esta se perdeu para dar lugar a uma nova cultura. Esse processo, denominado aculturação por alguns autores, é um processo dinâmico, considerando que a cultura está sujeita a transformações com o passar do tempo, principalmente quando se tem contato com culturas distintas, como é o caso dos grupos que ocupavam o Boqueirão do Riacho do Mocambo. Essa cultura passa a possuir traços da cultura autóctone e da estrangeira, o que resulta numa cultura mestiça. (SOUZA, 2014, p. 47).

Observa-se que os nativos Jaguarari não foram passivos na recepção de hábitos culturais e pensamentos introduzidos pelos colonizadores. Eles adequaram atributos de sua identidade e assimilaram qualidades dos neopovoadores para não entrarem em conflito ostensivo com eles, técnica e militarmente mais fortes. Encontraram maneiras de perpetuar suas tradições, pela adição de elementos religiosos que facultassem sua sobrevivência no convívio aparentemente pacífico.

Não foram os nativos Jaguarari solitários, nem tampouco pioneiros na estratégia da mestiçagem cultural. O mesmo ocorria em territórios americanos ocupados por colonizadores espanhóis. Neles os grupos nativos introduziam figuras exóticas associadas à representação de temáticas tradicionais. Lá também realizaram-se painéis rupestres com representação de figuras mistas, com inclusão de elementos estrangeiros.

Nela os índios [demonstraram que] eram perfeitamente capazes de representar elementos exóticos, como o crucifixo, ou cenas específicas, como o batismo, explorando cânones da arte ocidental. Mas, quando se tratava de planos mais amplos, reatavam com o estilo autóctone, ordenando os planos segundo arranjos que não obedeciam nem à perspectiva nem a qualquer escala ocidental. Manifestava-se assim, de modo espetacular, o encontro de dois simbolismos de poder, sem deixar de marcar a submissão dos índios aos vencedores. Eles procuravam forjar para si um espaço próprio, abrindo-se para o mundo espanhol sem renegar suas raízes. (GRUZINSKI, 2003, p. 46 e 49 *apud* SOUZA, 2014, p. 46).

No Alto dos Caboclos há também incontestes testemunhos da mestiçagem cultural promovida pelos nativos Jaguarari. No Sítio Caboclo 1 (código 184.1) encontraram-se fragmentos de cerâmica histórica, da superfície até 10 cm de profundidade, a sugerir continuidade na prática de rituais nativos durante o período colonial e pós-colonial. (Fig. 278). Moradores da

imediações informaram que, de fato, trata-se de restos dos rituais que com frequência se realizam junto ao rochedo em que se preservam gravuras rupestres com temáticas pré-históricas e históricas. (Fig. 279 e 280).

Figura 278 - Fragmentos de cerâmica utilizada em rituais nativos



Fonte: Kesting; Bezerra (2015, p. 92)

Figura 279 - Rochedo com gravuras rupestres pré-históricas e históricas



Fonte: Kesting; Bezerra (2015, p. 94)

Figura 280 - Gravuras rupestres com temáticas históricas, Deus e a letra E



Fonte: Kesting; Aquino (2017, p. 76), adaptada pelo autor deste

No Sítio Caboclo 5 (código 184.5) conserva-se um painel de gravura rupestre aparentemente recente, com uma figura antropomorfa, ao lado da seguinte inscrição: “*men lembro bem daquela noiti que eu chorei aqui*”. (Fig. 281). É evidência clara da preservação de hábitos culturais dos ancestrais Jaguarari.

Figura 281 - Gravuras rupestres com temáticas históricas, Deus e a letra E



Fonte: Kesting; Aquino (2017, p. 76), adaptada pelo autor deste

Os muitos almofarizes em rocha, encontrados nos sítios Barrinha 1, 5, 6, 7 e 12; Rastro da Ema 1; Ponta Baixa 1 e 3; Suçarana 1, 6 e 9 atestam largo uso pelos nativos Jaguarari históricos, conforme relatos da população atual. A mesma constatação fez-se em prospecções realizadas em território do atual município de Sento Sé onde se encontraram pilões em matacão ainda em uso na casa de vaqueiros e fazendeiros. (Fig. 282 e 283).

As estruturas e os artefatos que se evidenciaram nos sítios do Serrote da Gameleirinha, [na Fazenda São Romão, em Sento Sé] têm relação funcional com aspectos sociais, culturais e econômicos do sertanejo que vive na região. Esse patrimônio arqueológico, pelas suas características de uso, reutilização e ressignificação, sugere que a população indígena dessa região não foi exterminada como propõe a historiografia oficial.

Pelos materiais arqueológicos evidenciados percebem-se evidências de conexão entre a história e a pré-história. Neles se percebe que não houve ruptura de um período para outro. Há, sim, evidências da continuidade cultural. Há artefatos, como é o caso dos pilões em matacão e em superfícies rochosas que sugerem terem sido utilizados tanto em períodos históricos quanto pré-históricos. (PAES, 2015, p. 47).

Figura 282 – Pilão perfurado pelo uso intensivo na Fazenda São Romão



Foto: Kesting (2013 *apud* Paes, 2015, p. 45)

Figura 283 - Trituradores ainda em uso na Fazenda São Romão



Fonte: Paes (2015, p. 44) adaptado pelo autor

Dos caldeirões em rocha, identificados nos sítios Ponta Baixa 4 e Suçuarana 1, utilizam-se ainda hoje as águas pluviais para dessedentação e asseio de animais domésticos. Até recentemente, antes da água potável fornecida pela Mineração Caraíba, a população local servia-se dela também para asseio pessoal, uso doméstico e dessedentação, da mesma forma que sempre se procedeu nos períodos pré-colonial, colonial, do Império e da República.

Ao longo de toda história, o indígena Jaguarari sempre foi presença ativa nas fazendas. Enquanto se escavava o Sítio Corrência 3, por exemplo, soube-se por informação dos moradores do povoado que os artefatos encontrados referiam-se a uma residência do Tenente João Félix. Dizia-se que ele residia na Fazenda Cacimbas. Era o vaqueiro Francisco Maxi quem morava na casa, com sua mulher e seus filhos. Francisco nasceu na década de 1820, quando era escravo a mão de obra da fazenda Corrência e do Brasil. “Caxi casou-se com Delmira, uma cabocla morena, do cabelão liso e preto”. (FARIAS, 2015 *apud* KESTERING; AQUINO; BEZERRA, 2015, p. 596).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sugere-se que se promova ampla divulgação do patrimônio arqueológico Jaguarari, conscientizando e conclamando a população para sua efetiva preservação. Propõe-se, para tanto, a criação de leis municipais, estaduais e federais, para a criação de áreas de preservação ambiental e cultural, delimitando topograficamente e fixando marcos de referência nos vértices dos perímetros das feições de relevo com vestígios arqueológicos. Sugere-se que essas geoformas tornem-se nichos ecológicos de refúgio da fauna e da flora, para sustar a ação dos agentes que promovem a degradação do patrimônio arqueológico, bem como o assoreamento dos riachos tributários e do próprio Rio São Francisco.

Recomenda-se a implantação de memoriais do patrimônio arqueológico e ambiental nos povoados em cujo entorno existem vestígios arqueológicos, com a participação da comunidade local no processo. A comunidade local faz a leitura dos bens arqueológicos de forma diferente da dos arqueólogos porque, para ambos, a forma de interpretar o mundo depende dos instrumentos que eles têm a seu alcance. Todos traduzem os artefatos em explicações que condizem com sua cosmologia. As explicações atualizam-se e multiplicam-se na forma de traduções contemporâneas. As leituras das evidências arqueológicas são individuais, por se fazerem por indivíduos, e múltiplas por se realizarem por várias pessoas. Assim, pesquisadores e a população local participam conjuntamente na tarefa de preservar a riqueza cultural e natural herdada. Com essa riqueza preservada, o passado faz-se presente e ajuda a fortalecer a identidade e a autoestima Jaguarari.

Propõe-se que se inicie o processo de preservação dos sítios arqueológicos e conscientização da população local, com a

elaboração de lei municipal para efetiva implantação de reservas ecológicas e arqueológicas em feições de relevo onde se identificaram e não se resgataram bens patrimoniais históricos e/ou pré-históricos. Sugere-se que assim se redija a lei municipal que se ora se propõe:

Art. 1º - Criam-se as reservas ecológicas e arqueológicas conforme sugestões apresentadas neste livro.

Art. 2º - As reservas criadas definir-se-ão por decreto municipal, após levantamento topográfico realizado com a participação efetiva de representantes das comunidades do entorno delas.

Art. 3º - As reservas administrar-se-ão pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

Art. 4º - Ouidas as comunidades do entorno autoriza-se o Prefeito Municipal Jaguarari a baixar regulamento, disciplinando a exploração econômica das reservas que se criam com a presente lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano Honório de. **Capítulos de história colonial : 1500-1800**. Brasília : Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso: 06 mai 2021.

AMANTINO, Márcia. Cabras. In: PAIVA, Eduardo França; CHAVES, Manuel F. Fernández; GARCÍA, Rafael M. Pérez. **De que estamos falando? Antigos conceitos e modernos anacronismos - escravidão e mestiçagens**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, p. 83-98, 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso: 02 jun 2021.

AQUINO, Rosivânia de Castro; KESTERING, Celito. **Registros Rupestres da Área de Abrangência da Mina Suçuarana, em Jaguarari – BA**. Rupestreweb 2017. Disponível em: Rupestreweb, <http://www.rupestreweb.info/abrangenciademina.html>. Acesso: 23 nov 2020.

ARQUEANO. Disponível em: <http://www.fgel.uerj.br/dgrg/webdgrg/Timescale/Arqueano.html>. Acesso: 29 ago 2017.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. (Org.). Rio de Janeiro: Campus. 1997.

CARVALHO, Ciro Duarte de; REZENDE, Eduardo Soares de; BROD, Emanuela Reis; VALE, José Alberto Rodrigues do. **Geologia e recursos minerais da folha Bom Jardim - SC.23-X-D-III: estados do Piauí e Bahia**. 2017. Teresina: CPRM, 2017. Disponível em: <http://rigeo.cprm.gov.br>. Acesso: 02 mar 2019.

CHAMBOULEYRON, Rafael; ARENZ, Karl Heins; MELO, Vanice Siqueira de. **Ruralidades Indígenas na Amazônia Colonial**. Boletim do Museu Emílio Goeldi. Belém: Ciências Humanas, v. 15, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso: 23 abr 2021.

CONCEIÇÃO, Héliida Santos. **O Sertão e o Império: as vilas do ouro na Capitania da Bahia (1700-1750)**. 2018. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

_____. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea: Diagnóstico do Município de Jaguarari – Bahia**. VIEIRA, Ângelo Trévia; MELO, Felicíssimo; LOPES, Hermínio Brasil Vilaverde; CAMPOS, José Cláudio Viégas; BOMFIM, Luiz Fernando Costa; COUTO, Pedro Antônio de Almeida; BEVENUTI, Sara Maria Pinotti. (Orgs.). Salvador: CPRM/PRODEEM, 2005. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br>. Acesso: 16 fev 2021.

CULTURA MINEIRA. **Moeda Raríssima de 40 Réis**. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com>. Acesso: 19 out 2021.

_____. **Moedas que os escravos usaram no Brasil em 1800**. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com>. Acesso: 19 out 2021.

DUARTE, Cinthia Martins Davis. **Temática Dominante nas Pinturas Rupestres do Boqueirão do Riacho do Bonsucesso, no Município de Sento Sé – BA**. 2011. (Monografia). Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco. São Raimundo Nonato: UNIVASF, 2011.

FAGUNDES, Marcelo; PIUZANA, Daniele. **Estudo teórico sobre o uso do conceito de paisagem em pesquisas arqueológicas.** Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, V. 8, n. 1, Colômbia, 2010, p. 205-220.

FIABANI, Adelmir. Fazendas, Cativos e Gado na História de Tocantins. In: MAESTRI, Mário; LIMA, Solimar Oliveira (Org.). **Peões, Vaqueiros e Cativos Campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil.** Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, p. 53-85, 2009. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso: 10 jun 2021.

GOOGLE EARTH. US Dept of State Geographer. Image Landsat / Copernicus. 2019.

_____. US Dept of State Geographer. Image Landsat / Copernicus. 2020.

_____. US Dept of State Geographer. Image Landsat / Copernicus. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Jaguarari - BA em 1957.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/jaguarari/historico>. Acesso: 30 jan 2021.

_____. **Jaguarari - BA: monografias municipais.** Nova Série, nº 297. Rio de Janeiro - RJ: 1985. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso: 14 jan 2021.

KESTERING, Celito. **Reencontro Vida.** São Carlos: Pedro e João Editores, 2019a.

_____. **Cidadãos Tatauí.** São Carlos: Pedro e João Editores, 2019b.

_____. **Encanto Bugre-Tapuia**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2020.

_____. **Patrimônio Amoipirá-Tupinambá**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2021.

KESTERING, Celito; AQUINO, Rosivânia de Castro. Registros Rupestres na Área de Abrangência da Mina Suçarana, em Jaguarari - BA. In: KESTERING, Celito; KESTERING, Ducilene Soares Silva; BEZERRA, Alvandyr; ALVES, Jéssica; PIRES, Joselha; AQUINO, Maria Socorro; VIEIRA, Rosângela Grangeiro; VENTURA, Vilma; CRISTINA, Viviany. (Org.). **Anais do III Seminário de Arqueologia de Sobradinho - BA**, p. 65-94. Petrolina - PE: UNIVASF, 2016.

KESTERING, Celito; AQUINO, Crisvanete de Castro; BEZERRA, Alvandyr. **Relatório Final do Projeto de Salvamento, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial na Área de Implantação da Mina Suçarana, em Jaguarari - BA**. Salvador – BA: Instituto Habilis, 2015.

KESTERING, Celito; BEZERRA, Alvandyr. Resgate Arqueológico na Área da Mina Suçarana, em Jaguarari - BA. In: KESTERING, Celito; KESTERING, Ducilene Soares Silva; BEZERRA, Alvandyr. (Org.). **Anais do II Seminário de Arqueologia de Sobradinho - BA**, p. 9-146. Petrolina - PE: UNIVASF, 2015.

MARQUES, Caroline Salgueiro da Purificação; AZUMA, Maurício Hidemi; SOARES, Paulo Fernando. **A Importância da Arquitetura Vernacular**. Akrópolis, Umuarma, v. 17, n. 1, p. 45-54, Jan./mar. 2009. Disponível em: <http://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/viewFile/2842/2110>. Acesso: 27 nov 2018.

MATTA, Alfredo. **História da Bahia**. Licenciatura em História. Salvador: EDUNEB, 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso: 10 jul 2021.

MORAIS, Christianni Cardoso. Ler e escrever: habilidades de escravos e forros? (Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731-1850). In: FONSECA, Marcus Vinicius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. (Org.). **História da Educação dos Negros no Brasil**, p. 95-115. Niterói: EdUFF, 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso: 11 jul 2021.

MOTT, Luiz. A Pecuária no Serão do Piauí (1697-1818). In: MAESTRI, Mário; LIMA, Solimar Oliveira (Org.). **Peões, Vaqueiros e Cativos Campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil**. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, p. 15-52, 2009. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso: 10 jun 2021.

MUSEU VIRTUAL DOS MINI-MUNDOS. **Snow Ball Earth e a evolução da vida multicelular**. 2019. Disponível em: <http://projectos.est.ipcb.pt>. Acesso: 09 abr 2019.

PAES, Leylianny Mara Oliveira. **Indicativos da Sobrevivência Física e Cultural da Nação Sento Sé, no Serrote da Gameleirinha, Fazenda São Romão**. 2015. (Monografia). Curso de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco. São Raimundo Nonato - PI: UNIVASF, 2015.

PAIVA, Eduardo França. Escravo e Mestiço: do que estamos efetivamente falando? In: PAIVA, Eduardo França; CHAVES, Manuel F. Fernádes; GARCÍA, Rafael M. Pérez. **De que estamos falando? Antigos conceitos e modernos anacronismos - escravidão e mestiçagens**. Rio de Janeiro:

Garamond Universitária, p. 57-82, 2015. Disponível em:
<https://www.academia.edu>. Acesso: 02 jul 2021.

PEIXOTO, Paulo. **Os meios rurais e a descoberta do patrimônio**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais - Núcleo de Estudos sobre Cidades e Culturas Urbanas, 1998.

PIAGET, Jean. **Biologia e Conhecimento: ensaio sobre as relações entre as regulações orgânicas e os processos cognoscitivos**. Tradução de Francisco M. Guimarães. 4. ed. Petrópolis - RJ: Vozes. 1996.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Aldeias Indígenas e Povoamento do Nordeste no Final do Século XVIII: aspectos demográficos da Cultura de Contato**. São Paulo: Ciências Sociais Hoje. Hucitec/ANPOCS, 1993, p. 195-217.

PRIORE, Mary del. **Histórias da gente brasileira**. Vol 1: Colônia. São Paulo: Leya, 2016. Disponível em:
<https://www.academia.edu>. Acesso: 10 mai 2021.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de; LANGFUR, Hal. Minas Gerais Indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El-Rei. In: LANGFUR, Hal (Org.). **Native Brazil: Beyond the Cannibal and the Convert, 1500-1889**. University of New México Press, p. 5-22, 2007. Disponível em:
<https://www.academia.edu>. Acesso: 06 mai 2021.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso: 24 jun 2021

RUSSELL, Beltrand. **Nosso Conhecimento do Mundo Exterior**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

SANTANA, Cristiana de C. S.; SILVA, Gilmar D'Oliveira;
SANTANA, Hélio Augusto de; SILVA, Virgínia de Cerqueira;
SANTANA, Manoel Augusto de; SANTOS, Reuber Leandro dos.
Diagnóstico e Prospecção Arqueológica da Mina Suçuarana.
Salvador - BA: Consultoria em Projetos Ambientais Ltda, 2014.

SCHOMMER, Aurélio. **História do Brasil Vira-Lata: as razões históricas da tradição autodepreciativa brasileira.** 2012.
Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso: 07 jun 2021.

SILVA, Edcarlos Mendes da. **Desterritorialização sob as águas de Sobradinho: ganhos e desenganos.** 2010. Dissertação (Mestrado), Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, 2010.

SOUZA, Regiana Coelho de. **Registros Rupestres do Boqueirão do Riacho do Mocambo, em Jaguarari – BA: temática dominante e o processo de mestiçagem da cultura.** 2014. (Monografia). Graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial do Campus Serra da Capivara da Universidade Federal do Vale do São Francisco. São Raimundo Nonato - PI: UNIVASF, 2014.

TOMAZ, Paulo Cesar. **A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil.** In: Fênix: Revista de História e Estudos Culturais. Maio/ Junho/ Julho/ Agosto de 2010, Vol. 7, Ano VII, nº 2. Disponível em: www.revistafenix.pro.br. Acesso: 10 mar 2016.

VERBETES. **Exploração de Cobre em Jaguarari (BA) causa danos ambientais.** 2013. Disponível em: <http://verbetes.cetem.gov.br>. Acesso: 28 out 2021.

VILELA, Joana. **Conceito de Estromatólitos**. 2018. Disponível em: <http://know.net>. Acesso: 06 abr 2019.

ANEXO

26-Processo n.º 01502.003370/2014-14

Projeto: Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação

Patrimonial na área de implantação da Mina Suçuarana

Arqueólogo Coordenador: Celito Kesting

Apoio Institucional: Colegiado de Arqueologia e Preservação

do Patrimônio - Universidade Federal do Vale do São Francisco

Área de Abrangência: Município de Jaguarari, Estado da

Bahia

Prazo de Validade: 12 (doze) meses

Diário Oficial da União Nº 246, publicado no dia 19 de dezembro de 2014, p. 141.



Para ratificar a ideia da inexistência de indígenas nas terras originalmente pindorâmicas e desvincular os grupos nativos de seu patrimônio natural e cultural, ao longo da história solidificou-se no Brasil a teoria do evolucionismo linear do século XIX. Segundo esse universo conceitual, são puros e, consequentemente herdeiros legítimos do patrimônio de ancestrais nativos somente os grupos que não se miscigenaram genética e/ou culturalmente.

Hoje se sabe que todo grupo é um sistema aberto. Por imperativos genéticos promove trocas físicas e culturais com outras comunidades, nativas e/ou de origem externa. As trocas de genes e os intercâmbios culturais revigoram os indivíduos, aprimoram aptidões corpóreas e a visão de mundo. É por isso que, mesmo conflituosas, as relações entre grupos sociais culminam sempre com apropriações biológicas e/ou culturais, tanto pelos remanescentes dos vencidos quanto dos vencedores. Foi assim que, nas cabeceiras de dois riachos tributários divergentes, um do Rio São Francisco e outro, do Rio Itapicuru, um grupo nativo de origem Tupinambá/Massacará ingressou na história, com jeito próprio, quase invisível de ser Jaguarari.

“A estratégia de implantar o gado, e com ele toda uma forma de viver, relacionar-se e de fato submeter-se ao senhor e a seu prestígio, mesmo com toda esta violência e oposição, ia dando certo. No final das guerras todos os grupos; Tupinambás, Caetés, Cariris, e muitos outros acabavam por aproximar-se da forma de viver da colônia, transformando o índio em sertanejo, a caatinga em Nordeste Brasileiro”. (MATTA, 2013, p. 48-49). É por isso que este livro de Celito e outros frutos que virão do Rio de Lutas são mais que relatos acadêmicos isentos. São intervenções vivas em lutas que, com formas renovadas persistem.

Eurelino Coelho, 2021

